

ATLANTIDA

Directores: Para o Brasil: JOÃO DO RIO

Para a França: GRAÇA ARANHA

Para Portugal: JOÃO DE BARROS

Director Gerente: NUNO SIMÕES

N.º 37

SUMÁRIO

1919

<i>Aos nossos leitores</i>	R.
<i>A Nação</i>	Graça Aranha
<i>Lettres et arts de France</i>	Camille Mauclair
<i>A Liga das Nações</i>	Rodrigo Octávio
<i>Les Amantes</i>	Baronne A. de Brimont
<i>A mulher turca e o Paraíso de Mahomet</i>	João do Rio
<i>Uma aldeia de riqueza</i>	Jaime de Magalhães Lima
<i>Na Bruma</i>	} António Patrício
<i>Brancura</i>	
<i>Importância das «Elites»</i>	Joaquim Manso
<i>Portugal na Grande Guerra — A batalha de La Lys</i>	Jaime Cortesão
<i>Chronique littéraire — Coup d'œil d'ensemble</i>	Francis de Moimandre
<i>O Porto de Lisboa</i>	Barros Queiroz

REVISTA DO MÊS

<i>O mês literário</i>	J. M.
<i>Crónica artística</i>	Manoel de Sousa Pinto
<i>Teatros</i>	B. e M.

NOTÍCIAS & COMENTARIOS

Capa de: Joaquim Lopes.

Desenhos de: Raul Lino e Alberto de Sousa.

Reprodução de: Joaquim Lopes.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 numeros) 6\$00

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

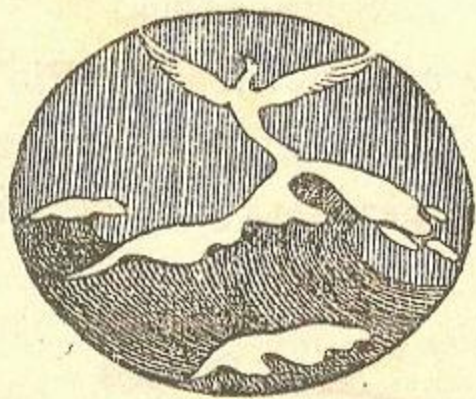
Um ano (12 numeros) Frs. 25

Número avulso em Portugal \$60

BIBLIOTECA DULCE FERRÃO
OFERIA - 31 JAN. 2001

ATLANTIDA

ORGÃO DO
PENSAMENTO LATINO
NO BRASIL E EM PORTUGAL



VOLUME X

ANO IV

N.º 37

R. 118

ATLANTIDA

ORGÃO DO

INSTITUTO LATINO

NO BRASIL E EM PORTUGAL

ATLANTIDA

DIRECTORES:

PARA O BRASIL: João do Rio

PARA FRANÇA: Graça Aranha

PARA PORTUGAL: João de Barros

DIRECTOR GERENTE:

Nuno Simões

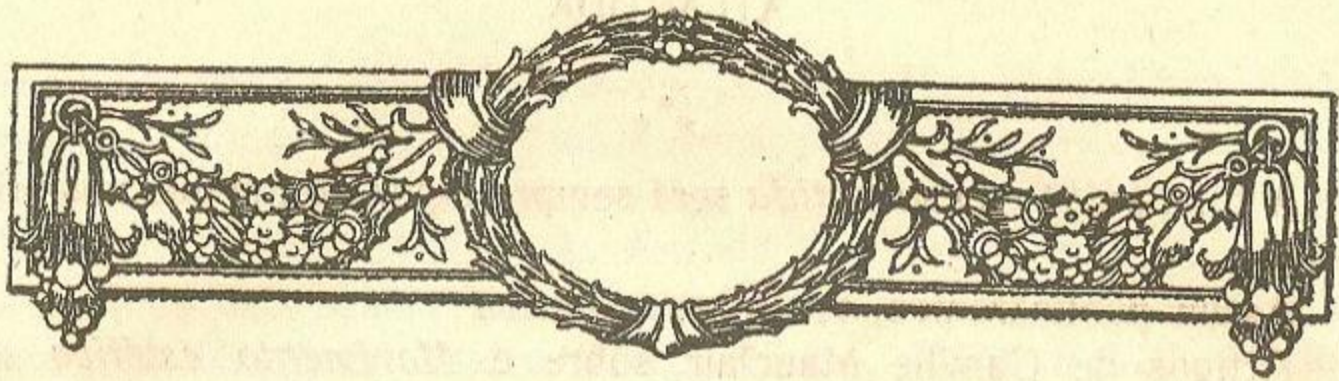
EDITOR: Sebastião Mesquita

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

LIVRARIA BERTRAND

73, Rua Garrett, 75

IMPrensa LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



Aos nossos leitores

Com o presente número a *Atlantida* passa a poder intitular-se, legitimamente, ÓRGÃO DO PENSAMENTO LATINO EM PORTUGAL E NO BRASIL. Com efeito, a aproximação luso-brasileira, para cuja defesa ela se fundou e por cuja realização tem combatido, só encontrará a sua completa efectivação quando baseada no mesmo e ardente amor pela alma latina que vive e palpita nas duas Pátrias irmãs, filhas de uma só raça, aventureira, leal e progressiva.

Pela amável acquiescência do grande escritor que é o eminente Graça Aranha, tão querido e estimado nos meios intellectuais parisienses, a *Atlantida* confiou-lhe a sua direcção literária em França. Espírito superior, alma idealista, intelligência de entusiasmo sempre vibrante, Graça Aranha traça nas primeiras páginas do nosso número de hoje a síntese do nosso programa, e dos resultados que pretendemos colher. França-Brasil-Portugal, amando-se na mais estreita comunhão de aspirações e de interêsses espirituais — eis toda a ambição dos que trabalham na *Atlantida*. As palavras de Graça Aranha abrem hoje esta revista como se fôsem a senha do novo combate que, pelas ideas latinas, a *Atlantida* vai defender.

Para o Brasil, a *Atlantida* mantem a direcção literária de João do Rio, o illustre escritor tão amado em Portugal, o primeiro defensor da aproximação luso-brasileira, e um dos mais sãos espíritos de artista que nos tem sido dado admirar. Êle, e Graça Aranha, juntos aos directores portuguezes — são a garantia segura da attitude que esta revista tomará sempre nas questões e problemas que interessam a vitória do espírito latino nos dois países atlânticos, e o triunfo definitivo da íntima união entre Portugal e Brasil.

*
*
*

A colaboração da *Atlantida* será sempre digna do fim que nos propomos.

Assim publicaremos, TRIMESTRALMENTE:

Artigos de Camille Mauclair, sôbre o *Movimento estético da França*;

De Édmond Jaloux, sôbre a *Literatura estrangeira*;

De Gaston Riou, o autor consagrado do livro notável *Aux écoutes de la France qui vient*, sôbre as *Questões sociais e políticas do mundo*;

De Francis de Miomandre, tão querido do público francês, sôbre *Literatura Moderna da França*;

E de Philéas Lebesgue, sôbre *Portugal e Brasil em França*.

Além disso, podemos desde já anunciar um sensacional artigo de Maurice Barrès, da Academia Francesa, com o título *Les limites à fixer au germanisme intellectuel*, e um romance de Medeiros e Albuquerque.

TRIMESTRALMENTE ainda, a *Atlântida* publicará artigos de Graça Aranha; de João do Rio, sôbre a *Evolução da Cultura Brasileira*, de Mário de Alencar, sôbre o *Movimento Literário Brasileiro*, de Afrânio Peixoto, de Severiano de Rezende, de Augusto de Castro, etc.

MENSALMENTE, a *Atlântida* inserirá crônicas de Tomé de Barros Queirós, Manuel de Sousa Pinto, Júlio Brandão, Joaquim Manso, Aquilino Ribeiro, Nuno Simões, António Joyce, Bourbon e Meneses, Avelino d'Almeida, etc.

*
*
*

São ainda colaboradores da *Atlantida*: Baronne de Brimont, Amália de Queirós, Júlia Lopes d'Almeida, Albertina Berta, Caiel, Clarinha, Ofélia Correia da Costa;

Guerra Junqueiro, Domicio da Gama, Eugénio de Castro, Dr. Gastão da Cunha, Dr. Rodrigo Octavio, General Tasso Fragoso, Coronel Leite de Castro, Henrique Lopes de Mendonça, Pierre Halart, Alberto de Oliveira, Júlio Dantas, Castro Menezes, Leão Veloso Neto, Teixeira de Queirós, Vitor Viana, R. Gaillard, Helio Lobo, Anselmo Braamcamp Freire, Filinto d'Almeida, André Tolédano, Araújo Jorge, João Luso, Pereira da Silva, Hipólito Raposo, Henrique de Vasconcelos, Teófilo Braga, Coelho Netto, Câmara Reis, Veloso Rebelo, Moreira Teles, João de Deus Ramos, Augusto Gil, Oscar Lopes,

Manuel Monteiro, Hermano Neves, Jaime de Magalhães Lima, Costa Sacadura, João Barreira, Raul Martins, Mário Salgueiro, Herculano Nunes, Norberto de Araujo, Veiga Simões, António Correia de Oliveira, Virgílio Correia, A. Aurélio da Costa Ferreira, Abadie, Dr. Matos Cid, Celso Vieira, Augusto Casimiro, Campos Pereira, Leonardo Coimbra, Antéro de Figueiredo, Mário Beirão, Alfredo da Cunha, Carlos Maul, Lopes d'Oliveira, Vicente Arnoso, Candido de Figueiredo, Santos Farinha, Jaime Cortesão, Cardoso Marta, Coelho de Carvalho, Xavier Marques, Paulo Osório, Anselmo de Andrade, Delfim Guimarães, Sousa Bandeira, Fontoura Xavier, Carneiro Leão, Rita Martins, Teixeira Gomes, Joaquim Costa, José António de Freitas, Eduardo de Noronha, Jorge de Faria, André Brun, António Torres, Flexa Ribeiro, Queirós Veloso, Teófilo de Albuquerque, Ronald de Carvalho, Alves Pereira, António Jaen, Carlos Malheiros Dias, José Caldas, Silva Bastos, Carlos Magalhães de Azeredo, Reinaldo dos Santos, Lúcio dos Santos, Silvio Rebelo, Luís Chaves, Luís de Freitas Branco, Fran Paxeco, Cândido Guerreiro, Matos Braamcamp, Teixeira de Carvalho, António Patrício, Fernando de Vasconcelos, João Grave, Teixeira de Pascoais, Sousa Costa, Patrocínio Ribeiro, Costa Santos, Luís Cardim, Guedes de Oliveira, Ezequiel de Campos, Emílio Costa, Albano Rodrigues, J. Leite de Vasconcelos, Wenceslau de Queirós, Vieira Guimarães, Alberto Osório de Castro, Betencourt Rodrigues, João Saraiva, Severo Portela, Alvaro Hogan, Tomás Bordalo Pinheiro, Alfredo Howell, Bento Carqueja, Luís de Almeida Braga, Ricardo Jorge, J. Salazar de Sousa, Mansueto Bernardi, Augusto Pinto, Arlindo Camilo Monteiro, Jaime de Vasconcelos, Barbosa de Magalhães, Eduardo de Sousa, Nunes Ribeiro, Pinto da Rocha, Rui Coelho, Afonso Duarte, Raul Proença, Camilo Pessanha, Nunes Claro, Veiga Miranda, Raimundo Esteves, Homero Prates, Filipe de Oliveira, Alvaro Moreira, Afonso Lopes d'Almeida, Fausto Guedes Teixeira, etc., etc.

Colaboração artística

de Helena Roque Gameiro, Columbano, Rodolfo Amoedo, António Carneiro, Roque Gameiro, Raul Lino, Raul Pederneiras, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, Diogo de Macedo, Joaquim Lopes, Hipólito Colomb, António Soares, Jorge Barradas, José Pacheco, Navarro da Costa, Martinho da Fonseca, Alberto Sousa, Armando de Basto, etc.

A Nação

Durante a batalha, o espírito interrogava :

— «Para onde esta incomensurável guerra levará o mundo? Que mistério estará reservado a esta frágil terra, açoitada pelo vendaval da metralha? Que nova ordem social resultará dêste amálgama de sangue, de lama, de crimes, de sonhos e de esperanças? Que floração enfeitará de novo a terra estripada, devastada e morta?»



Findo o combate, a alma ansiada interroga ainda, e o enigma persiste inquietador. Estamos em plena decomposição dum mundo, absorvido no cataclismo e no instante indeciso da nebulosa geradora. O espírito dos homens está perplexo e pressagia que toda a construção dos dirigentes dos povos é vaga e instável, que há um artifício inspirado das fórmulas

do passado que não se adapta à terrível realidade do presente. Nesse nevoeiro, em que se esbate em contornos tão imprecisos o mundo ainda longínquo, vê-se o homem que se apossa do Universo. Para êsse homem novo o mundo é a sua propriedade. Êle libertou-se do terror inicial e domina a matéria infinita. Não se curva a nenhuma autoridade e os dons da terra lhe pertencem.

Desencadeado, ébrio de desejos, leva pelos vastos espaços livres o facho que queima, devasta e ilumina. E que mais vês na treva insondável, ó alma inquieta? «Vejo na densa bruma os sonhos que se juntam depois de longa separação, vejo as esperanças que se reúnem depois de tão duramente afastados os espíritos que se estendem nas secretas imagens da mesma língua, a idealidade colectiva que brilha vindo do mesmo sangue e do passado imortal».

O homem e a nação, a afirmação do individualismo transcendente e o renascimento do espírito da nacionalidade, são as duas fôrças que recompõem o mundo nesta curva da história. Vão elas se contradizer? O individualismo se oporá ao nacionalismo? As nações não persistirão, não se renovarão? Tudo o que era molde do espírito humano se quebrará? e o homem sem pátria, o homem universal será a expressão vitoriosa da evolução?

Por mais estranho que pareça e por mais ousado que seja qualquer afirmação nesta hora turva os dois princípios não são antagónicos e uma solução espontânea está-se desenhando na encorporação definitiva do indivíduo à nação. A ida de pátria está na raiz do espírito humano. E a tenacidade maravilhosa com que na guerra todos os homens acabam de defendê-la é uma afirmação da sua presença permanente na idealidade humana e do seu glorioso rejuvenescimento. A nação é o quadro do inquebrantável do indivíduo. O *eu* individual se completa no *eu* nacional. No encadeamento dos seres do mesmo passado colectivo continuando a marcha no tempo sem fim é que está o doce mistério da vida humana. A Nação é o meu próprio *eu* no que êle tem de eterno, de profundo, de remoto e de forte porque ela resume e exprime os sentimentos de almas como a minha formando um todo imortal.

E as lutas em que o indivíduo se empenha neste momento da posse do mundo fora das afirmações superiores da nacionalidade são de ordem secundária. As questões económicas mais ameaçadoras não se resolverão fora do conceito da pátria retemperado no fogo e na morte. Assim como a vitória do terceiro estado na Revolução Francesa não entrou o princípio da nacionalidade, assim o advento do quarto estado não quebrará as esferas nacionais e dentro delas se realizarão as transformações da sociedade. Nesta acomodação das ideas absolutas à realidade inelutável está a fórmula do pragmatismo político indispensável à vida humana, de cuja infinita complexidade a ordem é o precipitado essencial.

A guerra é a dor. Ela despertou em nós a consciência do espírito

nacional. A participação de Portugal e do Brasil na guerra revelou a estas pátrias a identidade da alma da raça que, apesar de tantas uniões disparatadas, persistiu a mesma, tenaz e imorredoura, através da fuga irreprimível do tempo. A guerra foi mais um traço de união da nacionalidade lusitana dos dois mundos. Pela fôrça do instinto da raça o povo brasileiro e o povo português se sentiram em comunhão de destino na defesa contra o germanismo que os quiz eliminar das suas pátrias.

A guerra foi também a pedra de toque da vitalidade portuguesa. Se o organismo ameaçado de morte não tivesse reagido seria o fim de Portugal. A repulsa instintiva oposta pela raça portuguesa é um admirável testemunho de que Portugal não renunciou a sua imortal missão no desenrolar da história da humanidade. Ele não fez a grande abdicação, *il gran rifiuto*, a que se condenou a Espanha.

A intervenção de Portugal foi um acto lógico de tradicionalismo nacional. Assim como há para os seres da escala zoológica uma lei de constância vital, assim deve haver a mesma lei de vida para as nações. A lei de constância da nacionalidade portuguesa eu a defino no espírito de progressão da raça.

Todos os organismos tendem a manter as células que os compõem num meio quimicamente idêntico ao seu meio original. A história da formação da nação portuguesa atesta-lhe a *lei de constância*. Logo que a nação se constituiu aí «onde a terra acaba e o mar começa», o destino de Portugal ficou traçado. É um destino de expansão inspirado pelo espírito de progressão nacional. Formou-se uma aliança entre Portugal e o mar, e nesta fusão se encontra o meio vital da nação portuguesa. Na fidelidade a êste meio de origem celular [está o segredo da vida do organismo português. Pelo mar Portugal se estendeu, e antes de partir de Sagres e dobrar o Cabo da Boa Esperança já havia atingido a África e a Ásia. Portugal se torna uma nação universal e ao Brasil transfunde aquele inicial espírito de progressão. Em um e outro hemisfério a lei de constância da raça portuguesa é a mesma. O meio vital a determina à expansão nacional, ao desenvolvimento da pátria pela face da terra. Portugal não pode como a França se limitar ao seu território europeu. A sua aliança primitiva com o oceano fixou-lhe o destino.

Se êle não conservar o ambiente dêsse meio vital, se o quiserem reduzir a viver sem expansão, Portugal definhará, e essa é a principal explicação das crises de desfalecimento no curso da história.

Quando Portugal cessa de desenvolver a sua nacionalidade, a raça portuguesa continua no Brasil a sua prodigiosa tarefa de descobrir e conquistar terras, de povoar desertos e encorporar novas regiões, mantendo assim o impulso originário pela fôrça da lei de constância vital. Esta ânsia de crescimento não terminou e ela é a melhor expressão da vida colectiva brasileira. O mesmo carácter de raça anima os dous povos, a mesma lei de vida funde espiritualmente os dous países. A união política de Portugal e do Brasil, consequência da unidade moral das duas nações, seria a grande expressão internacional da raça portuguesa.

Para se justificar esta magnífica aspiração das duas nações da mesma alma e da mesma língua bastaria o sentimento da defesa do património português ameaçado ainda há pouco pela cúbiça da Alemanha.

É uma questão essencial para o Brasil.

No século xvii os brasileiros, já conscientes do destino universal de Portugal, vieram comandados por Salvador Correia de Sá, expulsar os holandeses de Angola. A história se repetiria, os brasileiros teriam vindo novamente defender as colónias portuguesas, se Portugal, num esplêndido esforço, não tivesse repellido por suas próprias mãos a invasão alemã. Trata-se de manter o nosso prestígio comum no Atlântico. E além desta consideração, que é dominante na ordem política, deve-se considerar o grande bem que seria para a immortalidade do pensamento brasileiro a sua encorporação ao mundo português. Haveria a Universalidade para o espírito brasileiro e maior aspiração humana para os destinos do Brasil. Unido a Portugal, o Brasil se tornaria uma nação europeia, realizando a fusão do Oriente e do Ocidente sob um só espírito nacional, que seria português como para outras regiões é inglês ou francês. Para Portugal um grande benefício político resultaria da sua união com o Brasil, nação americana onde a cultura portuguesa obteve um ritmo mais acelerado e vivaz. Por toda a parte no vasto e velho domínio português sopraria o espírito de mocidade vindo do Brasil, e uma nova vida recomeçaria mais ardente, mais poderosa e mais bela. E como esta unidade de dois países viria imediatamente terminar com as barreiras fiscais nos portos portugueses para a exportação brasileira, Lisboa se tornaria a grande cidade europeia, base do comércio brasileiro, e logo uma grande transformação se realizaria na poética metrópole portuguesa chamada a um deslumbrante futuro internacional e para todo Portugal seria a magia da prosperidade.

As razões económicas que determinam a união de Portugal e do Brasil foram percebidas pelos alemães quando êles ambicionavam se apossar do sul do Brasil e das colónias portuguesas da África. A Alemanha queria canalizar para Hamburgo os produtos do Brasil e de Angola. Se o Brasil e Portugal se unirem, em vez duma concorrência entre as duas regiões produtoras dos mesmos géneros e das mesmas matérias primas se daria uma frutuosa e fraternal colaboração.

E o momento é oportuno para realizarmos êste admirável plano político, porque desta guerra nasceu uma decisiva corrente idealista que influirá para chamar a simpatia do mundo para o ideal luso-brasileiro. Uma grande força de atracção funde as nacionalidades da mesma lingua e do mesmo pensamento, e dêsse esplêndido movimento de coesão nacional surge a Polónia renascida, a grande Roménia, a federação yugo-slava, e a Boémia revelada pelos Tchecos-Slovacos. A federação luso-brasileira mais simples, mais fácil, não se fará nem pela guerra nem pela morte, mas pela inteligência e pela vontade de cinquenta milhões de homens, inspirados por um mesmo pensamento nacional que quere ser eterno.

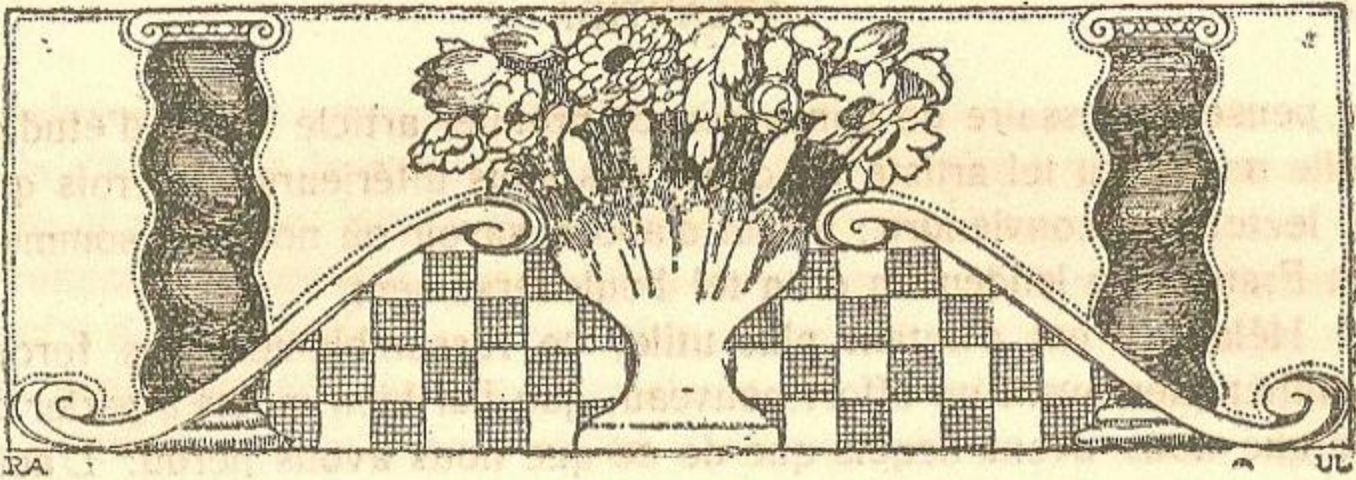
Sendo português o Brasil não deixará de ser uma nação americana. A originalidade do Brasil é de ser o continuador de Portugal, o herdeiro da espiritualidade latina no mundo americano. O privilégio do Brasil é o de fundir duas forças: a que vem do passado no sangue português e a que recebe do ardente meio físico em que se desenvolve esta transplantação da alma latina. Estas duas forças não se excluem e enquanto a sua fusão se realiza suavemente e que a impulsão americana move sem violência as ideas e a sensibilidade portuguesa, uma vida ardente inflama o imenso país. A terra brasileira eleva-se n'uma ascensão espiritual. Sente-se em cada pensamento a inspiração dum grande destino. A energia cria a miragem, que por sua vez se torna o animador da vontade. O Brasileiro vive o poema da aspiração. A sua alma ilumina-se à idea de que a pátria deve ser forte e majestosa, como a natureza onde ela se fixou. Na equivalência do mundo moral e do mundo físico, no esforço de adaptar a nação à natureza e de a edificar nas mesmas vastas dimensões desta, acha-se a célula primordial de toda a idealidade brasileira, herdeira de Portugal. Concentram-se as energias neste plano duma grande nação. Para o realizar todas as forças espirituais se aplicam na dominação do mundo material. Conquista-se de novo a terra. Uma força indomável leva as gentes da beira do mar aos sertões

do interior. Nas florestas do Mato Grosso, nas chapadas de Goyaz, nos rios do Amazonas, repete-se o ciclo dos descobrimentos.

É a volta dos bandeirantes. Uma alegria física transforma a antiga melancolia originada do deslumbramento e do pérfido quebranto dos trópicos. O entusiasmo harmoniza o homem com a natureza. Uma mesma energia anima a fôrça consciente e a inconsciência. Os homens são enfim os filhos da terra, desta terra ideal que se lhes mostra na sua predestinação imortal. Os construtores da Pátria a criam à imagem da natureza. Dêste sentimento de unidade indissolúvel do homem e da terra surge a reacção contra os povos perturbadores que tentam separar as almas e alterar a combinação secular da espiritualidade brasileira. Libertando-se desta impureza, o Brasil se afirma como o continuador do génio português no mundo americano, e dá à alma antiga mais entusiasmo, mais vigor, à América mais claridade na sua inteligência com o Universo.

Paris, Março de 1919.

GRAÇA ARANHA.



Lettres et arts de France

I

Atlântida m'a fait l'honneur de me demander de parler périodiquement du mouvement littéraire et artistique français à l'heure même où la France sortait victorieuse, aimée et respectée, de la plus grande crise de son histoire. Cette coïncidence me dictera les quelques réflexions préliminaires que nécessite mon premier contact avec le public portugais.

Je sais combien ce public est informé des choses de France. Je voudrais d'autant plus gagner sa sympathie que je n'ai pas, devant lui, la sensation de parler à un public étranger. Nous touchons à l'heure où le mot «étranger» n'aura plus aucun sens, surtout entre races de culture latine, servant le même idéal moral. Je souhaite donner ici, relativement aux lettres, à la peinture, à la sculpture, à la musique, des réflexions générales sans aucun pédantisme, dans le but de faire mieux comprendre et mieux aimer certaines œuvres et certains hommes. J'espère qu'on me saura plus de gré et qu'on me fera plus de confiance si je garde toujours le ton d'une libre causerie d'artiste devant des amis, au-delà de la distance et du temps.

On me comprendra, on me pardonnera, si j'avoue l'immense fierté qui emplit mon cœur pour mon pays : mais je me garderai de mettre aucun orgueil excessif dans mes appréciations sur son art et sa littérature. Il est évident que son triomphe fera attendre beaucoup de lui, qu'on trouvera juste qu'il prenne sa large part des influences perdues par la «kultur» allemande ; on l'admiraît, on l'admira encore davantage, on lui demandera volontiers des directions intellectuelles. Ces directions, est-il prêt à les donner ? Voilà le point auquel

je pense nécessaire de consacrer ce premier article avant d'étudier telle œuvre ou tel artiste au cours des mois ultérieurs. Je crois que le lecteur en conviendra : il faut d'abord savoir où nous en sommes, en France, au lendemain d'un tel bouleversement.

Hélas ! il est d'autant plus utile, ce rassemblement des forces synthétiques avant un effort nouveau, que j'ai bien moins à parler de ce que nous avons acquis que de ce que nous avons perdu. L'activité artistique n'a jamais cessé chez nous depuis cinq ans malgré les périodes d'angoisse, l'invasion de la patrie, le bombardement de Paris, et tant de deuils. Mais la liste des hommes de valeur perdus pour la gloire du pays est effroyante. Toutes les grandes Écoles ont dû souligner de nombreux traits noirs les noms d'élèves qui eussent été les maîtres du lendemain.

Les jeunes poètes, les jeunes peintres, sculpteurs, musiciens, sont tombés en foule. Récemment, comme le jeu innocent des «enquêtes» est toujours de mode dans la presse, on a demandé : «que sera la littérature de demain ?» Les réponses ont été naturellement sonnées par des écrivains connus et âgés.

C'était aux jeunes de vingt à trente-cinq ans qu'il eût été efficace de s'adresser : mais ils étaient au combat, ou ils étaient morts. Ceux qui reviendront mettront quelque temps à se ressaisir : la guerre aura d'ailleurs, par ses souffrances et ses enseignements, modifié si profondément leurs idées que nous ne pouvons rien en prévoir d'après leurs œuvres de début, écrites avant la crise. Il y aura donc une sorte d'interrègne qui sera rempli par la littérature «de guerre», laquelle nous a donné et nous donnera encore des œuvres fort intéressantes. Mais il est incontestable que le meilleur d'une génération aura disparu. Je remplirai un pieux devoir en redisant ici quelques-uns des noms qui représentaient déjà les plus belles promesses ou des créations remarquées : les poètes Adrien Bertrand, Émile Despax, Charles Péguy, Paul Drouot, les romanciers et essayistes Louis Codet, Robert d'Humières, Paul Lintier, Pierre-Maurice Masson, Charles Muller, Émile Nolly, Ernest Psichari, Art Roë, Alain Fournier, Louis Pergaud, les peintres Gourdault et Lemordant, le symphoniste Albéric Magnard, étaient de ces hommes d'élite qui eussent demain enrichi devant vous le prestige français, et dont le considérable apport intellectuel est irréparablement annulé. Leur sacrifice leur a assuré la plus belle gloire, mais il ne nous a pas laissé le temps de la leur décerner.

Ces pertes n'ont pas été les seules que nous ayons dû déplorer,

quelques aînés nous ont quittés, et le chagrin n'a pas été étranger à la disparition de certains d'entre eux. En un pays dont on ne répètera jamais avec assez de force qu'il ne voulait pas la guerre, les intellectuels ont tous été frappés douloureusement par ce démenti brutal à leur idéalisme, à leur rêve de travail paisible, d'entente noble avec quiconque cultivait les divers domaines de l'esprit humain : et ce n'est pas en France qu'on a vu une centaine d'artistes et de savants glorifier la guerre fraîche et joyeuse et mettre sous leurs pieds l'esprit de justice en un manifeste dont la flétrissure ne s'effacera pas. C'est de dégoût et de tristesse intellectuelle que sont morts Jules Lemaître, Remy de Gourmont et Péladan. À ces noms il faut ajouter ceux, plus illustres encore, d'Auguste Rodin, d'Edgar Degas et de Claude Debussy, ce dernier bien plus éloigné que tous les autres d'avoir accompli son œuvre.

Avec Jules Lemaître a disparu le plus exquis représentant de la critique d'impression et d'humour. Avec Remy de Gourmont la France a perdu son plus considérable critique d'idées générales et un des hommes qui lui faisaient le plus d'honneur, bien qu'il n'occupât point toute la place qu'il méritait. Romancier d'une originalité aiguë, érudit, théoricien de l'idéalisme et du symbolisme, styliste parfait, Remy de Gourmont était une de ces penseurs qui élèvent la critique à la hauteur d'une création, et de plus un moraliste de la grande lignée française des Vauvenargues, des Chamfort et des Rivarol. Indépendant, solitaire, fier et pauvre, il ne fit jamais rien pour forcer la gloire : elle lui venait lentement quand il est mort. Ce prétendu sceptique était un homme passionné d'art libre, ne raillant que la médiocrité et l'hypocrisie, un noble caractère, un imaginaire et un savant dont l'influence était aussi profonde que discrète sur les jeunes générations, auxquelles il manquera cruellement. C'était un sage et un directeur de consciences, mais le moins pédant des hommes.

La destinée de Péladan aura été malheureuse. Érudit lui aussi, curieux d'art et de toutes les formes de la pensée, hanté par le souvenir des grands créateurs de la Renaissance, il s'est peut-être trompé en adoptant la forme du roman pour exprimer les idées d'esthéticien, d'occultiste, d'aristocrate intellectuel qui se pressaient tumultueusement en lui. Il aura été, avec Paul Adam et Zola, le troisième écrivain osant tenter, depuis Balzac, un cycle de romans sociaux. Ces romans, où abondent les idées curieuses, où brillent de très-beaux dons, sont inégaux et hâtifs, avec une indifférence à la forme assez singulière chez un homme si épris d'art. Péladan perdit plusieurs

années à essayer de lutter personnellement, par propagande directe, contre le naturalisme et surtout l'esprit de boulevard, dont il s'exagérait l'importance. La presse le railla avec une injustice cruelle : il ne créa pas moins un mouvement d'art intéressant, des salons où il tenta de ramener la peinture néo-impressionniste au style, à la composition, aux expressions psychiques qu'elle abandonnait fâcheusement. Puis il se retira de la vie publique et composa alors la partie la meilleure et la plus durable de son œuvre, quelques volumes de jugements sur l'art qui font de lui le plus remarquable critique d'art que nous ayons eu depuis Baudelaire, et où l'érudition s'unit à la plus belle ferveur. On y reviendra assurément, on y trouvera ce qu'on n'a guère voulu y voir jusqu'ici, une grande et forte doctrine de l'École française conçue par un haut et généreux esprit.

Tout a été dit sur Rodin : son génie, son influence universelle, l'exemple de sa longue vie de lutte. C'était le plus glorieux artiste de notre patrie depuis Puvis de Chavannes, et peut-être le plus glorieux de tous les pays. La seule pensée qui puisse atténuer notre regret de sa perte, c'est qu'il avait complètement achevé son œuvre et son évolution. L'une et l'autre furent longtemps mal jugées. Rodin a passé pour un révolutionnaire parce que ses conceptions saines et puissantes, servies par une technique incomparable, renversaient les dogmes factices d'une école académique affaiblie : en réalité c'était un classique remontant à la Renaissance, aux gothiques, aux grecs et même aux Egyptiens et Assyriens, pour retrouver les principes éternellement logiques de la statuaire. On l'a souvent appelé «le Michel-Ange français».

Cette comparaison est fort inexacte. Rodin s'apparentait bien plutôt à nos imagiers de cathédrales dans la période nerveuse et passionnée de sa création, alors que son art faisait songer à celui de Baudelaire, et dans la dernière partie de son admirable vie il revenait à la sérénité ample et majestueuse de l'art hellénique. Il est le dernier terme de la glorieuse lignée des Ligier Richier, Germain Pilon, Jean Goujon, Puget, Rude, Carpeaux, Barye, qui ont porté si haut le renom de la sculpture française, et peut-être les dépasse-t-il tous par l'intensité de son imagination symbolique et poétique. La statuaire moderne perd en lui son maître. Nous avons des talents remarquables, Bartholomé, Dampé, Injalbert, Pierre Roche, Bourdelle : nous avons eu Dalou, Falguière, Frémiet, mais la nature met un temps imprévisible à refaire des génies comme celui de Rodin. Il n'y avait point de génie dans Degas : mais c'était le plus savant

dessinateur qui existât chez nous, pénétré de la tradition d'Ingres. Camarade des impressionnistes et uni à eux par l'amitié et l'hostilité persistante de la presse, Degas n'avait ni la technique ni la mentalité d'un impressionniste. Esprit caustique, misanthrope cachant peut-être sous son scepticisme les blessures d'une sensibilité très-fine, Degas était un observateur réaliste épris du caractère de la vie moderne, et la traduisant avec science impeccable, une maîtrise patiente, un amour de la perfection, des dons éminents de coloriste, qu'on peut regretter de n'avoir vu s'appliquer qu'à de petits sujets anecdotiques de la rue, du cirque, des champs de courses ou des coulisses. Degas a vécu isolé, digne et presque pauvre, méprisant le succès tardif et surtout la vente opulente de ses œuvres dont il n'avait jadis rien tiré, ni gloire ni profit. Il était à la fois célèbre et ignoré du grand public, respecté par les jeunes mais dédaignant les salons. On peut dire aussi de lui qu'il s'est éteint ayant accompli toute sa tâche, exprimé tout ce qu'il était né pour exprimer, maître singulier et attachant ayant donné l'exemple d'une existence noblement indépendante.

La mort de Claude Debussy a d'autant plus ému le monde musical international qu'on attendait de lui une seconde période de maturité marquée par de grandes œuvres. Il avait vécu incompris, longtemps, jusqu'au jour où le succès de son drame lyrique *Pelléas et Mélisande* fit de lui brusquement un chef d'école et le fit qualifier de génie musical. S'il est vrai que les musiciens vraiment grands et originaux sont ceux qui découvrent des associations harmoniques insoupçonnées, forcent le public à s'y accoutumer, et enrichissent ainsi la faculté auditive humaine, alors il est incontestable que Debussy ait été un des grands musiciens des temps modernes. Doué d'une perception harmonique étrangement subtile, il a donné la sensation d'une musique inconnue et unique dans des chefs-d'œuvre de technique et de sentiment comme le *Prélude à l'après-midi d'un faune*, *Pelléas*, *la Mer*, et toute une série de pièces de piano aussi personnelles et aussi révélatrices que le furent en leur temps celles de Schumann. L'art de Debussy, capricieux, à la fois sensuel et irréel, était bien d'un artiste admirateur et émule de Mallarmé et de Whistler, d'un musicien de la génération symboliste. Il a marqué la libération définitive de la tyrannique influence wagnérienne. On n'y trouve pas de puissance, et peut-être est-il trop tôt pour le juger définitivement : mais il a créé une sensation profonde, et sans doute restera-t-il comme un rare témoignage de charme raffiné, de lyrisme

pur — en tous cas comme la manifestation la plus personnelle, la plus spontanée de toute la musique récente. L'école française contemporaine, issue de César Franck, n'aurait à présenter aucun artiste aussi attachant et aussi considérable, s'il ne lui restait Vincent d'Indy.

I

Ces hommages rendus aux morts laissent intact le devoir de rechercher ce que nous pouvons attendre des vivants. J'ai dit qu'il fallait bien se résigner à une sorte d'interrègne, trop naturel dans une France où toute la vie intellectuelle a été menacée par l'assaut de la barbarie inexorable. On y a vécu au jour le jour dans une idée fixe durant cinq années : rien n'est pire pour les arts qui exigent la pleine liberté de sentiment et de sensation. Toutes les tendances ont été interrompues brutalement. Une tranchée a été creusée entre hier et demain, où sont tombés beaucoup d'idéaux et beaucoup de formules. Des choses qu'on croyait importantes ont passé comme les modes sans qu'on y prît garde : des pensées qu'on croyait démodées ont repris, dans le péril collectif, une force imprévue. On désire, on pressent un grand changement, parce qu'il est naturel qu'une vaste secousse sociale fasse penser qu'elle s'étendra à tout l'ordre moral et intellectuel. Peut-être n'est-ce là qu'une symétrie illusoire, car les arts évoluent lentement et pour des raisons souvent distinctes de la vie commune : mais c'est un instinct. Comment définir et classer les données sur lesquelles nous pouvons compter ? La littérature et l'art des hommes réputés nous offrent là-dessus bien peu de renseignements. Il est remarquable que la grande guerre n'ait donné à aucune nation son poète vraiment national, sauf à l'Italie avec d'Annunzio.

Nos poètes estimés, nos romanciers en vogue, n'ont guère fait que continuer leur manière, ou se taire, désorientés : et nos dramaturges ont montré quelques timides intentions de s'adapter au ton du jour. A la vérité notre théâtre, tel qu'il était avant 1914, peut faire preuve de repentir. Nous possédions d'habiles auteurs, mais ils ont certainement contribué à discréditer la véritable France aux yeux de l'étranger, et aidé la propagande allemande à nous peindre comme une nation sans mœurs et sans idéal. On a reconnu depuis la vérité : mais qu'aurait-on pu attendre de notre vitalité, de notre esprit de sacrifice, si nous avions été tels que ces auteurs nous représentaient ? Ils se limitaient à la description d'une toute petite société d'égoïstes

et d'évaporées, sous le prétexte que les honnêtes gens n'ont pas d'histoire, et ils négligeaient les mœurs de la famille française, son idéal de devoir dissimulé sous la gaieté élégante. Ils nous desservaient gravement, ils nous diffamaient sans y prendre garde, et gagnaient argent et renommée à ce triste jeu. Nous le tolérions par indulgence, sachant sa fausseté et nous connaissant bien nous-mêmes; mais nous ne nous doutions pas assez du mal que cela pouvait nous faire au dehors, où l'on prenait notre indifférence pour un aveu. Il est temps que ces auteurs s'aperçoivent que leurs fantoches vicieux sont démodés et que les honnêtes gens peuvent être aussi intéressants, et même amusants, que les autres. Je m'empresse d'ailleurs de dire qu'il y avait de nobles exceptions, comme Émile Fabre ou François de Curel: mais, en général, notre théâtre était trop exclusivement un «article de Paris», et encore ce Paris n'avait-il aucun rapport avec celui qui a vécu sans trembler sous les bombes et en sachant, par deux fois, l'ennemi à ses portes. Nous aurons donc à espérer, à exiger une réforme morale du théâtre, qui va porter au dehors une image de nos mœurs, proposer un jugement sur elles à ceux qui ne vivent pas parmi nous, et qui par là donne à tous les Français le droit de prétendre que cette image et ce jugement ne nous trahissent pas.

Les œuvres de nos romanciers en vogue ne semblent pas avoir été modifiées dans leur principe par la guerre, qui n'a été pour eux jusqu'ici qu'un élément d'actualité à introduire dans leurs compositions, et non la base d'une transformation esthétique et morale véritable. Quelques types pittoresques sont nés: ils participent tous de la «littérature de guerre», qui nous a donné, parmi beaucoup de récits d'un intérêt documentaire, quelques belles preuves de talent avec les œuvres de René Benjamin, de Henri Barbusse, de Paul Linossier, de Robert Dubarle, entre autres. J'ai dit combien il était naturel de s'attendre à une importante floraison d'ouvrages de ce genre et à un lent réveil d'œuvres imaginatives dues à des jeunes.

A la veille de la guerre, il y avait une grande confusion dans les manifestations indépendantes. Le symbolisme avait été la dernière école littéraire qui témoignât d'un souci d'organisation cohérente autour d'un programme bien défini. Depuis, les tentatives s'étaient multipliées sans durer, par l'effet d'un individualisme capricieux et excessif, jaloux de toute contrainte. Une expression favorite était celle des «artistes d'avant-garde». Mais derrière cette avant-garde il n'y avait pas d'armée, c'est-à-dire, d'École Française.

Ceci était encore plus vrai dans le domaine des arts plastiques, et notre peinture surtout était dans un grand désordre. Le lent et difficile triomphe de l'impressionnisme avait abouti à détruire les préjugés et l'influence de l'enseignement académique qu'aucune force valable ne soutenait plus : et on n'avait plus voulu d'intermédiaire entre l'artiste et la nature. Mais la juste haine des faux principes et des disciplines illogiques avait conduit à exagérer jusqu'à considérer comme funeste tout principe et toute discipline, au lieu d'en rechercher de plus justes : on en arriva vite à penser que chaque véritable artiste devait à lui seul réinventer toute la peinture, en se défiant des traditions et des musées, et que l'individualisme absolu devait être la commune mesure de toutes choses.

Cet anarchisme intellectuel s'est manifesté violemment depuis que le groupe des grands impressionnistes français a cessé d'être discuté. On a vu successivement se produire des essais techniques plus ou moins éphémères comme le pointillisme, le néo-impressionnisme, le symbolisme décoratif, le cézannisme, la peinture déformatrice dite des « fauves », et enfin le cubisme et l'orphisme. Le caractère général de ces diverses conceptions a été la volonté de délaissier toute observation et interprétation directe de la nature pour leur substituer une transposition décorative tout arbitraire, une combinaison de lignes et de plans colorés ayant son but en elle-même — ce qui est le propre non du tableau mais du tapis. Le style, la composition, l'expression psychique ont été écartés par aversion pour « les sujets », et on a considéré que les couleurs et les formes étaient par elles-mêmes les seuls vrais sujets, le reste étant de la littérature peinte et non de la peinture.

Nous avons ainsi été amenés à une grande confusion d'individualités, sans homogénéité des efforts, sans directions définies. Chacun a voulu et cru faire nouveau, et comme chacun imposait une vision incontrôlable en supprimant les obstacles qui exigeaient jadis de longues études, le métier de peintre est devenu facile. Cette facilité s'est traduite par une surproduction dangereuse. Nous avons eu trois et quatre grands salons annuels, cent expositions particulières, et comme la vente ne répondait pas à l'offre, un véritable prolétariat des indépendants s'est créé. Il n'y a aucune raison de ne pas dire franchement que l'affaiblissement de l'autorité et de la science des critiques d'art, les mœurs d'agiotage et de publicité payée introduites par les marchands de tableaux, ont compliqué gravement la crise. Le cas le plus scandaleux a été celui du « lancement » posthume des

œuvres de Paul Cézanne, artiste sincère, modeste, chercheur, mais mal doué par la nature et d'une incurable gaucherie d'esprit et de moyens, dont on s'avisa tout à coup de faire un génie incompris et une sorte de Giotto du néo-impressionnisme. Une spéculation effrénée s'appuya sur les dithyrambes excessifs consacrés à ce vieil artiste malchanceux dont quelques paysages et natures-mortes ne sont pas sans puissance, mais dont les figures sont grossières, et qui ne put jamais réaliser une composition harmonieuse. Camarade des impressionnistes, Cézanne trouvait insuffisante la base esthétique dont ceux-ci se contentaient, l'étude de l'atmosphère radiante, et essayait de réagir en faveur du paysage composé et stylisé : mais ceci était fait avec autrement de science et de goût par un Puvis de Chavannes ou un Besnard.

Le cas Cézanne restera comme un des signes les plus frappants du désordre post-impressionniste, dont le dernier terme a été le paradoxe du cubisme décomposant tous les objets visibles en figures géométriques n'ayant plus aucun rapport avec ce qu'on a de tous temps demandé à la peinture.

C'est du moins là que nous en étions à la veille de la grande guerre. Mais notre effort artistique avait su s'imposer à l'admiration du monde par de tout autres titres. L'impressionnisme avait modifié très utilement la vision des jeunes peintres de tous pays. Nous avions un beau groupement d'artistes sains et harmonieux, formant le noyau d'une belle école affranchie des erreurs académiques : Besnard, Cottet, Lucien Simon, René Ménard, Le Sidaner, Lobre, Pinet, Roll, gardaient le respect de la science et de la vérité plastique, en marge de la dégénérescence néo-impressionniste. Des morts comme Paul Gauguin et Eugène Carrière avaient été des maîtres, à des titres très différents : et nos salons réunissaient, malgré la pléthore et les déchets inévitables, une quantité imposante d'excellents artistes. Ils compensaient les outrances, les sophismes encouragés par une certaine presse, et même la sournoise influence allemande, dont le mauvais goût proverbial s'était attesté peu avant la guerre par une énorme et laide exposition d'art munichois imposée en plein Paris. C'est là une chose que nous ne reverrons plus, et d'autre part il semble que les aberrations du cubisme soient déjà passées de mode. Il semble inévitable qu'une réaction ne se produise pas en faveur du style et de la composition, d'un retour à l'étude directe et scrupuleuse de la nature. Le cubisme peut être considéré comme le dernier terme de l'évolution d'un individualisme tout subjectif qui, n'admettant

d'autre règle que sa fantaisie, en arrive à se détruire lui-même pour avoir cru s'affranchir de la vraisemblance. Un pays qui a produit Watteau et Delacroix ne peut répudier longtemps, par une puérile crainte de confusion entre l'art plastique et les sujets «littéraires», ces éléments intellectuels qui élèvent l'art pictural à la hauteur de la grande poésie. Et ce même pays, qui a produit avec Rousseau, Corot, Monticelli, Claude Monet, quelques-uns des plus grands paysagistes du monde, ne saurait longtemps délaissier l'observation directe et approfondie de la vie au profit d'une déformation décorative issue du souvenir des Primitifs et des Japonais, lesquels ont d'ailleurs été d'admirables et scrupuleux interprètes du vrai jusque dans leur désir d'ornementation ou d'expression.

La musique française récente n'a pas subi une évolution moins curieuse, moins séduisante et moins inquiétante. Jamais elle ne présenta autant de talents. Son dernier grand groupement homogène se constitua autour du génial César Franck, avec Vincent d'Indy, Ernest Chausson, Gabriel Fauré, entre autres artistes qui sauvegardèrent les droits de la symphonie, de la sonate, de la musique de concert et de chambre, à l'heure où l'influence wagnérienne semblait devoir subordonner toute la musique au drame lyrique. L'étroite union des poètes symbolistes et des jeunes compositeurs créa une heureuse renaissance du lied français, et l'initiative d'un apôtre fervent, Charles Bordes, ramena l'attention vers la vieille musique française du xv^e au xviii^e siècle. Les vigoureux tempéraments du réaliste Alfred Bruneau, du berliozien Gustave Charpentier, plus heureux en leurs efforts qu'Emmanuel Chabrier, contribuèrent encore à libérer l'esprit musical français de l'influence bayreuthienne. Enfin la révélation de l'art de Claude Debussy inaugura une école toute nouvelle, nettement antiwagnérienne, dont les plus récentes personnalités sont celles de Maurice Ravel et de Florent Schmitt. Depuis 1914, l'activité musicale s'est naturellement ressentie des événements, et on n'a guère à signaler, comme œuvre importante, que la considérable *Légende de Saint Christophe* où le grand symphoniste Vincent d'Indy, notre plus glorieux créateur actuel, a accumulé toutes les ressources de son inspiration hautaine et de son style à la fois classique et novateur. D'une façon générale, on peut dire que l'art singulier de Debussy a eu pour conséquence d'hypnotiser les musiciens sur des recherches harmoniques, un peu à la façon dont l'art impressionniste avait amené les peintres à ne plus s'occuper que de recherches chromatiques. La couleur pour la couleur, la sonorité pour la sonorité ;

même aversion pour les «sujets» et la grande composition. Ni l'école de Franck ni celle de Debussy n'ont tenu à scène lyrique, sauf en de rares occasions qui constituent des exceptions. L'antipathie marquée pour les grands développements, la tendance à prendre pour buts les problèmes techniques qu'on considérait comme des moyens, unissent l'impressionnisme musical et l'impressionnisme pictural. Les œuvres sont devenues très courtes, elles illustrent des thèmes très simples, et la subtilité des associations sonores en fait le mérite essentiel. Le souvenir de Beethoven est aussi délaissé que celui de Wagner: par contre, l'influence de Liszt symphoniste a beaucoup grandi. Notre musique n'a ressenti aucunement l'exemple des œuvres violentes et vastes de Richard Strauss, le seul musicien intéressant que l'Allemagne impériale ait produit depuis Wagner et Brahms, parmi une foule d'ennuyeux capellmeisters.

Il semble que là aussi la tendance à faire de la technique l'essentiel d'un art, à rejeter toute discipline, ait atteint son apogée. La musique française ne constitue pas moins, peut-être, l'ensemble le plus brillant et le plus original de l'Europe depuis que l'école russe a sombré dans l'imitation de la symphonie allemande, depuis que celle-ci s'est figée dans un classicisme étroit, et puisqu'enfin l'école italienne ne sort pas des pires formules du mélodrame lyrique, et que l'école espagnole, si intéressante, est encore trop neuve pour compter véritablement. Il faut ajouter que le public français, jadis rebelle à tout ce qui dépassait l'opéra ou la musique légère, est devenu fervent de la symphonie, au point qu'il faut voir là un des traits les plus significatifs de l'évolution de sa sensibilité collective. Il y a maintenant en France ce qu'on n'ait jamais cru y voir, une «religion de la musique» qui réunit par milliers, à Paris et en province, les fidèles du concert dominical: et aux heures du plus grand péril, quand les obus tombaient dans les rues de la capitale, les passionnés de musique n'ont jamais déserté les salles, trop petites pour les accueillir tous.

III

Je ne prétends pas, bien entendu, avoir fait un résumé complet de notre situation artistique. Je voudrais seulement mettre en évidence l'idée générale qu'elle suggère. Cette idée est que l'individualisme indépendant, parvenu à ses dernières limites, nous a donné quelques très belles œuvres, mais s'est avéré insuffisant à coordonner

ner les efforts et les tentatives, à constituer une doctrine. C'est le fait éternel de toutes les anarchies. Or, si le monde attend beaucoup de nous, nous ne pourrons répondre à son attente qu'en nous reconstituant doctrinalement, c'est-à-dire en soumettant les tempéraments riches et variés que nous possédons en abondance à une discipline librement consentie, à une hiérarchie coordonnée. C'est par cette force d'organisation synthétique que, par exemple, les styles Louis XIV, Louis XV et Louis XVI ont pu devenir les modèles incontestés de l'Europe. Et c'est là de seul «impérialisme» auquel nous puissions prétendre, celui du goût, de l'intelligence bienfaisante, excitatrice d'intelligence et de goût dans le reste de l'univers. C'est là notre forme de «Kulturkampf» qui ne soulèvera ni jalousie ni haine, mais sympathie et émulation dans les luttes courtoises de la paix assurée.

Ayant fait partie des divers mouvements indépendants et résolument individualistes et anti-scolastiques depuis 1890, je me crois autorisé à dire que j'ai reconnu l'insuffisance de leurs données, et je le dis d'autant plus librement que je prends ma part de certains excès et de certaines erreurs. Il n'est pas question de revenir aux dogmes de nos Conservatoires et de nos Écoles des Beaux-Arts de Paris ou de Rome : ces institutions ont causé la crise d'anarchisme par la caducité et l'inertie de leurs enseignements, et elles demeurent aussi routinières et incapables de réparer le désordre. Mais il existe un grand malaise né du défaut d'orientation générale, et on éprouve le besoin de méthodes et de directions nouvelles. Il est fort probable que le magnifique relèvement de la France, la profonde communion de toutes ses classes durant cinq années devant le péril, vont écarter les velléités internationalistes, le scepticisme, le dilettantisme cosmopolite, et ranimer un grand amour des traditions, un nationalisme d'art, l'instinct d'une référence au classicisme.

Ceci sera certainement aidé par une transformation sociale intérieure qui paraît inévitable : je veux parler de la renaissance régionaliste, réclamée par toutes les provinces. L'unité de l'État a été trop confondue avec un fâcheux nivellement, on a aboli les coutumes pittoresques, abusé du centralisme parisien, affaibli l'esprit des terroirs : et ont reconnu déjà avant la guerre que c'était là une grande faute, au point de vue intellectuel comme à tous les points de vue sociaux. Nous avons failli voir disparaître la France, cela nous engagera à nous référer avec plus d'amour à son passé, à ses caractères fondamentaux, à ses usages, à tout ce que nous avons un

peu oublié d'elle et que l'horrible aventure nous a révélé si précieux à nos cœurs et à nos esprits. C'est seulement en marchant dans cette voie que nous retrouverons, artistiquement, cette «union sacrée» qui nous est apparue si nécessaire, et par elle seulement nous nous sentirons prêts à proposer à l'attention sympathique du monde une doctrine cohérente, rattachant les trouvailles récentes à la série des traditions classiques, éliminant les fantaisies éphémères, et ne retenant que les innovations fécondes, logiques et durables.

Il semble naturel, par exemple, que nos musiciens sentent avant peu que leurs compositions brèves et subtiles, fondées sur l'intérêt technique des combinaisons nouvelles de rythmes et de timbres, ne correspondront plus à l'attente des foules. C'est une loi d'art que les vastes convulsions sociales ont toujours déterminé la création de grandes œuvres et suscité les individualités capables de les réaliser, dans un délai plus ou moins long. Nous venons d'assister aux événements les plus terribles et les plus majestueux : on peut dire d'eux que leur variété dans la puissance laisse loin derrière elle tout le tragique shakespearien et tout le pathétisme de la fatalité antique. Invasions, combats colossaux, trônes écroulés, peuples libérés, tout est grandiose, tout dépasse les limites atteintes jusqu'ici par le lyrisme et le drame. Un art qui renoncerait à exprimer ces grandeurs et persisterait à rester délicat et petit avouerait son impuissance à demeurer ce qu'il fut toujours la voix suprême de la sensibilité humaine. Il est inadmissible que l'on nous dise que la musique, sous prétexte de bon goût et de mesure, doit rester claire, souriante et restreinte, avec un idéal de pantoufle de cendrillon pour chuasser le pied divin qui a écrasé la tête du Monstre. L'acquisition de moyens techniques tels que ceux que Debussy et ses successeurs nous ont apportés est soumise aux lois naturelles de toutes les acquisitions de moyens, c'est-à-dire qu'elle ne serait qu'un motif de virtuosité stérile si elle ne préparait pas les réalisations d'un style nouveau. Et cet impressionnisme musical, charmant et délicieux, ne comporte pas les éléments d'une grande œuvre de puissance capable de traduire les émotions que nous venons de vivre ; tout au plus peut-il agrémenter la structure par des détails ingénieux. Il y a aussi loin de Debussy ou de Ravel à la symphonie de notre épopée, telle que nous pouvons la rêver, qu'il y avait loin des clavecinistes de 1780 au Beethoven de l'*Eroïca* et de la Neuvième Symphonie. Cependant, de tous les arts capables d'oser exprimer l'énorme tragédie qui nous hantera longtemps, la musique est assurément le mieux fait pour réussir, et c'es

à elle que la foule ira d'instinct. Les génies puissants ne se créent pas à volonté : mais on peut dire que si notre musique veut imposer la suprématie, elle devra d'abord revenir à de vastes tentatives, à une simplification harmonique, à la recherche des grandes lignes, et cesser de sacrifier presque uniquement au désir de surprendre l'ouïe par de subtiles associations sonores, ce qui est devenu son souci capital depuis une dizaine d'années.

La peinture militaire a toujours été un genre détestable, et cette guerre admet moins que toute autre d'inutiles représentations anecdotiques : aussi me garderais-je de vouloir proposer aux peintres de demain un tel ordre de «sujets». Mais il semble bien que les recherches fiévreuses de procédés, qu'ont caractérisé le néo-impressionnisme, aient abouti à un déplorable oubli du sujet, du style, de la composition capable d'émouvoir le cœur ou l'esprit, pour ne faire du tableau qu'une sorte de jeu linéaire et chromatique où le moyen devient à soi-même son but. L'art récent a abusé des «études», multipliées en vue d'une œuvre à réaliser, qui n'aboutissait jamais : et c'est toujours un signe de malaise, quand le nombre des procédés excède de beaucoup celui des choses qu'on se préoccupe d'exprimer. Il est facile de constater la vérité de cette proposition dans l'histoire de toutes les décadences d'Écoles. Or, jamais sans doute on n'était arrivé au point de voir tout le but de l'art pictural dans l'invention des procédés, la chose à exprimer perdant toute importance. C'est pourtant là ce que l'art impressionniste, sans le vouloir, a déterminé, et c'est là la cause profonde du malaise. Faute d'enseignement méthodique, faute de discipline, le style s'est à peu près perdu et le caprice exigeant de l'intention décorative a exclu l'émotion de la peinture occidentale moderne, troublée par les influences orientales, par le primitivisme et l'exotisme qui ont séduit isolément les esprits inquiets et leur ont fait oublier que l'expression psychologique, subjective, de la figure et du paysage, a toujours été propre à la mentalité européenne. Les nécessités du modernisme ont fait que de plus en plus la peinture, comme la statuaire, a été isolée du monument civil ou religieux qu'elles ornaient simplement aux grandes époques. Nous ne pouvons guère espérer que l'architecture connaisse une renaissance assez brillante pour remettre la fresque et le bas-relief à leur vraie place, car le seul avenir logique que nous entrevoyions pour l'architecture est l'âge de la construction métallurgique, tout à fait distincte du palais ou de la cathédrale. Mais si nous devons borner décidément la peinture et la sculpture au tableau et à la statue,

du moins faut-il admettre que seul un retour au dessin expressif, au désir d'émotion suggérée par la composition, c'est-à-dire à ce qu'on a eu le tort de déclarer étranger à l'art plastique contemporain, redonnera assez de cohésion à l'école française pour influencer les autres nations. C'est d'ailleurs auprès de nos vrais maîtres équilibrés et savants, de Besnard, de Carrière, de Puvis de Chavannes, de Monet, de Degas, de Chéret, qu'elles cherchaient hier encore des exemples et des conseils : malgré une excessive réclame où l'agiotage a plus de part que l'intérêt artistique, le néo-impressionnisme et le cubisme ne sont qu'une petite partie de notre peinture.

Que dire enfin de l'état de notre littérature ? Elle abonde en talents. Le symbolisme, si maltraité par notre presse, nous a donné les seuls poètes touchants et originaux des vingt dernières années, depuis Verlaine et Mallarmé, avec Henri de Régnier, Albert Samain, Charles Guérin, Paul Fort, Francis Jammes, Stuart Merrill et d'autres encore. Nous n'avons pas de grand poète dramatique, car toutes les heureuses faveurs qui ont entouré un Rostand ne sauraient effacer ses fautes de goût, son esprit de pastiche, sa virtuosité verbale disproportionnée à la banalité de la pensée, et surtout le manque de subjectivité, de vie intérieure, de sa poésie rhétoricienne : et il s'agit là d'une gloire éphémère, que la mode a faite et emporte déjà. Mais le roman s'élève très haut chez nous avec un J. H. Rosny, un Paul Adam, un Louis Bertrand, et nous avons des essayistes et des critiques de la plus sérieuse valeur, soit qu'ils préfèrent un art littéraire isolé de la foule, soit qu'ils le mêlent largement à la vie sociale. L'ensemble permet de dire que notre littérature est prête, avec peut-être un peu plus de cohésion, de souci de la tradition, à jouer un grand rôle. Elle s'est, depuis quelques années, vivement préoccupée de l'expansion des idées morales françaises : il est à prévoir que les livres écrits par des jeunes gens revenus de la grande guerre seront imprégnés d'un nationalisme sain et d'un vigoureux souci des réalités sociales, mais avec une réelle tendresse humaine. Car on aura l'instinct d'une réaction de pitié et de joie, d'une joie altruiste et grave, après tant d'émotions et de douleurs.

Il me restera à examiner, avec les lecteurs de cette Revue, dans quelle mesure ces prévisions et ces espérances se réaliseront ou seront démenties. Ce sera le sujet de mes prochaines causeries, lorsque j'examinerai tous les trois mois ce que l'activité littéraire et artistique nous aura apporté de valable. Il m'a semblé utile auparavant d'établir cette sorte de bilan à la fin d'une époque close par des

événements formidables. C'est bien en effet, et chacun le sent, d'une ère nouvelle qu'il va s'agir.

Ne nous attendons pas cependant à un surgissement d'œuvres surprenantes. Les vieilles formules persistent, elles ne meurent que peu à peu : la tension morale, nerveuse et imaginative a été trop grande pour qu'une détente, une indécision, une fatigue ne s'ensuivent pas. Nous avons vu et subi trop d'horreurs, et c'est l'imagination créatrice qui, pour emprunter la célèbre expression de nos ennemis, exige d'être « fraîche et joyeuse ». L'art aura à se réorganiser comme le reste, et nous n'aurons sans doute pendant assez longtemps à noter que des symptômes de renouveau parmi des prolongations de formules déjà connues. J'essaierai du moins de saisir et d'exprimer ces pressentiments — les nouveaux traits qu'un avenir libéré et glorieux ajoutera au beau visage de la France.

CAMILLE MAUCLAIR.



A liga das Nações

Não tenho dúvida que nós, que temos tido o privilégio de acompanhar de perto os diversos passos desta tentativa gigantesca para transformação do feitiço político do mundo civilizado, no seu conjunto, como um todo, e em que estão colaborando, numa acção combinada, alguns dos mais notáveis engenhos de nossos dias, estamos sendo testemunhas dum louvável, dum bem intencionado, dum interessante esforço.

Estará, porém, tal esforço fadado a se converter na criação fecunda e bemfazeja, que se visa, capaz de conduzir os Estados, na sua expansão individual, a uma vida de concórdia dentro das linhas duma harmoniosa solidariedade?

É o que se deseja, mas o que, desde já, não se pode afirmar, nem prever.

De facto, os efeitos da obra, o funcionamento da máquina, não depende exclusivamente da acção de seus obreiros. Nem a união,



que se pretende organizar, é sómente a de alguns Estados, mas a de todos os Estados. Para o êxito do empreendimento, pois, é mister que se encorporem na Liga das Nações não só os aliados de hoje, que tomaram a si a tarefa dessa organização, mas também os que se conservaram neutros neste conflito mundial, como principalmente os que sucumbiram na luta.

Para a consecução de tal resultado, entretanto, será preciso certamente, em relação a estes últimos, que, assinada a paz, se encontrem êles num estado de espírito que lhes permita aderir, com sinceridade, à construção de seus adversários da véspera.

É claro que, se o Estado em que se reconstituir a nação alemã, que será desde logo um populoso Estado, não se filiar ao pacto, submetendo-se, em boa fé, aos seus princípios e regras, não desaparecerá com êle o perigo, que se quis afastar, de novas perturbações da paz do mundo.

Por outro lado, e tímidamente o indico, a mim se me afigura que com mais segurança no êxito das novas architecturas empreendidas se poderia, por agora, ter pensado numa organização menos complexa.

Creio bem que da Conferência, ora reúnida nesta cidade, vai sair criada a liga das Nações. A oposição, aliás temerosa, do Senado Norte-Americano não me parece de molde a encerrar um veto irreductível ao projecto, em cujas linhas gerais assentaram os representantes do mundo.

O respeito, que se manifesta supersticioso pela doutrina de Monröe, traduzida na fórmula — a América para os americanos —, não pode, num movimento de egoísmo continental, embaraçar a incorporação definitiva da América no concôrto da civilização mundial, nem, por outro lado, impedir a colaboração do Novo Mundo, com sua fôrça, com o prestígio de seus incalculáveis recursos, na obra da concórdia universal.

E ainda cabe perguntar: — ¿Pode já hoje a América opor à Europa a doutrina de Monroe, depois que ela, primeiro, com a fôrça de seus exércitos e agora com o génio de seus estadistas, interveio nos negócios da Europa?

— ¿Não é certo que a celebrada mensagem de 2 de Fevereiro é expressa no dizer que — «abstendo-se cuidadosamente de intervir em todas as questões relativas ao interêsse da Europa, devia à América ser permitido esperar uma igual abstenção dos gabinetes europeus no que respeita aos Estados do continente americano?»

É evidente, pois, que em nossos dias se transformou considerá-

velmente a face da questão ; e, neste momento, o que convêm assinalar é que os tempos mudaram e que a América precisa ser do seu tempo.

Monroe foi o Wilson de 1823. Então, à ameaça da Santa Aliança, o famoso Presidente da União do Norte cobria a fragilidade das nascentes nações da América latina com o manto da solidariedade continental. Agora, no interêsse de salvaguardar a paz do mundo e a continuidade do progresso contra as incursões sangrentas da barbárie, o Monroe do século XX universaliza a fórmula e diz:—a civilização para os civilizados—. Não é admissível que seja da própria América que advenha o obstáculo à acção do grande americano.

Wilson encontrará, certamente, no bom senso tradicional do povo de sua pátria o apoio para vencer.

Nem se poderá dizer, dum modo perfeitamente exacto, que a constituição da Liga das Nações seja a morte do Monroísmo. O que êste princípio visa é a independência da América da intervenção europeia; mas a Liga das Nações não é a Europa; é, ao envés disso, uma expressão para cuja fôrça e para cujo prestígio concorrerão também, e poderosamente, o prestígio e a fôrça da América.

Não penso, pois, repito, que existam, por êsse lado, embaraços decisivos e invencíveis; o que me parece, no interêsse da efectividade prática da idea e da maior facilidade de sua aceitação geral, é que, antes de pensar na criação de corpos directores, reguladores e julgadores, como se pretende fazer, dever-se-ia experimentar uma organização menos complexa.

Os eminentes homens de Estado, que conjugaram suas luzes e esforços para elaborar êsse pacto fundamental da civilização, quizeram desde logo dar a essa criação uma construção orgânica e funcional.

Eu não quisera ver, neste primeiro momento da execução desta apreciação magnânima, a intenção de se constituir o Mundo num grande Estado confederado, sob a direcção de uns tantos órgãos centrais, mas simplesmente o desejo de se estabelecerem as linhas gerais da harmonia internacional dos Estados, procurando encontrar antes um sistema do que um órgão que assegure o respeito de todos à observância de tais prescrições.

O desacôrdo entre o princípio da igualdade das soberanias e a verdade, evidente e iniludível, da desigualdade, sob diferentes aspectos, dos diversos Estados soberanos do Mundo, cria, ao constituir as linhas gerais dêsses órgãos directores, dificuldades de maior extensão.

E positivamente certo que nem os Estados, quaisquer que êles sejam, podem entregar cegamente a decisão de seus casos internacionais ao critério absoluto dum corpo onde preponderem decisivamente Estados de menor importância, de menor cultura e de menos perfeita organização política e social; como nem, por outro lado, tais Estados menores, se podem conformar com uma organização que inteiramente os ponha de parte, criando-lhes uma situação de verdadeira tutela e subordinação incompatível com sua dignidade de Estado soberano. É de ontem, e de conhecimento geral, o que se passou na segunda Conferência da Haia, em relação à participação dos Estados no Tribunal Permanente de Arbitragem. Foi aceito o princípio da arbitragem obrigatória; foi mesmo elaborada uma convenção para seu funcionamento; mas não foi possível encontrar, para a constituição do tribunal, a fórmula que conciliasse aquele assinalado desacôrdo, pelo que o tribunal permanente deixou de ser constituído.

Entretanto, digamo-lo desde logo, ao meu sentimento profano parece que a dificuldade pode não ter sido naturalmente ladeada. O escolho é o modo de constituir o tribunal; pois, que se não constitua o tribunal.

E, realmente, qual a necessidade de se criar um tribunal permanente de arbitragem? O princípio da arbitragem internacional vive e tem sido pôsto em prática diversas vezes, e com manifesto proveito, sem que tal tribunal tivesse jamais existido. A chamada *Cour Permanente d'Arbitrage de La Haye*, criada pela Conferência de 1899, não é propriamente um tribunal, mas uma simples lista de individualidades, designadas pelos Estados, para de entre êles as partes interessadas recrutarem os juizes para o arbitramento de seus casos. Nada mais. Registe-se mesmo que é da natureza da instituição a livre escolha dos árbitros pelas partes interessadas; donde, a criação de um tribunal privativo para os arbitramentos internacionais, até certo ponto, seria contrário à índole do sistema. O essencial, entretanto, é a adopção do princípio da obrigatoriedade do arbitramento. Aceito êsse princípio pelo acôrdo das Nações, tudo o mais é secundário.

Os árbitros serão pelas partes escolhidos, quer entre os chefes de Estado, como até agora se tem praticado com os melhores resultados, quer entre altas personalidades, da *Cour* da Haia ou não, podendo ser affectado ao conhecimento dum tribunal privado, já constituído, de notória autoridade, como, por exemplo, a Suprema Côrte

dos Estados Unidos. E, em relação ao arbitramento, tudo estaria resolvido.

É bem possível também que, em relação à Liga das Nações, como um ensaio, nesta primeira tentativa não fôsse descabido êsse critério de simplificação, buscando-se assentar a organização internacional, como disse, antes num sistema do que num órgão.

O essencial seria acordar na definição das linhas gerais de tal sistema; e a quais elas devam ser está no espírito de todos.

Os Estados deveriam constituir uma união jurídica, obrigando-se êles de modo solene:

1.º, a se abster completamente, uns em relação aos outros, de quaisquer medidas de violência ou agressão;

2.º, a procurar resolver pela mediação duma terceira potência, ou de arbitramento definitivo, se a mediação não der satisfatório resultado, as questões de qualquer natureza que se suscitarem entre êles;

3.º, a limitar seus armamentos para suas próprias necessidades internas, em uma proporção fixada por entendimento geral;

4.º, a se considerar em estado de guerra, ou pelo menos, a não se considerar neutrais, em relação a qualquer Estado pactuante que infringisse, em relação a qualquer outro, algum dos mandamentos do pacto solene.

Tenho para mim que, por enquanto, era quanto bastava para constituir a Liga das Nações, no visado intento de tornar o menos provável a dolorosa eventualidade de novas guerras.

E não estou só neste meu modo de pensar. O egrégio Wilson, cuja extraordinária e clarividente actuação nos negócios de interesse mundial enche de fundadas esperanças de melhores dias os amigos da concórdia universal, o egrégio Wilson no seu discurso de 4 de Março, despedindo-se em New-York de seus concidadãos para vir retomar em Paris seu proeminente lugar na Conferência da Paz, pronunciou as seguintes palavras: — «Nós temos como certo que se a Alemanha tivesse um só momento pensado que a Gran-Bretanha se uniria à França e à Rússia, não se teria metido na aventura da guerra; e a Liga das Nações tem por fim justamente fazer sentir, a toda a nação violadora do Direito, que não sómente a Gran-Bretanha, mas também os Estados Unidos e, com êles, o resto do Universo, se lhe apresentariam de frente contra tentativas de igual natureza.»

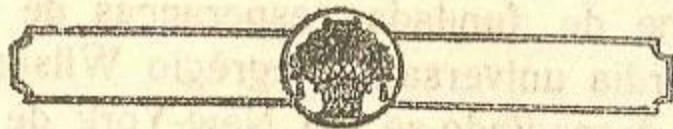
É isso que se busca; e isso se poderia alcançar com a conven-

ção aqui esboçada na sua extrema simplicidade. O mais viria depois; e assim, neste momento de tantas dificuldades, dificuldades novas se evitariam, escolhos temerosos se contornariam e se suprimiriam competições de amor próprio, e tudo sem prejudicar de modo algum o objecto fundamental e humanitário que se procura.

Dêste simples modo por que apreendo o problema e o venho expondo nestas linhas despretensiosas, nada vejo de impossível. De tal feitio, ou de outro porêem, — e não deixa de ser louvável todo o esforço para se criar um aparelhamento mais directo, mais eficiente, como para tanto se tem esforçado a illustre Comissão encarregada de redigir o texto a ser submetido ao conhecimento pleno da Conferência, — de qualquer modo, porêem, é mister que o problema seja resolvido. Não é de hoje que a Humanidade procura chegar a um acôrdo nesse sentido. Depois das duras provações desta guerra, que afligiu nossos dias e que se apresentou feroz e desumana mais que outra qualquer da História, esperemos que se possa dar comêço de realidade a êsse ideal, que já o grande Sully preconizava no tempo de Henrique IV e a que, em nossos dias, o Presidente Wilson deu o prestígio fascinante do seu génio.

Paris, 10 de Março de 1919.

RODRIGO OCTÁVIO
da Academia Brasileira.



Les Amantes



M^{me} de Brimont, que pela primeira vez honra a *Atlantida* com a sua colaboração, é uma das mais veementes, sinceras e nobres escritoras da França. O seu último livro, *Mirage*, foi acolhido com as maiores palavras de louvor pela crítica parisiense, que já recebera com lisonjeiro carinho os seus primeiros volumes, *L'Essor* e *Tablettes de Clre*. No próximo número a *Atlantida* falará largamente desse raro temperamento de artista, que por direito de talento e de família continua a tradição literária de Lamartine, e que no verso clássico — como o da poesia que publicamos — e nos ritmos livres, que são a verdadeira pedra de toque dos poetas eleitos, triunfa esplendidamente pela maravilhosa harmonia das estrofes e pela comovida emoção que de toda a sua obra irradia, com ternura comunicativa.

*De tous ceux-là, héros sans peur et sans reproche,
nouvelle légions de Kléber ou de Hoche
qui reposent, muets à présent et glacés ;
de ces rouges martyrs dont rien n'a vaincu l'âme,
de ces impérieux et sereins trépassés
peut-être n'en est-il pas un qui n'ait laissé
derrière lui les yeux humides d'une femme,
et des doigts se crispant sur des seins angoissés . . .*

*Pleurez, Amour, pleurez à travers les amantes !
Hier encore, au jardin plein de votre danger
les unes ressemblaient à ces ombres charmantes
qu'une langueur éparse et sensible tourmente ;*

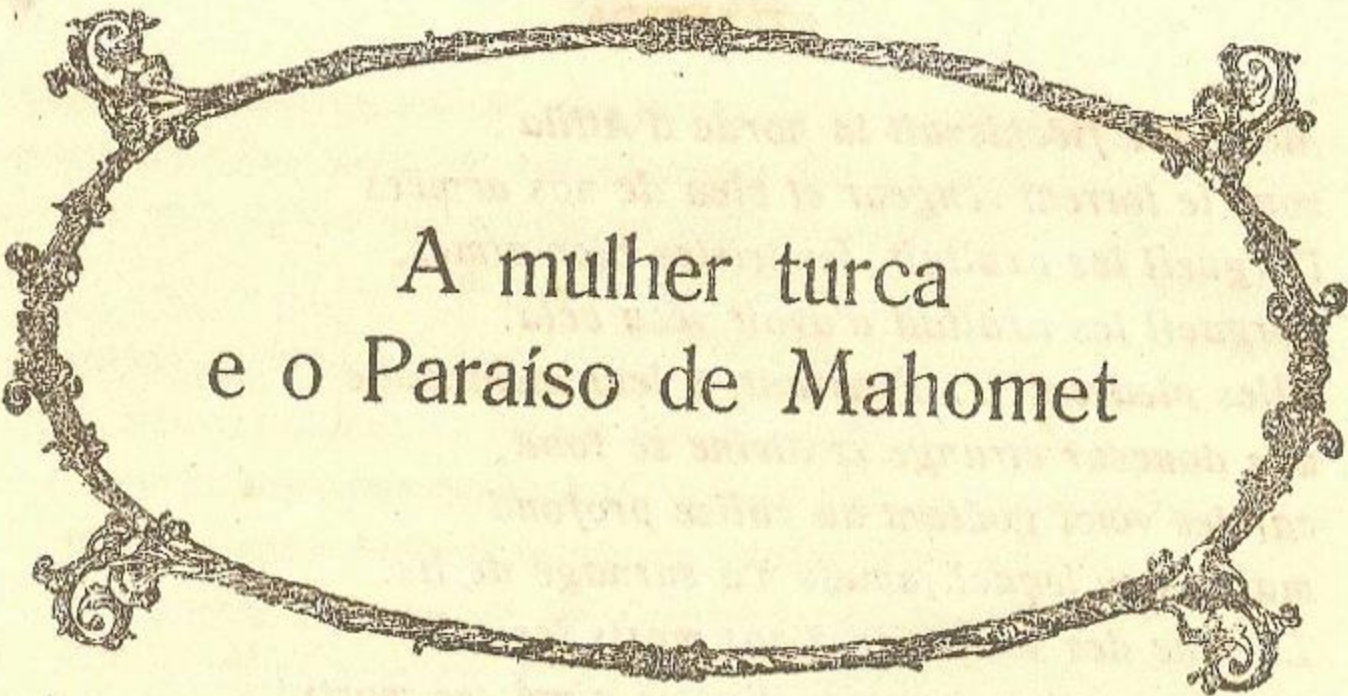
*les autres se grisaient des fruits de vos vergers,
 des corolles baillant, soleilleuses. des grappes
 que Septembre gourmand se plaît à vendanger ;
 les autres accouraient au bruit de vos agapes,
 Amour, chevalier blond d'une Manon Lescaut !
 D'autres, comme un trésor recueillaient vos échos,
 d'autres vous poursuivaient de leur chasse importune,
 d'autres vous enchaînaient avec des tresses brunes
 et d'autres dénouaient, en dansant sous la lune,
 leur ceinture couleur de rose ou d'abricot ;
 toutes, toutes portaient dans leurs doigts frais des astres,
 toutes foulait du pied l'idéal et l'azur,
 et toutes vous servaient, Amour aveugle et sûr,
 Amour dont le baiser rafraîchit et dévaste ;
 et toutes, au jardin secret qui vous est cher,
 voluptueusement, les brûlantes, les chastes,
 communiaient en vous par l'âme et par la chair !
 Andromaque riant au milieu de ses larmes,
 Yseult vous bénissant, ô bienheureux fléau,
 Juliette éperdue attendant Roméo,
 Héloïse mourant d'avoir subi vos charmes,
 la nonne portugaise épuisant chaque nuit
 en cris désespérés et vains son écritoire,
 ces amantes, ces sœurs d'une touchante histoire
 étaient-elles jadis un plus belle offertoire
 que les femmes pleurant nos guerriers d'aujourd'hui ?*

*Elles pleurent . . . Pourtant une flamme s'allume
 en elles qui se mêle à leur « Miserere » ;
 quelque chose de pur, d'auguste et de sacré
 dissipe de leur sein l'excès des amertumes.
 Elles pleurent . . . Pourtant un souffle d'au delà
 dispersant les cheveux épars, les sombres voiles,
 attise dans leurs mains encore des étoiles . . .*

*Alors que fléchissait la horde d'Attila
sous le torrent vengeur et bleu de nos armées
l'orgueil les exaltait, les tristes bien-aimés,
l'orgueil les exaltait d'avoir vécu cela.
Elles pleurent . . . Pourtant, à leur mélancolie
une douceur étrange et divine se fonde,
car les voici goûtant au calice profond
mais dans lequel jamais n'a surnagé de lie.
L'arche des souvenirs à nos morts les relie . . .
Ah ! le suprême honneur d'avoir aimé ces morts !
Et du sanglant linceul tant de gloire ruisselle
qu'elles sentent peut-être, obscur et noble accord,
un peu de cette gloire aussi monter vers elles . . .*

Novembre, 1918.

BARONNE A. DE BRIMONT.



A mulher turca e o Paraíso de Mahomet

É do próximo livro, a sair, de João do Rio, *Sensações de Viagens*, editado pela Livraria Aillaud, o admirável trecho que vai ler se. A comoção e a ironia, a fantasia e a observação nele se enlaçam como irmãs gémeas e inseparáveis, como se enlaçam na vida. Com esse seu novo livro, em que não há uma página que não brilhe de originalidade e de imprevisto, João do Rio consagra mais uma vez o seu nome ilustre e enriquece a língua portuguesa e a literatura do seu país com um livro que nelas perdurará, como tantos outros dos seus volumes.

A fantasia transformou para os nossos olhos a verdade do Oriente. Nós lemos os poetas. E os poetas inventam. Os passados, os modernos, os de ontem e os de hoje. Quando se voltam para o Oriente, o sonho os conduz e êles caminham vendo serralhos, mulheres escravas, circassianas presas chorando o amor deixado na montanha, harêns cheios de perfumes e de eunucos, assassinatos, sultanas desaparecendo no Bósforo, odaliscas deslocando os rins em lascivas danças. É a eterna Sherazade! Mas os poetas exageram. Podem mentir. Temos porê m os prosadores, os romancistas, os que escrevem de viagens com recordações amorosas e detalhes de aparência verdadeiros. Podiam dizer o que viram e principalmente o que não viram. Mas o ar do Oriente embebe-se nos seus conceitos e a fantasia ainda é maior. *Ex oriente lucem*. Do Oriente o sonho! É já impossível mudar a idea que os ocidentais — com a pretensão de se julgarem civilizados — formam do Oriente. Os massacres dos cristãos, a ferocidade dos turcos, a escravidão das mulheres, o fanatismo e o horror do progresso não são o fundo negro da lanterna mágica onde surge o eterno serralho repleto de huris?

«É preciso ver muito o mundo para chegar a esquece-lo», diz o

filósofo. Eu acho que é preciso ver muito o mundo, mas para chegar a compreender-lhe a unidade e julgar dos detalhes. E só duas vezes tive a revelação de continuidade do esforço da vida pelo esforço de inteligência: em Veneza, grilhão de ouro e sêda que ligou o Ocidente ao Oriente, e em Constantinopla — açafate maravilhoso dos bens da Ásia no solo onde se deram as grandes transformações da alma ocidental sob o pêso da Ásia. Antes mesmo de conhecer os turcos eu senti a simpatia — que é o desejo da compreensão. Antes mesmo de percorrer a cidade eu conhecia a cidade. Contam fábulas das dificuldades das alfândegas, da voracidade rapace pelas gorjetas. Em nenhuma cidade eu fui tão rapidamente e tão carinhosamente despachado. Uma semana depois, tendo conversado com vários turcos e com os estrangeiros — os estrangeiros ainda em maior número que nas cidades americanas e todos vivendo, enriquecendo, explorando o turco mas inimigos dos turcos — quanto mais aborrecia êsses estrangeiros, mais estimava a nobreza turca. Os massacres dos cristãos? Mas é necessário lá estar para compreender a contínua provocação insolente dos armênios, dos albaneses, dos gregos, dos búlgaros. A felicidade dos turcos? Lord Salisbury disse: — «O turco é o único *gentleman* do Oriente». Podemos dizer que é o homem mais educado, mais cavalheiro do mundo actual. Qualquer dêsses anémicos elegantes, se tivessem o instinto da comparação, ficariam envergonhadíssimos comparando os seus modos às maneiras de qualquer turco da sociedade. Fanatismo? Se há gente segura da sua religião é o turco. O Sultão recebe no Selemlick o patriarca da igreja grega e condecora-o. As procissões dos cristãos são acompanhadas por soldados turcos. Para êsses homens de espírito claro, com o lamentável espectáculo dos cristãos debaixo dos olhos, os cristãos a roubar, a mentir, a emprestar a juro e a se disputar a primazia em pequenos nadas que estabeleceram e estabelecem conflitos indecentes — o cristianismo não assusta. Devem ter todos aquele imperceptível sorriso dos soldados no Templo do Santo Sepulcro em Jerusalém: o sorriso de pena e de desprezo.

A escravidão das mulheres?

Ao menos isso — seria verdade?

E em Constantinopla, o meu grande desejo foi explicar, compreender a situação da mulher muçulmana, querer ver o segrêdo da esfinge — que aliás não tem segrêdo. Constantinopla, a terra do encantamento, cujo cheiro é um mixto de cheiro de corpo e cheiro de jasmim rosas! Eu compreendia o espírito do mundo, a continui-

dade da vida naquelas três acrópoles. Constantinopla que foi Byzantion, Antonion, Nova Roma, cidade de Constantino, que para os árabes é Constantimé ou Barouk e para os turcos é Desadei, Deralié, Islamboul ou Stamboul — em grego cidade por excelência! Constantinopla desdobrando à margem do veludo azul de Bósforo a série dos seus bairros de maravilha — Beylerbé, Douca, Batebé, Beicos na terra sagrada da Calcedonia, Eyoub, Scutari, a cidade das fontes e das flores, em cada canto da qual se derramam as rosas, as dalias, as violetas, os jasmims, e fluem águas, tantas águas que delas, dizem os poetas, nasce o sol! Constantinopla, a cidade das mesquitas de nomes poéticos em que à beira das bacias de faiança arrulham os pombos! Antiga Bizâncio, pela posse da qual o mundo eternamente se bateu, Stamboul que o doge Daudolo conquistou, e cego, trémulo, arquejante da maior felicidade — rogava: digam onde posso pôr a minha mão! Eu tinha a minha mão nesse sítio da felicidade, compreendia os homens, a política, via a vida como em toda a parte. Mas na grande Rua de Pera, no turbilhão do Bazar, na vastidão do cemitério de Scutari, na solidão de algumas ruas de Stamboul um pequeno frémito de curiosidade e de mistério soprava-me a nuca sempre que via passar uma mulher, o *techarchaf* preto cobrindo-lhe os vestidos, o véu espesso cobrindo-lhe o rosto. Não passava uma. Passavam muitas. Algumas em bando, conversando, contentes, rindo. Raramente vi — o que é abundante no Cairo: um eunuco. Êsses vão na boléa dos *coupés* de luxo e seguem as ricas damas que fazem às sextas, em caíque, o curso aquático na maravilha das Águas Doces. E são escravos respeitosos na aparência, os eunucos.

O que mais me confrangia a compreensão era a disparidade entre o meu pensamento e o ambiente. Eu pensava em luxúrias culminantes, em desvários com haréns cheios de odaliscas e, salvo Pera, bairro onde ficam as embaixadas e os estrangeiros e os cafés cantantes e onde a Réjane representa, salvo Pera atrozmente europeia, nenhuma cidade me dera a impressão honrada e pura da vida familiar, do respeito da família — como essa imensa Constantinopla de um milhão de habitantes.

Certo nem todos êsses mistérios atraíam. Quantas senhoras gordas eu vi, de botas cambadas, carregando embrulhos, esperando o barco na estação de Scutari ou na ponte de Galata, e levantando o véu para limpar o rosto. Quantas eu vi mesmo nas ruelas íngremes de Pera ou de Stamboul, respeitáveis, gritando com a filharada sem véu algum...

Mas o meu cérebro pensava nas *Desencantadas* do velho Loti, nos romances de capa amarela, na opinião dos sociólogos galopantes e pensava principalmente na imbecilidade permanente dos jornais — que dão sem saber a opinião de toda gente. E o meu problema era o tormento que as mulheres deveriam sofrer na promiscuidade dos harêns, era a necessidade da emancipação feminina pelo casamento monogâmico, com a faculdade de ir aos bailes decotada para *flirtarem* comigo — enquanto o marido flirtasse com outras.

Uma vez, num armazém de Pera, vi entrar um dos dominós. Vinha com êle uma onda de perfume. Erguendo um pouco o *tcharchaf* eu vi que os seus pés calçavam botas dum sapateiro de Paris e que o seu vestido devia vir da Rua da Paz. Era afinal uma das *desencantadas* de Loti? O véu que cobria o seu rosto era tenuíssimo. Uma *voilette* apenas. Por trás do véu havia uma figura de ídolo que poderia dar lições de *maquillage* às nossas irmãs em Cristo. A minha curiosidade de ocidental grosseiro foi a tal ponto — que ela sorriu. Mas o seu sorriso era de tanto dó que eu fiquei humilhado. Nunca na rua um turco que se preza levanta os olhos para um *tcharchaf* que passa. As mulheres vêem os homens, os homens não vêem as mulheres nos lugares públicos. É uma questão de respeito, espantoso para os cavalheiros que ficam nas ruas centrais a dizer madrigais às senhoras que passam.

Quando ela saiu, tomando o seu *coupé*, tomei informações com o comerciante.

— Uma das mais importantes personalidades da Turquia, efendi. É a sultana Medina, irmã do Sultão e espôsa de Damad Ferid pachá.

Deixei o armazém arrasado de vergonha. Que pensaria essa senhora de mim? No Grande Hotel de Pera, onde se fala mal de toda a gente da manhã à noite, contei o facto a um diplomata espanhol.

— A sultana Medina? exclamou êle. Mas é uma criatura formidável. Sabe v. que a ela devem os jovens turcos e o Imperador da Alemanha a deposição de Abdul-Hamit, o sultão sanguinário? É inteligentíssima e ambiciosa.

Havia aqui um homem violento de quem Abdul-Hamit tinha medo. Era Donad Nedgib pachá. Abdul-Hamit para ganhar tempo deu-lhe a sultana Medina em casamento. Mas, depois, tanto Nedgib queria cousas como a sultana. Esta ainda mais. Abdul disse então à irmã que era Donad Nedgib que a estorvava nas suas justas ambições. O espantoso foi que Donad apareceu morto, dias depois — por ter

bebido uma taça de café, e a sultana Medina casou com Damad Ferid — de quem já era boa amiga. . .

— Mas é uma história de Bizâncio!

— Na política, Constantinopla continua Bizâncio.

— E o pachá Ferid foi mais feliz?

— Abdul Hamid não lhe deu nada. Medina conspirou com o partido jovem turco e com a embaixada da Alemanha e foi ela quem deu coragem a Mahomet V, quando os jovens turcos entraram-lhe pelo quarto para lhe dar o sultanato e o califado. . .

Em que o serralho influa na vocação política das mulheres? Essa excepcional continuava, entretanto, sob a lei do Islam, e moderna, moderníssima era tão antiga como aquelas esposas dos Basilius que no Palácio Vermelho, onde hoje assenta a mesquita de Soliman o magnífico — conspiravam e venciam. . .

Bem diversa das *desencantadas* de Loti! Mas, com êsse encanto eu continuei a notar, à busca de aventuras — não só a liberdade das mulheres muçulmanas como o ar familiar da Turquia. E erguendo os olhos para os *mycharyés*, no rendado das madeiras eu sentia lindas mulheres que deviam esperar o *giaour* e amavam o sexagenário Loti atirando-lhe rosas.

Certa vez passeando pela manhã com um jovem turco exaltado, homem ilustre e de uma refinada gentileza, êle parou.

— Estamos à porta da minha casa. Quere dar-me a honra de tomar uma taça de café.

Era um jovem turco! Espírito adiantado. Com certeza viveria *à la franque*. Eu iria ver-lhe a família. O turco bateu, um criado apareceu de estambolina branca.

— Traga o café e duas cadeiras.

E grave, amável, ficou a conversar acêrca do renascimento turco, do pan-islamismo. Só não mostrava a mulher. Como bom turco — a sua fé e a sua mulher estavam acima do estrangeiro. E parece que êle compreendia o meu olhar — porque com uma delicadeza excepcional procurou dar-me a explicação.

— Loti é muito nosso amigo. Há um grande movimento de homens inteligentes a favor da Turquia. Como seria bom que nos conhecessem como nós conhecemos os outros países. Nem tudo é evolução. Assim, por exemplo, no ponto de vista da família. Há na Europa e na América uma concepção muito larga que cria fantasias e não aumentou senão a dissolução, segundo afirmam os escritores. Nós temos o respeito da família.

— Encerrando-a.

— Montesquieu disse no *Espírito das Leis*: As mulheres devem ser separadas dos homens pela casa. Nasce daí para as mulheres a prática da moral, o pudor, a castidade, o silêncio, a paz, uma direcção geral dos sentimentos para a melhor cousa do mundo que é o apêgo à família. Os contemporâneos diminuem o amor tornando-o uma felonía e como o ambiente é outro — pensam as nossas mulheres desencantadas. O segrêdo do amor e do respeito que temos à mulher vem dessa reserva.

— Mas a abundância dos casamentos.

— O mortal é mortal. A Turquia não possui os prazeres europeus, em que se achincalha a mulher para enaltecê-la depois. E cada vez há menos casamentos — ficando as mulheres cada uma em sua casa e tendo a supremacia a primeira. É o seu crime — o que os senhores fazem...

Deixei as infantilidades e tentei ver a situação exacta da mulher turca.

Há peor crime para a mulher do que a pseudaliberdade concedida pela civilização latina? Nenhum de nós ainda pensou nisso com calma, tranqüilamente. Nem os homens. Nem as mulheres. Os costumes transformam-se aos poucos pela acção do tempo. Nós não sentimos a sua brutalidade levados pelo desejo de não complicar a vida — nem quando êles são em plena vigência, nem quando êles se transformam. E a nossa vaidade ocidental é tão desvairada, que consideramos selvagens ou atrasados quantos não façam exactamente como nós. Ora o primeiro resultado da liberdade, trazida pela Civilização, foi a falta de respeito, a desconsideração do homem pela mulher. Tanto mais revoltante quanto é oficialmente reparada dum complicado cerimonial de bom tom.

Não resta dúvidas quanto ao ideal duma menina de boa sociedade — ao deixar o colégio, onde aprendeu a falar o francês e o inglês, a ponto de saber mal o portugês. Êsse ideal é casar. É o ideal de toda as meninas desde que o mundo é mundo. No Oriente as meninas mostram o rosto até os sete anos, vivendo e brincando com os rapazes. Dessa época em diante vivem no harem, entre mulheres, têm professoras que as educam sob a direcção da mamã, estudam música, pintura — paisagem e natureza morta, porque o grande Mahomet teve o cuidado de proibir o retrato, prevendo, decerto, a dolorosa praga da fotografia. Nenhuma tristeza. Jovens

têm amigas da mesma idade, vão passar dias em outros harêns, dão jantares, passeiam, riem. Através do véu e do rendado dos *mucharrieles* podem ver os rapazes. Apenas os rapazes não as encaram nas ruas, não lhes dizem pilhérias à beira das confeitarias e não há notícia dum jovem efendi convidar uma dessas deliciosas criaturas para assistir, no escuro, a uma lição cinematográfica da sr.^a Theda Bara.

Há o respeito do lar — o tradicional respeito do lar comum no Oriente, respeito que a Grécia soube herdar, respeito que foi o apágnio da república romana, respeito que os árabes levaram a Espanha e a Portugal. Apenas. Quando chega a época do casamento, só aí aparece a ingerência do pai, combinando o enlace com um jovem que julga digno. Podemos dizer — e aí começa o direito à liberdade — que a mulher tem o direito de escolher o seu espôso. Muito bem. Em todo o caso, no Ocidente, quantas vezes a menina escolhe, de facto, o seu marido? O fundo da literatura, desde as comédias gregas até os romances piegas de Feuillet e as psicologias hiperagudas e nietzscheneanas dos ultra modernos escritores — é sempre o amor contrariado por um casamento de conveniência a que o papá obriga a menina. Demos, porê, que seja um direito sagrado deixar uma rapariga escolher o seu marido. No Oriente há, antes do mais, uma compensação: o noivo também não conhece a noiva. Isso em tese. Porque as mulheres sabem muito bem, apesar do véu e apesar do Korão, mostrar-se — para despertar o apetite. Notem mais que um pai pode saber as disposições de sua filha pela espôsa. Várias senhoras inglesas, francesas e literatas, para as quais estão abertos os *haremlicks*, confessam sempre não compreender a alma da mulher turca. Mas todas contam casos de casamento de inclinação em que os pais combinam com os noivos o matrimónio com o contentamento das filhas, que continuam a mostrar não conhecer o espôso futuro, apesar de muita vez ter êsse futuro, ao passar pelo balcão do palácio, recebido do ar rosas mandadas — decerto do paraíso.

Seja como fôr, o jovem muçulmano não é um caçador de dotes. Nem de outras cousas feias. Não esconde a Turquia cousas menos dignas na hipocrisia enervante do madrigal. Quando um muçulmano casa — e todos casam — quem leva o dote, o *mahr*, é êle. Os europeus elegantes, que vão aos Estados-Unidos vender o brasão ao desequilíbrio da 5.^a Avenida, e antes dêles os incorregíveis patetas, ficaram horrorizados. É uma verdadeira compra! O noivo compra ao pai a própria filha! Não indaguemos, mesmo que assim fôsse, qua

é mais digno para um homem: vender-se ou pagar o prazer de ter uma esposa. Não indagemos, primeiro, porque a resposta não seria difícil; segundo, porque elle não compra cousa alguma: assegura apenas a subsistência da sua futura mulher. O pai recebe o *mahr* e logo o passa integralmente à filha. Mahomet ordena que assim seja. O esposo não pode tornar a possuir, em hipótese alguma, o dote. «Como quererias tu tirar-lhe os dons que lhe fizeste, interroga o Korão, quando um e outro vivestes intimamente ligados e ela recebeu os teus solenes juramentos?»

Assim realiza a menina turca o seu consórcio. Eu vi um desses enlances no Cairo, isto é, vi passar o préstito pela rua. Ia à frente uma orquestra em viaturas. Em *coupés* seguiam veladas e de *tebar-chaf* as mulheres. Uma delas seria a noiva. E nos carros do fim, os homens graves e calmos. Um deles seria o noivo. Uma imensa alegria escorria dessa teoria de carruagens. Depois, na casa d'êle — ver-se-iam, pela primeira vez, a sós, podendo conversar...

Como realizou a menina do Ocidente o mesmo casamento? Sofreu — talvez sem o sentir — na sua candura, na sua vaidade, na sua fantasia. Teve a concorrência de outras meninas, ou mais belas ou mais ricas, *flirtou*, isto é, tomou chá, valsou, bebeu *ponche* com alguns rapazes cheios de suficiência e pretensão. Verificou que os homens são, em regra geral, menos inteligentes e muito mais pretenhosos que as mulheres. Se demora a encontrar marido — atura mesmo os feios e os cretinos. Para quê? Para chegar ao mesmo fim: casar. A menina turca era o botão de rosa desabotoando na sombra, que um homem respeitoso colheu, para vê-lo desabrochar ao calor do seu amor, também na sombra. A menina do Ocidente é o botão de rosa — (conservemos a imagem: ella é tão oriental...) — que, após a brisa aguda do *flirt*, um marido colhe, para trazer à lapela do casaco — da *jaquette* ou do fraque de baile, em *tailleur*, em *tea-gown* ou decotada até se fatigar.

Emancipação! Dignidade! Mas não é tudo isso um erro de interpretação? E da prática duma austera moral, a vida da família, no Ocidente, não é resguardada como a de um harém islâmico, e o lar grego, o lar romano, o lar da idade média, lar do nosso sertão não é quasi inviolável? Leiam as comédias gregas, que mostram os costumes realizando as hetéras, para conservar o lar. Leiam a *Inocência*, de Taunay, para ver no fundo do interior quasi a divisão entre o *haremlik* e o *selemlik*.

Mas a menina casa. O esposo só, em casa, a vê pela primeira vez,

para respeitá-la toda a vida. Falam de serralhos. Os pobres contentam-se toda a vida com uma só mulher. Porque para casar é preciso garantir o futuro da espôsa. Os remediados, não acostumados aos nossos processos de casal sem filhos, raramente se dão ao luxo de outra espôsa. Outra espôsa, quer dizer: sustentar outra casa com idênticas despesas. Restam os ricos. Êsses podem fazer o que fazem os ocidentais, mas passando pelo *cadji* e não negando a paternidade, um dos grandes crimes da moral nossa. Há também as odaliscas — as criaturas que correspondem às *femmes de chambre* de Botafogo e às mucambas antigas — apenas com igualdade e sem que seja preciso corar. Ó homens ocidentais, para que acentuar mais? E como a riqueza tudo permite e o poder tudo abrange, o comentador dos crentes, o Sultão, pode ter, — sem a libertinagem, a corrupção cerebral da côrte de Luís XIV —, quantas mulheres quizer. Inventaram que Abdul Hamid tinha duas mil.

Eu visitei Ildir Kiosque depois da deposição do Sultão, e todos os dias olhava Berlebey, onde o sinistro homem repousava de ter medo. Visitei em companhia dum turco, que me contava o ceremonial, a louca despesa para manter essas mulheres. Nenhuma lá estivera a contra-gôsto. A alma humana é sempre a mesma. Ser sultana é agradável. E o turco contava-me que essas raparigas têm postos. Entrando em Ildiz, começam *guesles*, isto é, aspirantes, com casa própria, criados. Depois, quando o sultão as olha, passam a *cadmés*. Quando têm filhos, são *bach-cadmés*. Quando favoritas, *kbals*. Muitas passam a vida inteira *gueslés*, saem para casar com titulares do paço. Mas toda essa gente obedece à soberana, a *valité*. A mãe do sultão actual tinha no harêm o título de *tatch-ul-mestourat* — coroa dos rostos cobertos — e o sultão, para entrar no harêm, mandava pedir licença e beijava-lhe o pé, porque o respeito pelos pais é a glória dos turcos.

O respeito! Ildiz Kiosque não é a regra. Ildiz Kiosque é como todas as côrtes. Poderíamos estudar a moral de Inglaterra pela moral da rainha Elisabeth? Poderíamos pensar na família francesa com os olhos na côrte de Luís XV ou no lar da Rússia diante de Catarina?

O mal na Turquia é atenuado — porque onde não há intenção de crime, não há crime. Mahomet recebeu o uso oriental da poligamia e conservou-o dando direitos à mulher. O sultão continua. Os outros continuam. Mas em vez de ser a imoralidade, o crime — é religião.

Essa religião, que a menina de boa sociedade sentiu a cercá-la

quando na casa de seus pais — mantêm-se. O harêm tem todos os encantos, é como os conventos de França no tempo de Regente. A jovem espôsa, só em preparar-se, leva grande parte do tempo. É preciso ser bela. Quem não almeja a beleza? E há banhos de essências, tinturas prodigiosas, epilatórios mágicos, tecidos deleitosos. As recepções sucedem-se. Nessa terra da Turquia tudo é perfume e doçura. Para lavar as mãos, águas de rosas. Para tomar café, taças perfumadas. E por toda a parte, rosas, rosas. O espôso, quando há senhoras, não aparece. Êle vê pelas *babouches* à porta. O espôso envolve-a naquele encanto que a vida de toda hora, em comum, acaba por quebrar. É um matrimónio de entrevistas amorosas. Com os filhos, pode o amor esfriar. Mas aumenta o respeito, o respeito do espôso no respeito dos filhos. Os filhos são belos. *Corrigir o carácter* das crianças é uma invenção nossa. Os meninos são fortes e airosos. A princesa de Oman, muçulmana de origem, a princesa Biheço, cantam a vida patriarcal do harêm, porque todas as mulheres podem entrar nos harêns e os homens ricos têm perceptoras francesas, inglesas, alemãs. E são elas que dizem o brilho dêsse rapazes que pulam, saltam, montam a cavalo, andam armados desde os dez anos e que nas mais altas posições fazem garbo em serem escravos dos seus pais. E são elas que contam a tranqüillidade das meninas e das espôsas — nada desencantadas. Aos 18 anos, os rapazes têm casa sua. As raparigas casam antes e quando alguma delas só casa trintona, não se dá — como dizia Affonse Efendi — a extravagância ocidental de ver uma senhora maior tornar-se menor por casar: a trintona continua com a sua fortuna e mais o dote do marido — regendo tudo isso por conta própria . . .

Estarão, porém, contentes as mulheres turcas, indagámos nós, inquietos, porque as mulheres ocidentais são cada vez mais incontentáveis sem felicidade.

O velho Saadi dizia que os dias sucederão aos dias, sem que se possa ler na alma humana. Ninguém ignora a inconseqüência das mulheres. Mas há um ponto em que as mulheres são constantes: é no aproveitamento do amor e nessa fatalidade Saadi disse a vida . . .

Uma senhora grega — Demetra Vaka — pertencente à melhor sociedade de Constantinopla, foi levada aos Estados-Unidos e aí casou. Como todo o grego, a menina Demetra era amiga de novidades. Passando a ser Mrs. Keuyert Brown, julgou que realizara o seu ideal: a emancipação. Na América do Norte, as mulheres pobres adquirirão os direitos de poder trabalhar com salários menores que

os homens, não terem a menor consideração do sexo forte, andar sós e casar uma porção de vezes, enquanto as mulheres ricas, dispondo dessa imensa liberdade e não sabendo o que fazer dela, empregam-na em casar, descasar, tornar a casar.

Dona dêsse colossal adiantamento, Demetra Vaka voltou a Constantinopla, imaginando de como as suas companheiras de outrora deviam ter-lhe inveja. Imensamente hospitaleiras, as suas amigas, também casadas, mandaram chamá-la aos harêns.

No primeiro harêm encontrou duas amigas, ambas espôsas do mesmo senhor. Indagou como elas poderiam viver. E a primeira espôsa disse que, sendo infecunda, pedira a seu marido para casar com sua amiga, para que a raça se perpetuasse. Porque é preciso ter filhos.

Demetra passou vários dias nesse solar, ouvindo as histórias dos *miradjins*, lendo romances franceses, vendo dançar ao som das *darboukas*, comendo confeitos de rosas, entre as refeições magníficas. E saía com as suas amigas a fazer visitas. Numa dessas visitas foram a casa dum rico e velho turco, ainda com o sistema de ter várias espôsas. A mais velha espôsa era chamada mãe e venerada. O terceiro harêm, visitado por Demetra, era o harêm duma divorciada, Mirhina. O capítulo de Mrs. Brown daria uma peça francesa. Mirhima amava o marido — belo como, em geral, os turcos jôvens. O marido era dado à vida militar. Ela tentou-o com o ciúme, apesar de ter dois filhos. E como o marido, elegantíssimo, não a matava, mandou-lhe uma carta de amor, sem assinatura, que êle julgou para outro. O marido entregou-lhe os filhos e separou-se. Ambos amavam-se. E quando ela conseguiu demonstrar o caso da carta, tornaram a juntar-se. Onde a escravidão da mulher turca?

Nós teimamos em vê-las presas — à espera do estrangeiro para libertá-las. É não as conhecer. Como Demetra teimava em provar-lhes como era melhor ser espôsa americana, com um marido para uso exclusivo, uma dessas senhoras disse-lhe, quási com a psicologia de Bourget, no tempo em que não era católico praticante:

— Nunca se partilha um marido. O que um homem dá a uma espôsa, jámais o dá a outra. Nunca é o mesmo para a primeira e para a segunda. Como vocês, ocidentais, não compreendem os homens. Vocês são capazes de sofrer tudo para serem a única espôsa. Ora o homem não se parece com a mulher, que é essencialmente mãe. O homem é polígamo e tem que fazer. Às vezes dá para amar. Que acontece sôb a nossa santa lei? Pode casar várias vezes, res-

peitando as espôsas e os filhos de todas igualmente. Que acontece com vocês? O homem, quando tem a crise, repudia a primeira mulher com escândalo, e se não pode divorciar, fá-la passar uma vida dos diabos e ligado a outra por um outro amor, os filhos dessa união são simples párias. As mulheres ocidentais deviam saber que, por mais bela, inteligente, instruída e divertida que seja, não basta para um homem, mas que, tenha êle vinte, ela é sempre amada pelo que lhe deu de amor em filhos e beleza. Vocês dizem que as mulheres devem ter o mesmo direito. É porque vocês têm alma, estudam e sabem tanto como as crianças. Nada para ensinar como o marido e o filho, e quando o filho chega — chega para as mulheres o entendimento. A mulher é a abnegação: tanto mais se eleva quanto mais dá... —

As mulheres não devem achar as palavras de Djunlá razoáveis completamente. Nem os homens. Porque a nossa vida é outra e sem o chá, o *boulevard*, o baile, o *flirt* é impossível a vida. Mas é preciso notar que Djunlá é um aspecto e que o Oriente, visto sem mentira, no ponto de vista relações do homem e da mulher, é um aumentativo legalizado da nossa existência e que há outras opiniões.

É curioso o caso da espôsa de Selin Pachá, que pintava maravilhosamente e tinha um grande talento. Vendo as suas paisagens, alguém lhe disse:

— Que pena, *hanoum*, que você não possa ir a Paris.

— Para quê?

— Para ter dinheiro, glória, fama.

— Para quê?

— Para ser feliz.

— Não te iludas. Tu estás errado. A felicidade está no desejo de dar a felicidade aos outros...

Mas nem todas têm essa filosofia, e assim como as brochuras francesas fizeram um grande mal ao Rio e as secções mundanas dos jornais enlouquecem a província — o *Figaro*, Pierre Lotti, e variados romancistas e filósofos criaram em alguns *harêns* as senhoras intelectuais independentes, as damas da emancipação, dos direitos iguais — que não chamarei *sufragettes*, porque são lindíssimas. Essas senhoras vivem com grande luxo, em magníficos palácios, vestem no Paquin, cobrem-se de jóias e como não têm absolutamente que fazer, discutem Bergson, o imperativo de Kant, os filosofismos de Maeterlink, e têm um club, onde fazem a merenda, recitando discursos contra a tirania do homem.

Eu mentiria se lhes dissesse que nunca falei com uma mulher

turca, isto é, muçulmana. Não que tivesse atravessado o *maheyium*, a linha divisória entre o *semlik* e o *harêm*. Mas, pela fatalidade, em pleno jardim dos Petits Champs, em Pera — uma horrível coisa parecida com a nossa Maison Moderne, mas dando sôbre o Bósforo. E isso num momento deserto. Apenas essa muçulmana era uma lindíssima mulher, de origem grega, que, tendo enviuvado, mantinha as suas relações na alta sociedade, mas conversava com os diplomatas. Ela vinha nesse dia de *tchartchaff* azul, no seu *coupé*. O ministro que eu acompanho, saúdou-a. E ela, falando o mais puro francês, assegurou que vinha do *meeting*, da associação (restrita, por ser de senhoras ilustres) da mulher livre. Estava fatigadíssima.

— E que resolveram? — indagou o diplomata.

— Fizemos exactamente o que fazem as nossas irmãs da Europa: arrasámos os homens. As nossas vontades, imediatas são: andar sós, poder divorciar por incompatibilidade de humor, mostrar os rostos e os vestidos na rua, ir aos bailes.

— Só?

— Que é possível querer mais?

— E porque não realizam a revolta?

— Porque esperamos que as outras a façam, para as censurar. . . Essa senhora tinha espírito.

Mas a obra europeia tem ensandecido alguns harêns, como nos mente a respeito do que nos harêns se passa.

Porque todos declamamos e inventamos em tórno da situação da mulher maometana, primeiro pela ignorância, depois pelo preconceito religioso, que nos vem da primeira cruzada. No tempo dessa cruzada e ainda nas outras, a situação da mulher, salvo a poligamia, era absolutamente a mesma no Oriente como no Ocidente. Mas desde que o ódio comercial e a ambição se juntaram ao fervor religioso para libertar o Sepulcro Santo do domínio dos herejes — donos dos mercados das belas cousas, o Oriente ficou mais ou menos fabuloso e foram sempre plausíveis as mentiras acêrca do Grão-Turco, de Mafoma, dos Mouros. O tempo passou, as viagens rápidas simplificaram os conhecimentos, mas tal é a fôrça atávica da credence, que se mente hoje tanto em tórno da Turquia, como no tempo de Carlos Magno ou de Luís XIV. Apenas como é impossível inventar demais, no cais de Galata ou nas ruas de Smirna e Alexandria, a grande mentira se acumulou nos serralhos.

Ignorância! Preconceito religioso! E, como as mulheres, princi-

palmente as mulheres, andam enganadas! Para ver o êrro, bastaria pensar na vida de Maomet, o fundador do Islam. Maomet é o produto da inteligência e da influência das mulheres. Sem as mulheres, Maomet não existiria.

Como ninguém deve ignorar, Maomet — (que, em português significa: cheio de glória) — pertencia a uma tribo ilustre, os Coreïshitas, e descendia em linha certa de Adão, admirável personagem a que as democracias ocidentais não sabem dar a devida importância. Em menino, era lindo. Jovem, foi belo e de conceito justo — tão justo, que o denominaram *elamin* — homem certo. Mas pobre. Como herança, recebeu apenas cinco dromedários e uma escrava negra, de nome Baraca. *Elamin*, com a protecção do tio, Maomet fez-se negociante, modestamente caixeiro viajante. Aí entra a primeira mulher — a que lhe deu tudo. Cadige, viúva rica e madura, negociava. Reparou no rapaz e incumbi-o de negócios na Síria. Maomete partiu, demorou. A viúva pensava com tristeza que, querendo muito, perdera tanto o rapaz como o dinheiro — quando Maomet reapareceu carregado de riquezas. Diz Aboul-Teda que Cadige ficou a tal ponto entusiasmada, que lhe ofereceu a mão de espôsa. Abutaleb, tio de Maomet, casou os com as seguintes palavras:

— Maomet, filho de Abdallah, meu sobrinho, privado dos bens de fortuna (dêsses bens que são sombra passageira e um depósito que, cedo ou tarde, devemos entregar) — mas que vence os mais em beleza, inteligência, virtude, glória, penetração de espírito; Maomet, digo, meu sobrinho...

Peço atenção para ver no negociante Abutaleb o sentimento da dignidade das aparências.

— Apaixonado por Cadige e Cadige por êle — declaro que, qualquer que seja o dote, eu, seu tio, o pagarei...

Maomet tinha vinte e cinco anos. Madame Cadige, quarenta. E aí, depois de notarmos a dignidade de Abutaleb, é preciso apreciar a delicadeza de Maomet. Podendo tomar várias mulheres e gostando imenso dessa deliciosa espécie, foi irreprochavelmente fiel a Cadige. Durante quinze anos. Espantoso homem. Rico, desocupado, só então começou a interessar-se pela política e pela religião. A política era uma fúria de guerras civis e de enfraquecimento da raça, precisamente porque separada do poder religioso, pela falta de unidade. Os grandes transformadores, portadores do sonho supremo, sempre foram sacrificados. São génios, não são políticos. Maomet é o único profeta que foi um extraordinário político. A sua tenaz habilidade, a

sua manha, os seus recursos imprevistos deleitam. Aproveitou tudo quanto lera, e mais o Pentateuco e a vida de Jesus, prezou os perigos e as vitórias e recolheu a grata de Hara para meditar. Quando de lá safu, tinha a base da sua vida nova: resolvera ser estúpido, não sabendo ler. Assim acreditariam na inspiração. Então, o Anjo Gabriel, pode aparecer-lhe. Está no Korão essa primeira entrevista.

— Lê.

— Eu não sei ler.

— Lê em nome de Deus criador, que formou os homens reunindo os sexos.

Lê em nome de Deus adorável que ensinou o homem e se serviu da pena.

E pôs-lhe na alma o raio da sciência.

Nessa discussão amena foi até a montanha. E aí o anjo declarou-se:

— Ó Mohamet, és o apóstolo de Deus. E eu sou o anjo Gabriel!

A velha Cadige (digamos velha: essa senhora morreu há tanto tempo que não se pode ofender mais) fingiu acreditar, prometeu o maior segredo e foi logo contá-lo aos conhecidos. Mohamet começou a converter por casa os parentes. Os parentes são sempre difíceis de acreditar. Êle tinha a triste experiência de Jesus. Depois appareceu um sujeito importante que, como José de Arimatea, tinha a mania revolucionária, da novidade. Chamava-se Flubrec. Mohamet começou a ser troçado em Meca e inventou a célebre via pelos espaços no jumento Elborack para conseguir de Deus a redução do número de orações de cincoenta e cinco por dia. O Anjo Gabriel acompanhava-o. Apesar disso o ridículo foi tamanho que, para não perder Flubrec casou com a filha deste *fiehd* que tinha nove anos. E aí onde está a delicadeza: pôs uma casa a Fiehd e assim procedeu sempre que casava...

Mas Cadige morrera. Um dia Mohamet entra de repente na casa dum seu escravo muito inteligente chamado Zaid. Encontrou Zaniah, a lindíssima espôsa de Zaid, nos trajés de andar por casa, que naquele tempo não passavam dum tecido transparente. Mohamet teve um choque. Baixou os olhos e disse:

— Louvor, louvor a Deus, que pode mudar os corações!

Zaid soube disso e logo, prevendo que poderia ser livre (de facto, foi recompensado) repudiou Zainah. E logo do céu saiu um *surah*:

— Quando tu dizias — àquele que Deus enriqueceu de graças e que tu mesmo encheste de bens: «Guarda a tua espôsa e teme o

Senhor» ocultavas na alma um amor que o céu ia manifestar, e procuravas apreender os discursos dos homens — quando é Deus que devemos temer . . .

Sempre delicado e subtil, sempre ardente e respeitoso. Como resistir a êsse homem tão elegantemente escravo das mulheres ?

Assim cada indicação do Korão para as mulheres era da influência das mulheres. Mesmo a reclusão ; mesmo o véu no rosto. No momento da propaganda da união religioso-política em que Mohamet era um chefe político como os actuais, o Profeta dava almoços, copiosos almoços. Toda a gente entrava-lhe em casa. Omar fez-lhe ver como os pedintes conversavam com as mulheres. Aliás, certo crente foi visto uma vez tocando a mão de Aieh — agora muito mais crescida. E o anjo Gabriel falou :

— As mulheres não geram quando falam com os pais, os filhos, os irmãos, os filhos dos irmãos e das irmãs, as mulheres e os escravos . . .

A gentileza adoptou a forma negativa. As mulheres deixaram de comparecer aos almoços. Era a separação do *haremlík* e do *relemlík*.

De resto, Mohamed não inventava nada. Empregava um velho uso oriental, comum na Pérsia. Quanto ao véu tapando o rosto, o véu que os romanos usavam vermelho e os gregos branco — esse véu foi subindo lentamente. Cinco anos depois da Hégira era só no peito, conservando as mulheres os olhos baixos. Mais três anos e as mulheres de condição tinham um véu no rosto e um manto no corpo, cobrindo o *dir*, camisa e o *kueiar*. Digo as de condição, porque as pobres não tinham tal luxo como ainda hoje os nómades, as nagaís, as berberes.

Pode-se dizer que os *riradas* sôbre a mulher foram feitos pelas mulheres. O divórcio, com tantas garantias, a herança, o dote, a fidelidade do homem, todas essas ordens partiram de mulheres. E Mohamet quanto mais profeta mais amante se tornava do outro sexo — sendo aliás sempre puro, sempre doce, sempre irresistível. A lista é grande : Habiba, a princesa abinícia que êle esperou no escuro da noite e quando lhe ouviu o tilintar dos argolões de ouro nos tornozelos parecia-lhe que êsse rumor dizia : vem, é a felicidade que chega ; Zowaira, Sophana a doce, Maimowua, Safia, outra Zainah, Aielha . . .

Aielha é uma anédota de Brantome, é uma história de imperatriz bizantina, é uma alegoria de algumas rainhas dominadoras de homens dos últimos séculos. É antes de tudo uma heroína de romance

contemporâneo porque é eterno, mostrando a tranquilidade das mulheres e a imensa tolice dos homens destinados a serem enganados, mesmo quando tomam todas as precauções.

Aielha tinha treze anos, longos cabelos de sêda e inteligência igual à formosura. De uma feita viajava Mohamet com o cortejo das espôsas. Essas espôsas iam em tendas de seda sôbre camelos, cercados de guardas. E Aielha estava apaixonada pelo comandante das guardas traseiras, o jovem Sannan. Pára a fila do cortejo, o camelo ajoelha, Aielha salta da tenda e mete-se entre as árvores. Quando recomeça a marcha, os guardas, vendo a tenda fechada, julgam-na dentro e seguem. Aielha fica e só no outro dia aparece com o tenente. Grande escândalo. Mohamet, velho, ergue-se furioso. Aielha sorri e explica. Passeando entre as árvores perdeu um colar de pérolas. Procurou-o. Nada de o achar. Procurou. Procurou mais. Afinal, desesperada, sai dentre as árvores sem o achar. Já o cortejo partira. Grita. Chora. Geme. Ninguê. Então recosta-se e de fadiga adormece, só acordando no outro dia quando respeitosa, sem a olhar, Saanan aparecia.

Mahomet sentou-se. E o anjo Gabriel escreveu mais este versículo do Korão no capítulo que se intitula *A Luz*:

— Quando ouvimos uma acusação, os fiéis dos dois sexos não pensam interiormente no que é justo crer. Não dizem: eis uma impudente mentira que passou de bôca em bôca. Repetis o que ignorais e olhais a calúnia como um peccadilho.

Ora, é um crime. Aqueles que acusarem uma mulher de adultério, sem quatro testemunhas, serão punidos com 80 chicotadas. E, declarados infames, nunca mais poderão servir de testemunhas...

Mahomet! Tão puro, tão bom, tão ingênuo para as mulheres — apesar de ser a inteligência fenomenal, mixto de poeta e de estadista capaz de ligar um mundo, milhões e milhões de almas na mesma crença dum soberano que seja a sombra de Deus na Terra! Alma de cavalheiro do Oriente. Como fez bem em crer em todas as mulheres e em respeitá-las. Mesmo Aielha. Morreu-lhe nos braços. E Aielha defendeu tanto o seu ideal que todo o Islam a considera *a mãe dos crentes*...

Que tem a projecção luminosa de nossa alma com os delírios do nosso sangue? Aielha repudiada ou morta não teria sido a inteligência dos califas substitutos nem teria dado ao Profeta o gôzo supremo de morrer no seu colo de jasmim... E para Mahomet era esse o paraíso. Êle aceitava a situação moral da mulher elevando-a. Único

fundador de religião equilibrado, sem mistérios, conhecedor da sua raça e conhecedor do seu próprio sangue, manteve a poligamia em vez da ficção monogâmica — mas de joelhos diante das mulheres.

No monte Araf êsse extraordinário psicólogo que fizera a maxima:

— Um povo não prospera quando confia a uma mulher o seu governo.

Êsse delicado que definiu o amor:

Aquele que ama, cala, priva se, sabe morrer, colhe a palma do martírio.

No monte Araf, vendo próximo o seu fim, deu um último conselho aos muçulmanos:

— Tratai bem as mulheres. Elas são o vosso auxílio e nada podem sós. Se as tomastes como um bem de Deus, delas sois possuidores por palavras divinas.

Era possível a Mahomet criar o paraíso sem as mulheres?

Assim o paraíso de Mahomet é o único paraíso de um Deus único em que entram as mulheres.

Como a nossa imaginação não é grande os paraísos das religiões são mais ou menos parecidos. Pen. Namih conta: — Os bons muçulmanos vivem na crença de que há sete infernos e oito paraísos, oito é oito graús de beatitude para os eleitos e sete graus de penas para os danados. Querem com isso dizer que a misericórdia de Deus ultrapassa a sua justiça. No Korão, onde se acena vária vez com o paraíso, onde existe a grande árvore, está:

— Os eleitos terão os jardins e a seus pés correrão as águas. Recostados em belos divans, serão ornamentados de anéis de ouro, vestidos de túnicas, vestes de ceda forte e de cetim. Terão pratos de ouro e taças cheias de cousas que tanto os sentidos desejam e fazem a delícia dos olhos. Que bela recompensa!

Mas Saadi ouviu ao Profeta dizer:

— Mais as mulheres, guardai-as. Elas são a vossa vestimenta como também delas sois vós as vestes.

E o Korão diz pela bôca do incansável Anjo Gabriel.

— O Profeta permitiu que cases com as mulheres que dotares, as cativas que Deus te der, as filhas dos teus tios e tias que contigo fugirem, e todas as mulheres fiéis que te derem o coração.

E Mahomet sentenciou:

— O poderoso criou duas cousas para felicidade do homem: as mulheres e o perfume. . .

Assim, no paraíso de Mahomet, há o eterno embriamento dos

odores e para cada bemaventurado mil huris, muito melhores que na terra. Quando êsses bemaventurados, de volta de contemplar Allah, entram nos seus palácios de pedrarias, logo sôbre a cabeça de cada um se forma uma nuvem. A nuvem indaga.

— Que devo fazer chover sôbre vós. Tudo o que desejardes será feito!

Os muçulmanos, no céu, murmuram:

— Faz chover huris!

E logo começa a chover virgens. E chove virgens. E chove mais. E mais. E será assim eternamente no paraíso, onde o prazer não é nem precedido, nem seguido pela dôr...

Tudo isso, porém, é sonho — o sonho de um poeta ardente querendo contentar um povo nobre, ingênuo e ardente. Eu nunca encontrei pornografia e conversas menos sérias num turco. Êles são, pelo respeito à mulher, perfeitamente puros, e, sem a menor ironia, homens da família. Mahomet, com o seu impetuoso amor pela mulher, sempre tão infantil quanto respeitoso, desconcertaria os conquistadores ocidentais — porque, antes do mais, êle, no seu longo poema, construiu a religião da família, tendo como fonte irradiante a mulher.

É dêle um versículo, que teria feito o Ocidente melhor. Êsse versículo diz a realidade do paraíso, do verdadeiro. É êste:

— O paraíso está aos pés de vossas mães...

Frase tão sincera, tão grave, tão profunda, irradia como um sol, conta uma raça, diz um coração infinitamente bom. É a inicial do mundo, a chave da dignidade. Todas as flores rubras do incêndio dos sentidos fazem-se campo de lírios brancos. Aos pés das nossas mães, a mulher é Deus e o paraíso a doçura inefável do seu carinho...

Os homens incontentáveis, poderão dizer:

— Mas as mulheres não são, no oriente, nem advogadas, nem actrizes! Constantinopla, por exemplo, ainda não tem senhoras batendo-se pela eleição de deputado. A vida das mulheres é apagada.

Eu poderia dizer que não. Quando se tem de brilhar, brilha-se mesmo. A história aponta várias mulheres muçulmanas notáveis. Além de Aiechab, Roxelane contribuiu para o brilho de Soliman; Roeçem, mãe de Amurat, governou. Na Universidade de Córdova, foram muitas as mulheres médicas. Sitta Naffishat foi santa. Ainda hoje encontramos as maraboutas, as ballã, senhoras do futuro e poetas ilustres. Ainda agora, além da sultana, irmã de Mahomet, encontramos nas intrigas de Constantinopla a sultana Amina, favorita

de Abul Hamid, que o diplomata von Marshall conseguiu tornar tão alemã que, quando os jovens turcos invadiam o dormitório do Sultão Vermelho, foi ela que escondeu a carta autógrafa em que Guilherme II, sempre a dois carrinhos, chamava a Abdul Hamid meu irmão e dizia cousas desagradáveis de Enver-bey — ao qual sugestionara para a revolução, prometendo-lhe o Egipto em troca...

Felizmente, porém, a vida, nem dos homens nem das mulheres é a excepção. Mahomet legislou para todos. E nesse todo, os homens fortes e pálidos, os poetas falando de amor de modo enebriante, a terra cheia de sussurros de amor, eu acabei sorrindo das anedotas amorosas dos estrangeiros e compreendi o grande paradoxo: a vida mais honestamente familiar do mundo, o maior respeito pela mulher num país em que as imaginações colocaram frenesis de carne insaciável e brutalidades sem nome. E em Tera, na única recepção que assisti, na legação de Itália, vendo as embaixatrizes decotadas, as meninas ricas do Ruanar falando um francês meio grego, com gestos exagerados, à procura de maridos — envergonhei-me do imperceptível sorriso de alguns turcos notáveis, com cujas mulheres os outros homens não dançam, nem tomam ponche, mas que os esperavam amorosamente, só suas — com a liberdade de os deixar, sem prejuízo moral, no momento em que mutuamente se aborrecessem...

Assim, meio muçulmano meio desiludido, deixei um domingo Constantinopla. A tarde acendia no azul uma transparência de cristal que dúzias de barcos, de lanchas, de navios carregados de madeira do Báltico, e transmediterrâneos de calado e pequenos barcos servindo a Scutari e aos bairros ao longo do Bósforo, enchiam de fumada. A ponte de Galada não se via quasi nêsse fumo que a tornava em silhueta espectral e imensa. O cais estava cheio de gente; vendedores ambulantes de guloseimas em que há leite, rosas e pistache, gritavam entre estivadores e o povo ardente. Passavam carros, automóveis. Era para quem estava na ponte do barco uma dança de *fedgi* vermelhos de carapuças sanguíneas. Depois o barco começou a mover-se, puxado pelo rebocador. Havia um metro já entre êle e o cais. A cidade ficava no rumorejo febril. À medida que ganhávamos mar, o espaço do cais ao barco era tomado por bandos grasoantes de gaviotas, formando na água verde montes de agitações da azas que se desfaziam e se refaziam à passagem dos caíques indolentes.

Encostei-me para ver. Era a grande cidade, desdobrada sobre os montes como um cenário. Tudo ao longe se unificava numa esplêndida justeza de efeitos como para ofertar ao céu azul a coma

farta das abóbadas rutilantes e os repuxos gelados dos minaretes.

Era Pera e era Galata engolfadas no Corno de Ouro, em que se destacavam e acentuavam as tôrres, as mesquitas como que leves no ar. E por sôbre esse formigamento escalando os montes, um céu de lilaz, aquecido de raios de sol côr de ouro velho, que lhe davam a princípio um tom de pérola de ocreata, depois de pérola rosa e que afinal afastou a cidade com o fumo dos portos numa ambiente indizível de madrepérola líquida.

Mas os nossos olhos tinham do outro lado a beleza de Scutari — Scutari do lado da Ásia, recolhida e ardente. Scutari a silenciosa, voltada sôbre as montanhas para o sol agonizante, em oferta de suas casernas, dos seus hospitais, do seu imenso cemitério, do seu casario grimpante. Aí o céu era bem de turquesa clara, e o mar era de turquesa clara e o sol, batendo em todos os vidros dêsse casario, barrava a visão de pálidos rebrilhamentos de ouro, trazendo à recordação os mosaicos das capelas de Bizâncio e o flamejar dos ícones primitivos. Qualquer cousa de *reserré* tranqüilamente triste planava. No ar azul um grande bando de corvos negros passou, vindo dos ciprestes de Scutari para os ciprestes de Pera.

E o desdobramento de Scutari continuou, reluzindo de ouro, manto irreal dum basiléu fantástico, enquanto do outro lado, após Galata, Stamboul a sagrada erguia as suas mesquitas, Ago Sofia e a mesquita dos sete minaretes, e outras e outras, e o comêço dos muros, e as igrejas scismáticas e toda a recordação de Bizâncio. Em baixo, um caminho de ferro bem junto ao mar como um froco de sêda azul clara. O farol reluzia na tôrre branca, nítida, como um diamante. O sol morrera. Havia no céu apenas a clara saúdade de sua luz — um reflexo de intenso espasmo. O mar era azul como sêda azul. Stamboul reclinava-se nessa atmosfera, aclarada e misteriosa, dando a ilusão de que a podíamos ver em detalhe e mostrando-nos apenas o seu desenho unido em que predominavam as pérolas, os oiros, os verdes longínquos, perdendo-se na linha escura das muralhas esboronadas e no negro da floresta de Belgrado. E de repente, a atmosfera imprevisita de turquesas diluídas embebeu-se de tamanho esplendor sôbre o mar e sob o céu, de azul safira, que era como o derradeiro espasmo da luz solar criasse um mar sem lua, um mar de reflexos de raios em cristais sianosados, um tão imprevisito mar que Scutari de um lado parecia se metalizar, e de outro Stamboul era, descendo dos montes ao mar, como um dêsses enormes tapetes da Pérsia quer ecor-dam no traçado de sêda turbilhões de fôlhas de rosas.

Enebriado voltei-me. No alto tombadilho — dêsse barco que seguia para Smirna — duas formas femininas prostradas faziam a oração da tarde. E docemente, voz de rouxinol ao luar, eu ouvi — uma que dizia :

— *La ilah illā Allah!*

Como um eco do *muezzin* nas altas tórres — na cidade.

Então uma infinita certeza encheu a minha alma — a certeza de que no mundo imprevisto, Mohamet criara ao menos indestrutivelmente a felicidade da família e que, se para convencer os homens agira sôbre os seus sentidos prometendo-lhes um paraíso cheio de hourís — para as mulheres criara na terra aquele paraíso perfeito — o jardim fechado onde elas são flores queridas que embalsamam e adoçam a vida.

E estendo a mão para a cidade que desaparecia, *mirah* da minha certeza, murmurei também :

-- *La ilah illā Allah! Mohamet sesoul Allah!*

Só há um Deus, Allah. E Mahomet é o seu Profeta!

JOÃO DO RIO
da Academia de Letras



Uma aldeia de riqueza

A meio caminho, entre Vouzela e Campia, o rapazito que me governava o carro, onde íamos a internar-nos no Caramulo, apontou para um povoado, ao nosso lado, no declive dum monte, quási ao sopé, e na honesta diligência de instruir o peregrino, disse-me, não sem ingénua orgulho: — «Uma aldeia de riqueza».

Uma aldeia de riqueza era, no seu conceito, aquela que ali estava e tinha em abundância, de sobra, matas cerradas onde cortava lenha para a lareira e traves para a morada; pastagens, rebanhos e o seu leite e as suas lãs; campos que davam o pão e o linho; águas e azenhas, e a forja e os teares, e a igreja: — era esta república perfeita dentro da qual está assegurado o sustento para todo o ano e o agasalho para toda a vida, a satisfação de todas as necessidades físicas elementares, e também todo o comércio social e religioso que é a condição da alegria e do engrandecimento da alma. Sabia isto o rapaz que tinha dezasseis anos, e nem sequer imaginava o que fôsse uma academia. Talvez nem soubesse ler. Sabia o que é ignorado de muitos, numerosíssimos, que sabem ler e muito lêem; aprendera-o na escola do trabalho, da experiência, da tradição e do instinto, avivado e disciplinado pelo contacto íntimo da realidade e da necessidade.

De outros mestres não carecera para colher um seguríssimo saber, nem porventura outros teriam a ensinar-lhe o quer que fôsse. Ouvindo-o e admirando-lhe a firmeza da razão, fiquei a suspeitar de que a economia, êste govêrno das cousas que é cogitação dos sapientes e matéria das bibliotecas, será um facto de intuição antes

de ser objecto de cálculo, será um lampejo do espírito antes de se acumular em estruturas lógicas, será uma reacção espontânea da sensibilidade perante a instigação dos fenómenos cósmicos antes de se traduzir em postulados da razão. Para fundar uma economia e lhe manter a vitalidade não seria necessário mais nem melhor, não haveria iniciação mais eficaz e penetrante do que aquela, muito envôlta em mistério, pela qual a ave aprendeu a fazer o ninho. Essa mesma haveria dado ao homem, com um compêndio completo de arquitectura, um sistema acabado e o mais sólido de fabrico e comércio; essa lhe teria dito em fumos de sonho onde e por que modo há-de fundar a morada, e onde e por que modo há-de grangear o sustento como há-de abrigar-se e como há-de alimentar-se.

Virtude transcendente, a economia não seria um *conhecimento* ou um estudo, resultado de paciência e aquisição, mas uma aptidão e a sua expressão imediata na ordem externa, até onde essa ordem se achar sob nosso poder e influência. Para ser fecunda, teria de ser sentida antes de ser pensada. Só assim, só alimentada pela pujança inesgotável do instinto, constituiria uma fôrça invariável e ininterrompidamente activa, criadora e propícia; o cálculo, sobrevindo ao seu impulso e nele intervindo, não seria mais, habitualmente, do que uma verificação do feito, uma síntese e interpretação, não raro lúcida, de realidades inconscientemente produzidas, intuitivamente determinadas, precedendo todo o proceder ordenado por previsões inteligentes. Nem o cálculo só por si bastaria para conceber e alimentar a criação económica; a previsão meramente raciocinada e lógica não só será sempre insuficiente e frouxa, porque por debilidade insuperável da sua natureza não pode alcançar muito, mas também, por iguais motivos, andarà sujeita a hiatos e colapsos, desde que uma energia íntima e superior não lhe assiste, desde que um *palpite* não a inspire, guie e lhe acuda onde as suas minguadas fôrças próprias a desampararem. Acaso será admissível que êste mistério económico afinal se reduza a uma parte mínima de leis psicológicas mais altas das quais êle é sómente um aspecto prático; acontecerá que isto que achamos aqui não passe de modalidade dum princípio comum a toda a vida humana no qual a razão representará uma quantidade mínima perante as fôrças sobre-humanas da intuição. Também a economia agrícola da gente rude seria, em última análise, uma obra de arte, uma portentosa e magnífica obra de arte, precedendo o engenho dos interesses de animalidade cobiçosa, faminta e transida de frio, e dispensando as astúcias dos que para seu regalo governam

os povos e em proveito dos que mandam procuram acrescentar as riquezas das quais sabem reservar para si o melhor quinhão.

Sendo assim, teria de cessar da minha parte toda a estranheza por encontrar tão lúcido e profundo preceptor no andrajoso e modesto moço que desprendida e suavemente me ia leccionando entre a braveza dos penhascos. Porque a educação económica, como a educação de todo o instinto, limitar-se-ia então a um facto de tradição e contacto com o mundo activo e concreto; cedo se tornaria completa, dispensando a transmissão de qualquer peculio de ideas sistematizadas — que aliás, por mais verdadeiras e demonstradas e fecundas que essas ideas sejam, não escapa à dissipação e ao desuso ou ao uso errado, se uma afeição, uma crença, uma *vis íntima* não precede a aquisição e não o anima dia a dia. Não tinha de me surpreender se meu mestre sabia tanto aos dezassis anos. Na sua escola aprende-se depressa; mal um rapaz pega numa enxada, logo os evangelhos da economia política se lhe abriam.

Emquanto pacificamente eu ouvia o meu sagaz companheiro, andava o mundo abrasado em guerra. Muitos povos sofriam privações, dores e angústias; sentiam a miséria a bater-lhes à porta. Mas ali, àquela «aldeia de riqueza» não chegara ainda a tormenta; era hoje na sua abastança o que ontem era, sómente sujeita à inclemência e ao favor dos astros e na sua sujeição robustecida em confiança, firmeza e esperança, nesta certeza de que Deus compensa na vida as horas más com horas propícias e «dá sempre as mesmas medidas», como o provérbio manda, e sempre as mesmas estações, porque, repete-o também o provérbio, «o que erra o mês, não erra o ano». Havendo desconhecido a soberba dos palácios e os desvairamentos das grandezas, a «aldeia de riqueza» mostrava-se mais forte na pequenez solitária do que a opulência no seu fausto. De facto, a sua recatada e serena humildade era mais rica do que as comunidades torturadas que, vivendo no esplendor, por êle foram atraçadas e condenadas às torturas cruéis das cobiças; ali tinha patente a demonstração de que nas tempestadas e convulsões do mundo o poder de criação e equilíbrio do que é essencial prevalece, como instrumento de salvação, sôbre as aberrações de dilatação e acumulação de materialidades supérfluas. Uma economia sensata, sólida, capaz de continuidade será primeiro e fundamentalmente questão de proporção e qualidade, e nunca a dependência do volume, do número e da quantidade, cuja importância e valor é que de todo dependerão daquela economia de proporção e qualidade que os houver precedido

e lhes facultar uma base estável. Os números monstruosos de que as estatísticas se nutrem orgulhosas ficarão invariavelmente inferiores, em más conseqüências de fortalecimento económico da comunidade, à conexão e harmonia de reduzidas unidades elementares; destas é que derivam aquelas energias primaciais, única defesa eficaz contra a contingência de vicissitudes inevitáveis, horas de depressão e tumulto que uma ruindade fatal de todos os tempos por diversas vias persiste em não nos poupar. O resto, a economia de quantidade, importando bastas vezes grandes benefícios de abundância, será, senão subsidiária, ao menos impreterivelmente condicionada, correndo o risco, tão freqüente, de perverter por congestões e desproporções de vária espécie.

Em rigor, a «aldeia de riqueza» quasi dispensava o dinheiro. O dinheiro era apenas para o comércio com os estranhos; de muros a dentro do aro da aldeia pouco dinheiro haveria e mais se não tornava necessário. Supria-o, e com singular vantagem, uma outra moeda, de superior resistência, que não se gasta e antes cresce e se multiplica com o uso — a consciência da solidariedade e a sua acção imediata e constante. O vizinho trabalhará para o vizinho quando fôr mister; se há centeio para debulhar, ou uma casa a edificar, ou se é tempo de cavar o campo, os vizinhos se juntarão para a tarefa. Só teremos a dar-lhes o caldo, o pão e o vinho, e a trabalhar com êles, e com êles folgar ao fim do dia, quando forem horas de pousar a foice on o mangoal ou a enxada. O resto paga-se na mesma moeda do sangue e do coração, quando a necessidade do vizinho no-lo exigir; recebeu-se em trabalho e amor, em trabalho e amor será retribuído. A obrigação envolve um acto humano, em toda a extensão, compreendendo os braços, a afeição e a consciência, o serviço económico e o vínculo moral; não é função ou mera deslocação das cousas, uma mecânica que possa dispensar e prescindir de inclinações, sorrisos e carícias, não se salda por números e dentro de números, avalia-se e resgata-se por dedicações.

Na «aldeia de riqueza» cessarão, ou melhor, estarão acauteladas e não poderão ter princípio questões de salário. O salário determinou-se ali ingenuamente, numa igualdade fundamental; para essa república o salário, em sua realidade última, é a subsistência da família, e o sustento achou-se repartido com uma sólida equidade intuitiva, sendo certo que, pela permuta de serviços e por uma ponderada repartição da terra e dos recursos naturais, todas as famílias perfazem os meios de subsistência, senão em termos de completa

páridade, ao menos em condições duma estreita proximidade. Nem tão pouco ali se conhecerá a lúgubre visita dos dias mortos para o trabalho, portadores de absoluta indigência, e uma das chagas mais cruéis do industrialismo capitalista mecânico, de caixa e balcão, escravo, e também freqüentemente senhor e déspota desapejado, das vicissitudes do mercado. Verdadeiramente, na «aldeia de riqueza» não haverá continuidade nem descontinuidade do trabalho; o que lá subsiste e regula o trabalho são funções económicas e sociais a desempenhar no correr das estações, e, como nenhuma dessas funções é ociosa ou inútil, também não haverá momentos de ociosidade ou inutilidade para os braços que são o instrumento dessas funções, quer se movam, quer estejam quedos, por não haver chegado a hora própria da sua aplicação. Haverá horas de diversa actividade ou de maior ou menor actividade, nenhuma, porém, em que ao trabalhador não seja devido e dado o sustento; assim como no corpo humano o coração não julga os pés desempregados quando não vão a caminhar e não deixa por isso de lhes mandar o sangue necessário à conservação do seu préstimo e aptidão, assim na «aldeia de riqueza» os homêns, sendo membros dum organismo, não deixarão de receber o sustento quando no ritmo económico não chegou o momento de exercer o seu mister. O que se retribui e sustenta ininterrompidamente é a função, não é o trabalhador: êste, ou trabalhe ou apenas esteja pronto a trabalhar, é igualmente útil e parte integrante, dum organismo em que a sua falta ou invalidez seria uma doença grave para todo o corpo a que pertence.

O facto de se achar suspenso por extemporâneo o exercício duma função não importa cessação da utilidade e necessidade impreterível da existência e posse dos instrumentos dessa função, e portanto não desobriga de os manter na sua perfeita integridade e capacidade. Se a economia da aldeia reclama a forja, o moinho e o tear, terá de os manter sempre em estado de bem cumprir a sua missão, quer os chame a uma actividade imediata, quer os guarde para auxílio e socorro em qualquer conjuntura ordinária ou accidental — sem embargo de lhes estabelecer as condições de existência mais vantajosas para a comunidade, usualmente solicitando aptidões e serviços alternados, em que a lavoura e a oficina se misturam e sucedem, e onde usualmente andam nas mesmas mãos a lançadeira e a foicinha, o martelo e o arado, o picão e a vara de boieiro. Foi esta unidade orgânica que o industrialismo urbano moderno pulverizou para a reduzir a um acervo de fragmentos apenas justapostos, raro

conjugados, o mais das vezes discordantes, muitos dêles morrendo pela desligação do organismo do qual eram parte e recebiam fôrças vitais, e grande número, talvez o maior número, oprimindo-se e ferindo-se mutuamente no tumulto e atritos inevitáveis da concorrência de elementos desordenados.

Assim, um impulso da consciência moral determina e cria a abundância e a solidez económica. Em regra, o lavrador das «aldeias de riqueza» não terá disponibilidades de dinheiro; não são tão largos os seus campos nem tão avantajadas as sobras do celeiro que lhe facultem reservas em numerário formadas pelo produto do que vendeu fora da aldeia. O que vendeu, algumas medidas de pão e os gados que cevou, será para comprar o pouco que a sua terra não lhe deu; lá fica pelas tendas da mesma feira em que se realiza. Não há, pois, reservas em dinheiro, o mealheiro é acanhado, mas abundam disponibilidades de trabalho, horas vagas de que o lavrador não precisa para si; cede-as ao vizinho, com a largueza e solícitude que o vizinho usa quando lhas presta, e um e outro multiplicam por êste modo os bens, por êste comércio directo, dessas horas tirando uma prosperidade económica que no sistema do salariado se mostra inacessível, apesar das suas infinitas e engenhosas combinações. Naquele estreitamento da comunidade, naquela fusão das suas energias que deu unidade às suas células e de facto as ordenou e move numa organização, tornou-se impossível distinguir o impulso inicial, o princípio de atracção que as subordina; não será fácil o apartar o que mais valeu e mas pôde: se a inspiração moral, se o instinto económico. Mas ao fim não nos restará dúvida, perante semelhante demonstração prática e visível, de que a economia mais vantajosa coincide com a mais alta moral, e de que a economia mais rendosa e segura é a que simultâneamente realiza as comodidades essenciais da existência e a constante subordinação mútua de todos os elementos morais duma comunidade.

Dois anos depois de ter passado naquela «aldeia de riqueza», ainda durava a guerra, e cada vez se tornava mais cruel em seus efeitos de miséria. A fome, dia a dia mais opressiva, alquebrava os braços e entenebrecia o espírito de quantos lhe sentiam a presença. Por toda a parte, entre abastados e indigentes, ansiosamente se perguntava donde é que nos havia de vir o pão de que andávamos necessitados, e por que preço, com que sacrifício seríamos constrangidos a pagá-lo, se o encontrássemos.

A êsse tempo, um amigo que por obrigações profissionais visita

frequentemente as nossas províncias do Algarve a Trás-os-Montes, dizia-me: — «Aqui, no norte, vive-se bem. Os preços subiram, é certo, mas ainda se respira uma relativa abundância. Lá para o sul, há muito menos que comprar; falta tudo!» E uma mulher da minha intimidade, que conhece capazmente o govêrno da casa e o exerce em assiduidade, corroborava-me por diferente sugestão aquela apreciação da crise, quando me disse: — «Ricos, em semelhante conjuntura, são apenas aqueles que têm um pedaço de terra donde tiram o pão e o mais de que necessitam para o sustento. O resto é duma contingência extrêma, mesmo para a gente de medianos recursos pecuniários. Por mim o sei».

Ouvindo isto, logo me lembrava a «aldeia de riqueza» por que havia passado. Riqueza era aquilo, aquela república vivendo sôbre si no acanhado âmbito dos seus montes. E se o norte sofria menos do que o sul, era porque possuía mais bastas «aldeias de riqueza», embora já invadidas e prejudicadas em muita parte e por diversos modos, pela corrupção económica da sua estrutura fundamental. Era exactamente do Mondego ao norte que em terras pòrtuguesas se encontravam os pedaços de terra que dão quanto é essencial ao sustento dos homens, e era aí que êsses pedaços de terra e os seus casais mais amiudadas vezes se juntavam nos recessos das colinas para constituir «aldeias de riqueza». Seria êsse o sêgrêdo da disparidade em que o sul se nos mostrava pobríssimo emquanto o norte subsistia, não sem constrangimento, temores e angústias, mas menos absolutamente desamparado e desprovido. Em uma crise de deficiência de subsistências, achariam os dois países dentro das mesmas fronteiras políticas, um em que a opressão se moderava, não sendo jamais para êste tão radical a violência que subvertesse totalmente o equilíbrio normal. A explicação do contraste estaria em que dêsses dois países justapostos em confronto um distribuíu a terra de modo que numerosas famílias possuissem umas courelas de terra suficientes para seu sustento, emquanto o outro, embora, se orgulhasse com justo motivo de compreender no seu âmbito uma cidade magnífica, carecia da frequência dos pequeninos lares e estreitas geiras que além, como por milagre, tornavam os povos quási invulneráveis a calamidades económicas tremendas. Afinal, por mais que a civilização imagine progredir e por mais que os laboratórios inventem e a engenharia architecte, os homens vivem de pão; não há palácios, nem ruas, nem circos, nem monumentos, nem oficinas, nem fabricas, nem lojas de câmbio que substituam aquele modesto elemento de vida que bem

pode faltar por um cruel capricho da sorte, entre a sumptuosidade, visto que êsses homens sofrem todos impreterivelmente duma mesma e fatal indigência e, ainda mesmo quando da posse de muitas maravilhas e amando-as com desvanecimento, nunca consentiram em se alimentar de ouro, ou de títulos da vida pública, ou de pedras preciosas ou de fitas cinematográficas — tudo o que somado e misturado constitui a delícia e o esplendor da cidade. E assim a «aldeia de riqueza» sendo uma remanescente de estados primitivos perdido na solidão menos acessível dos montes, não estaria longe de significar, em certo critério económico e moral, o mais subido grau da civilização, aquele em que os homens são mais absolutamente, e sobretudo mais feliz e tranqüilamente, senhores do mundo e da própria alma.

Uma cousa, porém, tornará opressivo o confronto dêstes dois modos de ser económicos das sociedades, do que podemos chamar a superabundância esplêndida e do que se caracteriza pelo equilíbrio apagado: é que o esplendor custa caro à obscuridade. Não dando a cidade sustento aos que a animam e habitam, terão estes de ser mantidos por aqueles que vivem fora das cidades, por êsses cavadores das caridosas parcelas de terra em que os montes e as planuras se retalharam; de modo que a êsses cavadores incumbe, além da sustentação dos próprios lares, a sustentação das aglomerações que o luxo, a cobiça dos regalos, e o delírio e desvairamento das ambições e vaidades se comprazem em criar, acrescentar e glorificar. As cidades cobriam assim um grande e fabuloso tributo arrancado aos campos, e tanto mais pesado e injusto quanto é evidente que elas de facto não dão nem podem dar aos campos compensações que valham, de longe sequer, aquela essência de vida que êles lhe fabricam. Sem dúvida, as delapidações e violências da maior guerra entre as nações serão minguada e passageira exigência, se as comparamos com aquela contribuição constante e exaustiva que a comunidade urbana arranca ao trabalho rural em tempos de paz e por processos lentos e persistentes, tidos e reconhecidos como o exercício de funções, além de normais, proveitosas. Olhando lá dessa «aldeias de riqueza» do Caramulo para as dilatadas manchas brancas da casaria das vilas e cidades disseminadas pela extensão negra subjacente, verificando ali gráficamente as iniquidades provenientes dessa atropelada repartição da terra e da gente, não pude furtar-me à suspeita de que a maior das calamidades das aldeias viridentes, que tinha ao pé de mim, seria que *isto* que dava a jorros os bens supremos do corpo

tinha de sustentar *aquilo* onde se cultivavam e pagam tantas aberrações, tantos arrojados das enfermidades físicas e morais mais cruéis.

Considerando o que me inclino a crer que a primeira e essencial condição da estabilidade duma nação zelosa da justiça e felicidade dos que a povoam será o respeito do equilíbrio orgânico entre o burgo e a granja. Podem a granja, a oficina e o mercado, de per si e constituindo actividades sociais independentes, funcionar admiravelmente, produzindo muito e de óptima qualidade, com perfeição e abundância. Mas, se carecem de equilíbrio entre si, se ofenderam por defeito ou abuso a ponderação orgânica fundamental do seu desenvolvimento correlativo, disputando e invadindo recíprocamente a esfera própria de cada um, ampliando e dilatando o seu lugar com prejuízo e opressão dos elementos concorrentes, a desordem é inevitável, tarde ou cedo, com todos os seus sofrimentos, crises e ruínas. Então, os erros de proporção terão dado de si um organismo aleijado, de contínuo periclitante, incapaz de vida sadia, de todo transtornado por inumeráveis hipertrofias e atrofiações accidentais. Por vezes com um illusório aspecto de prosperidade, onde se congestionou e a congestão foi tida por pujança, de facto está sempre em risco de adoecer e de se perder; os vícios de organização jamais lhe perdoarão suas consequências lógicas, posto que por momentos cada função examinada separadamente pareça sã.

O perigo de desequilíbrios desta natureza será tanto mais para esperar e temer quanto maior fôr a diferença das forças de defesa que aos elementos em desordem assistirem. E entre a granja e o burgo as armas são desiguais, não bastando a fortaleza económica da granja para determinar affecto dos homens que domine e contenha a astúcia e a sedução do burgo, entrincheirado em abastados recursos de industrialismo e mercantilismo. Paulov, o fisiologista célebre, chamou «sucos psíquicos» a sucos gástricos segregados sob a influencia de sensações superiores, as quais, provocadas pela simples presença do alimento, determinam o fluxo dos sucos que promovem e facilitam a digestão; sem êsses, quando artificialmente o alimento fôr introduzido secretamente no estômago, e não havendo pelo seu prévio aspecto determinado a emanação dos sucos psíquicos, a digestão será, pelo menos, incompleta e retardada. Semelhantemente, não significará talvez uma comparação descabida atribuir faculdades congêneres ao mercantilismo e ao industrialismo, possuindo ambos em subido grau certa e poderosa capacidade de promover e sugerir necessidades que espontâneamente não sentiríamos, certa arte de

despertar estados de espírito, desejos e paixões, sucos psíquicos próprios a servir-lhes os interesses, de ordinário duma ambição desregrada, não se atemorizando nem quedando quando para satisfazer-se tenha de produzir verdadeiras indigestões que de todo derreiam o organismo que as padece; o anúncio, o reclamo, a feira e o mercador ambulante são peritos e astutos manipuladores desses activos elixires. E, note-se, nem esses eram necessários para que o mercantilismo e o industrialismo, senhores do burgo, facilmente e a cada passo passassem de coadjutores a inimigos da granja que é o alicerce da «aldeia de riqueza». Industrialismo e mercantilismo têm nos seus princípios vitais os germes de destruição da ponderada coesão moral e económica da «aldeia de riqueza». Porque o industrialismo, levando a extremos absurdos suas leis capitais da divisão do trabalho—apartando e tornando entre si estranhos e às vezes opostos os elementos da comunidade que só em acção conjugada poderiam manter vida social sadia, obliterou a idea da correlação essencial entre o trabalho e a riqueza; e, simultaneamente, a febre mercantilista, inflamada pela ganância de proventos que a caracteriza, convencida de que o volume dos seus bens está apenas na proporção directa do consumo, usa para isso todos os sucos psíquicos cujo fabrico uma fértil imaginação lhe suscita, e precipitando em exagerados consumos perturba toda a noção de parcimónia e a apreciação das necessidades reais, instiga o vício de gastar, deliberadamente conduz ao desperdício de que ela faz proveito, sendo aliás esse proveito uma anulação de incalculável soma de trabalho e um desbaratamento ruinoso de infinitos e preciosos elementos de acumulação e reprodução da riqueza. Se antes do cataclismo de 1914 isto não fôsse sabido pelos que olham as cousas com olhos de ver, saber-se-ia agora, ao fim dessa dolorosa experiência, quando a violência da situação económica pôs termo a muito desperdício e nos ensinou quanto é que inútilmente se gastava só por incúria e desregramento, só por uma turvada consciência no despender. É possível que a lição se perca e cedo voltemos à antiga frouxidão, mas ficará, pelos menos, a lembrança e a certeza de que, sem prejuízo das fôrças do corpo e com manifesta vantagem da disciplina do espírito, se pode viver óptimamente consumindo muito menos luz, muito menos pano, muito menos açúcar e menos viagens e menos regalos do que aqueles que antigamente a prodigalidade económica nos oferecia e autorizava. Porventura dessa opressiva experiência nos ficarão boas e consistentes razões para julgar que as paixões, os vícios e ainda as convenções

pesadíssimas das paixões e vícios da vida urbana ou urbanizada, (porque a espécie de urbanização que tornou caríssima a cidade lentamente se tem insinuado nos campos onde as necessidades factícias crescem e lhes desbaratam os bens), êsses excessos, essas perversões e essa estéril e infinita multiplicação de apetites pesarão tanto na economia duma nação como a urgência das necessidades primordiais da existência, sem dúvida fáceis de prover, onde não se ofenda uma justa repartição da terra e uma regrada distribuição do trabalho, não só pela superfície do território, mas também pelas profissões e mesteres — como na harmonia duma beleza ática acontece nas «aldeias de riqueza».

Não julguemos, porêm, fácil empresa, embora fascinante, a conservação e a multiplicação das «aldeias de riqueza», como o intuito e a tradição as fundaram. Na divisão do trabalho, que a revolução industrial do século XVIII impôs, e nas tendências psicológicas, que o exame dos factos presentes e da história demonstram, essas «aldeias de riqueza» encontram inimigos que de todo lhes pervertem o character, onde não as confundiram numa ruína que alguns reputam grandeza.

A absorpção das primitivas organizações sociais equilibradas pelas monstruosidades mastodónticas, a que o poeta Verhaeren chamou as «cidades tentaculares», significa uma embriaguez e um cálculo, de cujos perigos e malefícios só poderemos isentar-nos por um regime pela fundação duma mecânica económica adequada, por uma disposição jurídica e governativa que o estado de pronto e eficazmente pode criar, e juntamente por uma crença, por uma inclinação íntima, pela renovação do espírito, por uma inteligência e uma vontade esclarecidas e avigoradas pela diuturnidade e pressão dos desenganos, e aspirações conseqüentes, — e ainda assim com toda a lentição duma reforma moral, para a qual nunca houve nem pode haver improvisos, e sob condição de encontrar individualidades robustas que traduzam praticamente e divulguem por contacto, pela persuasão e exemplo essa tendência e aspiração.

A divisão do trabalho destruiu as aldeias de riqueza; onde o rio movia a azenha e regava os prados, passou a servir exclusivamente a turbina, e onde casais sem conta se envolviam nas ramadas, tudo se sumiu, habitações e verdura, sob o alpendre monstruoso da fábrica. Onde se produzia quanto é necessário à existência dos homens, passou a fabricar-se apenas o fio de algodão que longe, sobre o desbarato de outra qualquer «aldeia de riqueza», há-de entretecer-se

para fabricar léguas e léguas duma tira de pano branco. Assim aconteceu, desde que o cálculo no seu astucioso império descobriu que êsse pano seria de preço inferior ao de qualquer outro e que para o tecer valia a pena atrofiar todas as aptidões do cavador e reduzi-lo a servo duma máquina. E levou tempo, longas e penosas décadas de experiência, que custaram muitas dores, muitas lágrimas e o espectáculo angustioso de muita miséria, levou tempo até que aqueles mesmos homens que de boa fé haviam erguido a fábrica e assolado a «aldeia de riqueza» sob a invocação da divindade bemfazeja que chamavam a divisão do trabalho, chegassem a concluir que a divisão do trabalho, sendo facilidade para a multiplicação das cousas, é venenosa para a saúde da alma, que a divisão do trabalho é a fragmentação da consciência, e que a fragmentação da consciência é a morte total duma grande parte dos seus fragmentos. À especialização técnica corresponde a especialização moral; uma suprime relações com o mundo, emquanto avoluma as da sua exclusiva escolha e preferência, e a outra, seguindo-lhe os passos, por um paralelismo fatal, suprime relações humanas, emquanto avoluma as de seu exclusivo interêsse e conveniência: há na divisão do trabalho mecânico uma tão apertada concentração de esforço, uma tal estreiteza de horizonte físico, que moralmente lhe correspondem verdadeiras amputações de faculdades e actividades, uma total ignorância de infinitos aspectos e relações humanas, uma verdadeira e lúgubre redução da humanidade. Foram necessários longos, prolongados anos para nos convenceremos de que a divisão do trabalho no seu ardor de criar, ou melhor, de fabricar, esquecera que havia entre os homens obrigações económicas e só cuidara dos proventos económicos que por sua arte avolumava em proporções descomunais e nunca vistas; foram necessários longos anos de duros combates para que ao fim nos persuadísemos de que demasiado havíamos respeitado os proventos e preterido as obrigações, de que demasiado tínhamos vivido para o capital, para o acrescentarmos e engrandecermos, desconhecendo entretanto, e funestamente, para quem e para que é que as cousas capitalizadas haviam sido criadas e multiplicadas.

Chegados agora a um momento de desengano, ansiosamente perguntamos pelo caminho da emenda; e, havendo o êrro sido de natureza moral, logicamente somos conduzidos a crer que por meios dessa mesma natureza tem de ser resgatado. Só pelo vigor e persistência duma inspiração e insinuação que incumbe àqueles que por condição de superioridade mental e favor da sorte têm a respon-

sabilidade da cultura da raça, será possível sentir em meio de efeitos práticos conseqüentes que onde se derruba um pomar para edificar um palácio houve sempre perda económica, e onde se calca um prado para erguer a tenda do bufarinheiro raro deixará de resultar prejuízo para a comunidade.

Será necessária a autoridade de consciências zelosas, traduzida nas manifestações tangíveis do viver quotidiano, para transmitir ao vulgo e aí manter, como fôrça constante e fecunda, aquele instinto que edificou a «aldeia de riqueza» e a tornou em uma soberba fortaleza, aquele sentimento de que a saúde moral depende em larga escala da saúde económica; porque «não é o desejo dos verdadeiros bens que deprava o homem (e estraga a economia, acrescentaremos nós), mas o desejo daqueles que são falsos. Nunca um povo se corrompeu por ter trigo, frutos, um ar puro, águas melhores, artes mais perfeitas, mulheres mais belas, mas por ter ouro, pedrarias, vassallos, poder, uma falsa fama e uma injusta superioridade¹ — isto é, por ter aquilo que a febre mercantil e industrial, invadindo e corrompendo as «aldeias de riqueza», lhe faculta e promove em termos dum exagêro que orça pela demência.

Êste ruralismo exaltadamente rotineiro que a «aldeia de riqueza» não pode deixar de suscitar nos temperamentos de simpatia medianamente sensível, corre grave risco de parecer insensato e retrógrado ao moradores do burgo afeito a lojas, cais e armazêns, mais apressados em trazer, levar e vender do que propensos a dar, criar e guardar; não terá a estranhar, e muito menos poderá ofender-se, se fôr reputado um acesso de poesia bucólica, muito indigente de substância económica, quando houver de sujeitar-se à severidade dos que seduzidos pela economia de quantidade, a qual, sem embargo, sem valor ter, consideram subalternizada a economia de qualidade, aquela que talvez sem maior êrro poderemos chamar clássica, a que preocupou Xenofonte. Mas eu que muito amo êsse ruralismo e que elogiando-o me acho folgado pela ignorância para o submeter a todo o confronto, ousarei dar-lhe a primazia na constituição económica dum país e achá-lo hei uma unidade viva, pessoa económica, se o aproximo das alfândegas do burgo, onde encontro quantidades fabulosas mas num estado de realidades mortas, como abstracções económicas.

¹ J. Joubert, *Pensées*, pág. 191. (Paris, Perrin & C^o, 1911.)

Evidentemente, o ruralismo da «aldeia de riqueza», se tem de renascer onde morreu e de prosperar onde ainda vive, carece de tomar em conta suas fraquezas e acautelar-se contra as doenças que a um tempo lhe foram nocivas ou mortais e deram causa ao desenvolvimento anormal e parasitário do burgo, quer êsse burgo seja Londres ou Nova York, que êle se cifre numa cadeia, um pelourinho, duas tabernas e uma botica. Para ocupar na distribuição das actividades sociais duma nação o lugar que lhe cabe e importa manter-lhe, a «aldeia de riqueza» carece de adaptar-se às exigências que não foi capaz de suprir e que, por não serem nela satisfeitas, se prevalecem de outro instrumento, carece de se modificar de modo a constituir-se nos termos de vantagem económica e contentamento moral que incitaram aos perniciosos exageros do mercantilismo e do industrialismo urbano; carece de se tornar simultâneamente remuneradora, o que aliás é fácil, e agradável, o que requiere arte mais complexa e subtil. Terá de pagar como a indústria e o comércio pagam, retribuindo o trabalho com uma latitude tal que dê margem pela facilidade de reservas e capitalizações às garantias essenciais da continuidade e solidez de toda a criação económica — prevenção dos desastres inevitáveis tanto da gente, como acontece com as doenças, como das cousas, como sucede com as más colheitas; e terá de produzir por igual aquele sustento psicológico de que somos ávidos e cuja necessidade nos precipita no tumulto das cidades, terá de se organizar em condição de guardar sobras de tempo e mais recursos próprios para a cultura do espírito e para a assiduidade do convívio social indispensável a essa cultura. De outro modo, será inevitavelmente preterida por deficiente e apenas suportada como uma escravidão das castas e das individualidades inferiores.

Rehabilitar a beleza e supremo valor económico da «aldeia de riqueza», restituir-lhe o lugar, sôbre todos proeminente na economia das nações, que algum dia teve quando os povos e os governos viveram entre si menos distantes e o capitão e o soldado e o senhor e o servo se aqueciam ao mesmo lar e partilhavam da mesma mentalidade, na qual a desigualdade e a hierarquia eram corrigidas e niveladas na igualdade psicológica e sobretudo na igualdade moral, na identidade da compreensão e aspiração da dignidade — êste será o primeiro passo e impreterível onde houver uma nação a criar, onde o propósito ou o acaso aproximarem gentes necessitadas de alcançar a coesão e a robustez que venha a fundi-las na unidade dum organismo duradouro. E isso demandará como condição vital, a insinua-

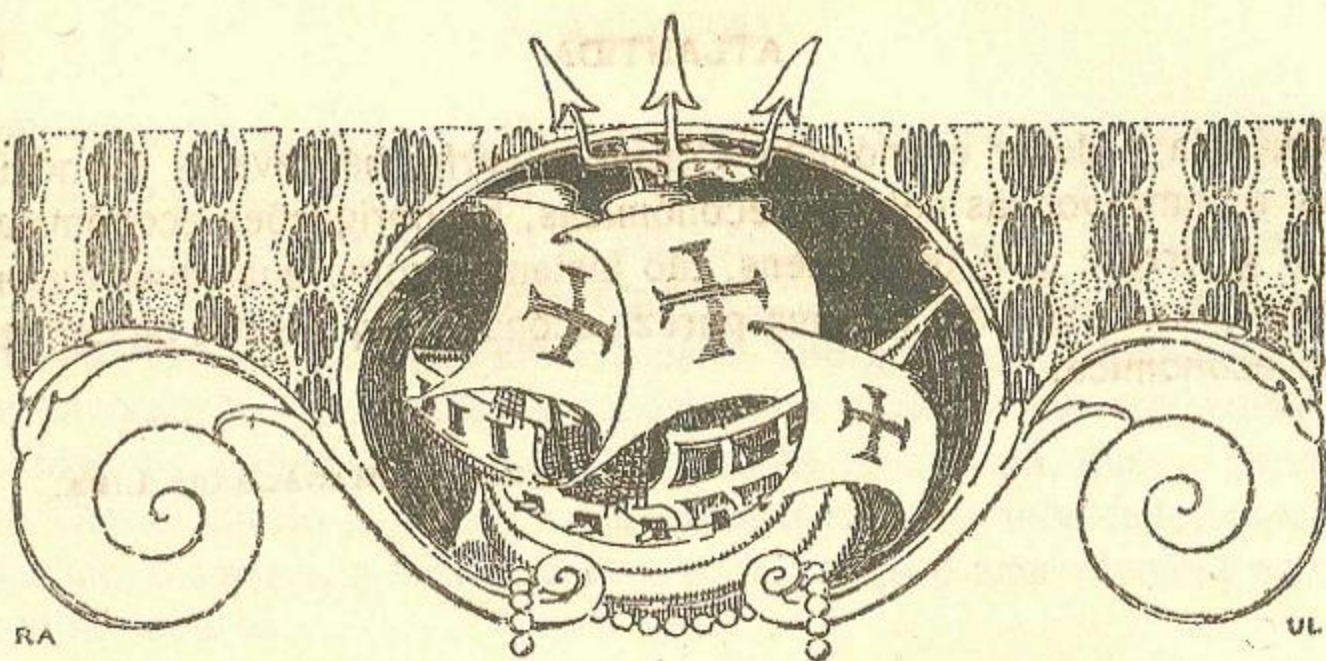
ção dum novo espírito diferente daquele em extremo meticuloso e cobiçoso em contas que arrasou a «aldeia de riqueza», exigirá uma aspiração que sobrepuje toda a estreiteza de meros cálculos rompida pela intervenção dos valores humanos; e a insinuação dum espírito jamais conheceu ou sequer concebeu outro processo que não fôsse a encarnação nos profetas, apóstolos e visionários, traduzindo a crença no exemplo e na vulgaridade da existência, quer o profeta se chame Cristo e derrame a doçura, a paz e a humildade, quer se intitule Bismarck e semeie a tirania, a guerra e uma efémera e traiçoeira soberba.

Referindo o sistema económico das nações à humildade e ingenuidade económica da «aldeia de riqueza», encontrando nela a célula inicial da constituição da riqueza e a mais perfeita e completa em toda a altura do seu desenvolvimento, facilmente nos inclinaremos a concluir, por tão absurda e escandalosa que semelhante conclusão pareça aos economistas que, à parte meios concretos nascidos e impostos por derivação e invenção lógica espontânea, o princípio fundamental de economia dum nação é uma visão, uma intuição da cidade compreendendo e satisfazendo as necessidades com os homens e as exigências da terra, é um estado moral, um estado de graça. Da sua assistência e da disciplina em que nos mantiver o coração e os braços depende a formosura e a fealdade, a prosperidade e a desgraça, a alegria e o infortúnio. De modo que para edificar e manter essa cidade, essa utopia viva que tem resistido tanto aos acidentes dos astros como aos vendavais dos filósofos e políticos, para prolongar esse sonho e o repetir a quantidade económica essencial será o poeta, aquele «poeta *prático*» que Walter Crane achou em William Morris, o génio singular que achou e usou na loja e na fábrica a mais segura voz e a mais eficaz da eloquência e do ardor dum missionário. Só as consciências farão ressurgir do tumulto e do nada a «aldeia de riqueza», e de consciências carecendo para esse fim e não havendo possibilidade de as criar senão por derivação espiritual, o único modo de as disseminar com os benefícios de que são portadoras, é o zelo materno das poucas consciências que no mundo andam e sentem que devem ao mundo a sua acção e o seu governo. Não virá no *Diário do Governo* esse zelo nem cabe em lei alguma que lá se imprima; a todas as excede. Mas cria-se em nosso peito e do nosso peito dimana, na rudeza como na cultura, concebe-se em nosso entendimento e realiza-se pela nossa vontade, e do nosso entendimento e vontade se propaga por contágio; é, em summa, e última con-

seqüência, o dever económico. Porque, é certo, há deveres económicos a contrapor às cobiças económicas, há obrigações económicas com a terra e com os homens, tão instantes como quaisquer outras obrigações religiosas, há uma pureza económica que salva da corrupção económica.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA.





Na Bruma

A João de Barros

*Amiga Morte,
vem conversar,
Vivo contigo
e com o mar.*

*Os meus amigos
são só vocês.
Ó mar, há muito
que me não vês.*

*Fala-me ainda
da minha Raça.
Que história linda,
que bela traça!*

*E adormecei-me,
dizei, dizei:
reinava ainda,
— quem era o rei? . . .*

*Falai-me ainda
das grandes frotas,
mysteriosas,
lúgubres rotas . . .*

*Os galeões
com pedrarias
a naufragarem
nas névoas frias . . .*

*Calvário de ondas
da minha Raça!
Vem, não te escondas:
passa e repassa . . .*

*Tripulações
enlouquecidas
beijam relíquias,
quási perdidas . . .*

*Estão de joelhos
nos temporais:
coros de gritos,
promessas, ais . . .*

*Vozes e vozes
passam no ar:
— Ferrar o pano!
— Cai gente ao mar! . . .*

*Alguns deliram,
círios na mão;
as vagas cospem
na procissão . . .*

*Ou sob tendas
quási irreais,
morrem à sêde
nos areais . . .*

*Têm esmeraldas
mas não têm pão:
na nau partida
uiva o suão.*

*Piai, gaivotas,
piai, piai;
falai das frotas
mortas num ai.*

*Raça de sombras
que é hoje a minha,
reza às estrêlas
a ladainha:*

*A ladainha
dos teus heróis,
rosários mortos
de grandes sóes . . .*

*S. Rafael
S. Gabriel,
— resai, ó ondas —
e S. Miguel . . .*

*Olá, gaivota
que voas perto,
sabes da Raça
do Encoberto? . . .*

*Mar Tenebroso,
Prestes Johan,
Raça de Sonho,
Quimera vã . . .*

*Os três arcanjos
que o Gama guia,
são hoje nuvens
em calmaria . . .*

*Velas são asas
voam no mar.
O' naus da India,
voar, voar! . . .*

*Falai-me ainda
da minha Raça.
Que história linda,
Que bela traça!*

*E adormecei-me,
dizei, dizei:
reinava ainda,
— quem era o rei? . . .*

2 Março, 1916.

Brancura

*A neve ri, a neve ri perdidamente,
a neve dança . . .
Como um pomar se esfolha alegremente
e em pétalas brancas se balança . . .*

*Meu Deus! Tanta brancura é alucinante . . .
(Hamlet e Ofélia vão noivar emfim . . .)
A catedral tem tórres de diamante:
pássaros cantam pelo meu jardim.*

*E ri e ri vertiginosamente,
a neve baila e ri, a neve dança;
cruzam-se os flocos pelo ar silente,
está louca, louca, louca: não descança . . .*

*Uma princeza de Andersen virá . . .
Abro a janela do meu quarto: — que entre! . . .
Beijos de neve que ela me dará . . .
Serão lírios o fruto do seu ventre.*

*E ri, e ri, e ri — branco delírio! —
(Jardins de Lohengrin num puro outono! . . .)
e Vesper surge como aquele círio
que nos há-de velar o último sono . . .*

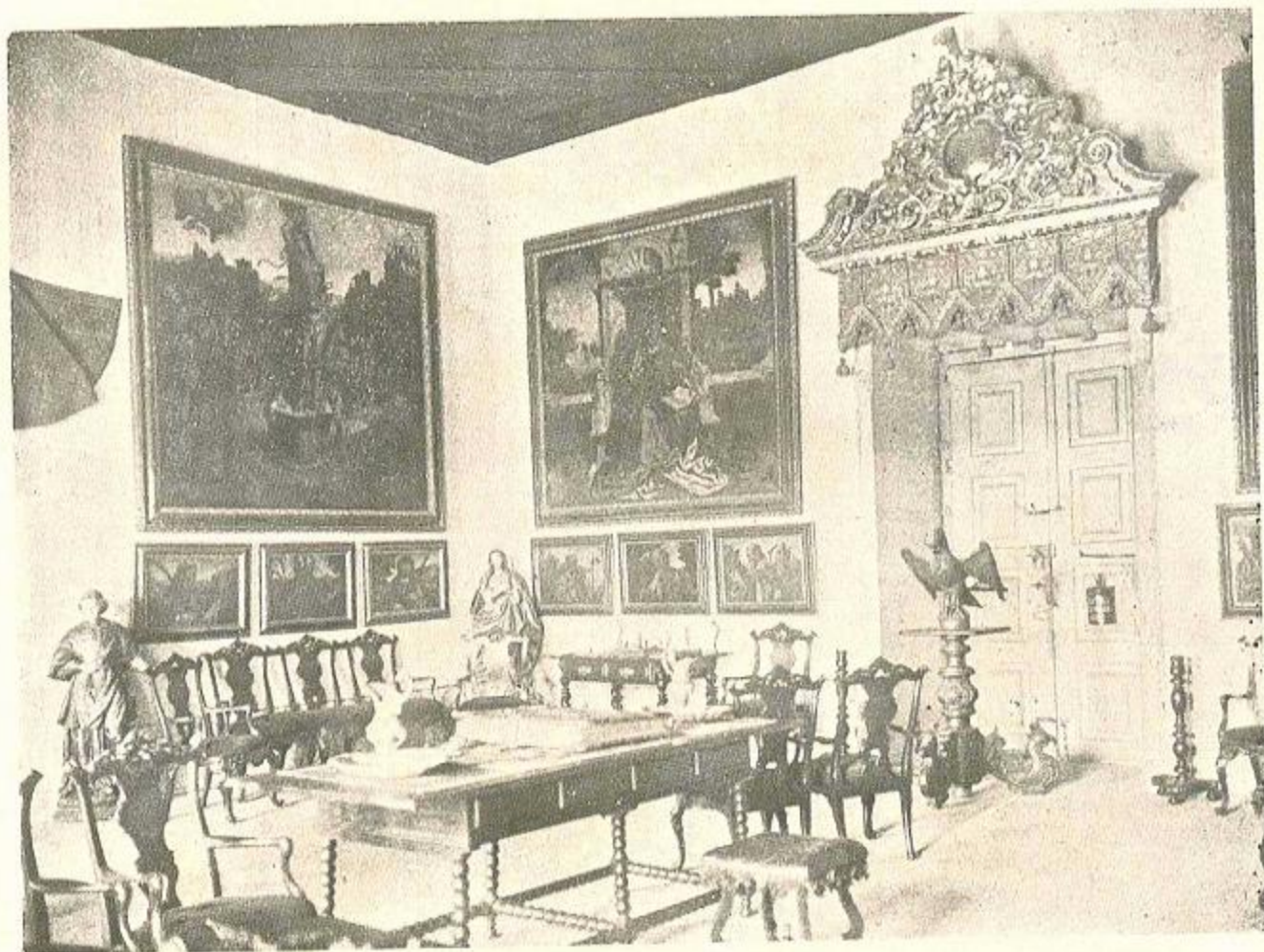
*A princeza não vem . . . Decerto é morta.
Toda a feeria foi sepulta em neve.
Venha ao menos bater à minha porta
o seu espectro, espectralmente leve . . .*

*Tanta pureza emfim, tanta pureza
é que a Morte está perto, é que ela vem . . .
Professas da Brancura, que beleza!
as árvores são gestos para além . . .*

*A Morte pode vir. A terra é pura.
A neve já não baila pelo ar.
Lá abrem nesta mística brancura
as silenciosas fontes do luar . . .*

Bremen, 14, Dezembro, 1915.

ANTÓNIO PATRÍCIO.



MUSEU GRÃO-VASCO – VIZEU
Uma sala



Importância das “Elites”

I

Conhecemos um homem bastante míope que não podendo fazer parte de nenhuma multidão, visto que lhe repugna todo o gesto de inconsciência, se volta para dentro de si, reflecte, medita, busca a razão das cousas e o segrêdo dos pensamentos, para que, na torrente dos factos e sucessos, na multimoda derivação das formas e aspectos, descubra a seqüência orgânica, a profunda harmonia que a natureza, o espírito e Deus põem em todas as suas obras.

Possue um ouvido admirável que, enquanto deambula pelas ruas e passeios, à busca de qualquer das pequenas verdades que nascem, como o sorriso das mulheres bonitas, do bailar da fantasia, colhe, sem esforço e quasi sem querer, palavras, frases sôltas, exclamações fortes e imprecações rudes que os seus semelhantes soltam com o duro acento que bem fica a quem, para se sentir viver, se lhe torna necessário elevar a voz humana a um tom que a faz agreste e agressiva, como um ramo de espinheiro.

Encontramo-lo, com frequência, quando êle, percorrido o lado ocidental do Rocio, que hoje é o único pinhal de terrores que nos resta, com calma e uma bengala de junco, em cujo castão uma ninfa de prata arqueia com gentileza um braço modelar sôbre o rosto lindo, sobe a Rua Nova do Carmo, a caminho do seu quarto andar, no Camões, onde consome, em largas divagações de filósofo e poeta, as horas que, desde as dez da manhã, o sol lhe ilumina com amor, para que êle mais suavemente comunique com o Universo.

Ontem disse-nos, numa entoação amável, própria de quem, depois de muito ter lido, sofrido, amado e viajado, já não conhece o espanto nem o temor:

— «Tenho sessenta anos, meu querido amigo, e quisera viver ainda dois ou três séculos, porque não me sinto cansado de estudar o homem e a sua prodigiosa febre de variações. Não há empenho mais agradável, mas também nenhum tão illusório.

A alma humana que, às vezes, parece revelar-se toda num desejo, num olhar ou num grito, como se quisesse deixar-se surpreender no mistério que a nubla, some-se instantâneamente, como as neblinas que, a distância, figuram massas, e, quando próximas, se dissolvem e volatilizam. Todas as tardes, neste meu passeio de duas horas, através das turbas, eu constato mudanças, quais as que se notam nas águas dum rio, em cujo leito sinuoso centenas de regatos lançam os seus murmúrios tão diferentes como as árvores e as rochas. Já conheci a rua devota, submissa, foliona, brutesca, clamorosa de entusiasmo rútilo, chorosa, implorante, cantante e túrpida. Impossível me foi sempre fixar todas as notas concordes ou discordes em que o homem das chusmas exerce o seu sentido do pitoresco, a sua fúria doida de animalidade.

Últimamente, porém, quando me encontro em contacto com êle, quási estremeço na minha serena velhice, ouvindo-o não já falar, clamar, imprecar, aclamar ou protestar, mas uivar como uma fera, rugir como um leão, educando-se ferozmente para a selva ou para o juncal. Se eu fôsse susceptível de estremecer, o meu coração perturbar-se-ia naquele inalterável pulsar que um venerável poeta latino chamou a derradeira vitória da Sabedoria. Adivinho que os cultos em que me criei e afirmei a minha ânsia de humanidade perfeita perecem ou declinam com fragor.

Morre o passado em cuja rendilhada e alta nave se formaram os meus sonhos que julguei eternos. Acreditei em tanta coisa santa, bela, heróica, inteligente e terna que ainda hoje me julgo protegido pela saúde contra o pó do esquecimento.

¿ Vai nascer um mundo novo? — como dizem por aí uns profetas que, sendo tão míopes como eu, ignoram toda a beleza das cousas simples e o gôsto galante dos beijos sábios.

Não sei nem mesmo o quero saber.

O futuro produz-me quási o mesmo efeito que a chave do carcereiro ou a faca do assassino.

A guerra que devorou e ainda devora as gentes foi e será o maior castigo do humano orgulho. Os homens, inflados de sciênciae duma cobiça disforme como a cabeça de Medusa, pecaram contra Deus e por isso outros dramas de amargura vão iniciar-se para uma

longa expiação. E não me iludo, creia-me, porque a minha experiência variada e firme, desperta e desilusa, lembra-me que a vida tem só umas determinadas direcções ou rotas, não consentindo que ninguém se afaste delas, a não ser para duramente punir os rebeldes ou os obcecados.

A civilização que o engenho humano inventou, compôs e poliu, criando assim um novo dever, a dentro da nossa moral de raízes tão animalescas, é um fruto principalmente da razão e do sentimento, do génio inventivo e da intuição amorosa — fruto a que deram o seu sangue, o seu esforço, a luz e a energia do seu espírito, a graça e a majestade dos seus feitos e poemas, tantas tantas gerações que, se as pudéssemos contar, daríamos com a nossa memória muitas voltas ao orbe.

Algumas vezes êste precioso património, que encerra a essência do ouro, do prazer, do sacrifício, do riso, das lágrimas, das dores terrestres e das clarividências extra-terrestres, esteve em risco de perder-se. Sempre, porém, houve alguém — povo, classe, grupo, sociedade ou ser privilegiado — que o salvou.

Nós vivemos de certezas que a própria morte não vence.

O trabalhador ignaro que, para comer e sentir religiosamente a vida, atira ao solo áspero e inclemente os rijos golpes do alvião, acredita que não é inútilmente, como se fôsse vítima dum escárneo ou duma maldição, que a sua lide se alonga em sofrimento pelos anos fora. Essa crença fortalece-o contra a dúvida, enrija-lhe os braços e enflora-lhe no peito rude uma primavera que, ainda além da campa, há de dar cravos e rosas. O sábio, o filósofo, o artista, o guerreiro, o navegador e o peregrino todos trazem ante os olhos da alma umas devoções que transcendem os breves compassos do Efémero, projectam as suas aspirações no Infinito.

São estes romeiros espirituais que, no fim de contas, dão ao homem a energia e a audácia da sua história. Sem êles, a noite seria cerrada e, no meio da sua treva, os chacais esboçariam com a garra as tragédias de Ésquilo e Shakspeare.

Os mestres hão-de ensinar, os discípulos aprender.

A inteligência requiere ordem, disciplina, compostura, trabalho, método e, de vez em quando, aquela intranquilidade que precede a solução dos grandes problemas. Que o povo não se habitue a desrespeitar a inteligência, porque forjará, com a sua rebeldia, a cadeia da sua interminável escravidão.

Numa sociedade bem organizada, em que o poder não caia em

mãos inábeis ou malélicas, como acontece todas as vezes que a ignorância interpreta as tábuas da lei, há-de existir sempre uma hierarquia nos valores e méritos, uma proporção nos prémios e uma desigualdade nas aptidões.

O que importa é que o homem, quer seja sábio, comerciante ou operário, quer estadista ou caminheiro, nunca se julgue como homem acima do seu semelhante.

— ¿Que ouço e presinto em tórno de mim?

Sob o falaz pretexto de que uma terrível revolução se avizinha, desarticula-se a forte ossatura sôbre que assentava o mundo em que experimentei os meus músculos ambiciosos e deixei voar esperanças que, quando as rememoro, me vem aos lábios um sabor tão doce que não há abelha que o faça igual.

As velhas distinções com que nos assinalávamos desaparecem.

A liberdade, que é mais uma conquista do nosso ser interior, em renovação permanente, que um dom das revoluções políticas, servia para ordenar, marcar a cada um o seu lugar, sujeitando os arrebatamentos desnecessários e avigorando as ideas e os estímulos tímidos.

¿Quem aceita agora êste jugo que só concorria para dar expansão e movimento a uma existência que jamais se dispersava no delírio voraz da demagogia? Ninguêm ou quási ninguêm.

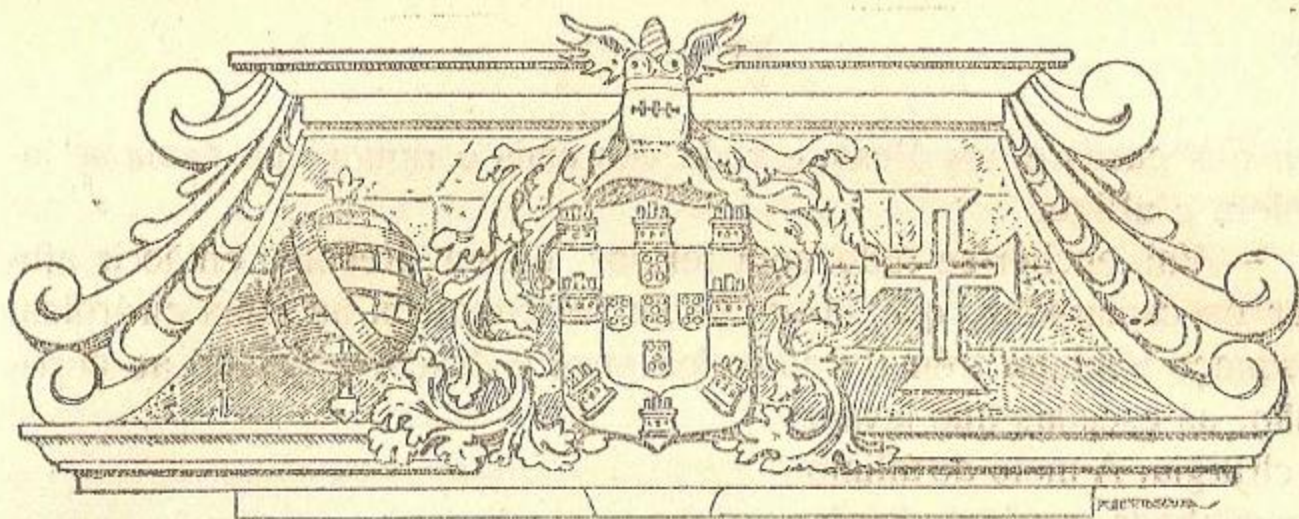
Impera a matéria, reina o apetite desvairado.

O desespero range os dentes, a cólera desencadeia as suas blasfêmias.

O homem quiere pão, mas quiere-o com violência, com rancor, com sofreguidão, como se o pão não fôsse a dádiva lial da justiça. Não respeita cátedras, reputações, monumentos, lembranças gloriosas, nomes venerandos, competências provadas, santuários e templos.

Abaixo o velho mundo! Em ruínas, o paládio dos erros centenares!

É assim que o troglodita desperta, após longos séculos, ateando instintos que queimam e destroem como fogueiras. O homem do século xx dá as mãos ao homem das cavernas. O caçador de renas fraterniza com o caçador de heranças. As *élites* que sempre significaram a plenitude do espírito, que domina e subjuga a ferocidade nativa, provam todas as agruras e ventos contrários, como novos párias duma velha maldição. E eu que, apesar de tudo, sempre cri nelas e por elas modelei o meu pensamento e o sentimento, terei, pela primeira vez, de me cobrir de tristeza, para passar entre os homens com a vergonha de ser eu próprio».



Portugal na Grande Guerra

A BATALHA DE LA LYS

(EXCERTO)

Jayme Cortezão, que voluntariamente partiu para se bater na França, com nobre desassombro, vai publicar um livro sensacional sôbre a guerra. Quiz dar à *Allantida* a primazia dum dos capítulos mais velhos desse volume, capítulo em que a batalha de 9 de Abril — tão heróica e tão mal conhecida ainda — é descrita com uma acuidade de visão e uma sensibilidade tão rara, que decerto só encontrava comparação vã numa literatura de guerra, com as páginas admiráveis de Augusto Casimiro.

A *Allantida* agradece ao ilustre poeta Jayme Cortezão estas páginas notáveis.

9 de Abril

.....

A batalha aproxima-se. Aumenta o seu marulho tonitruante. As novas que chegam rasgam a cada passo o âmbito da tragédia. A larga cêrca do *Hospital das Doidas*¹, povoou-se pouco a pouco de vultos, clamores e autos, ofegando. Chego à janela: uma turba que a bruma do dia afunda, invadiu as ruas do parque e a antiga solidão de grupos gesticulantes, acampamentos de acaso, de mantas, máscaras, mochilas e armas, abandonadas sôbre a relva dos talhões. Mais e mais grupos entram. Uma ambulância automóvel, desliza lentamente e pára em baixo à porta. Do fundo, com vagar, saem em braços volumes humanos, as cabeças e os membros descaídos. Os meus olhos, cuja névoa de sangue deixa apenas entrever as cousas, desta distância enxergam tudo aquilo em sombras moventes. Com o giro das horas inunda-se o parque; a turba vem às ondas e reflui té se afo-

¹ O que vai ler-se passou-se em St.-Venaint, no Hospital das Doidas, numa grande parte do qual se tinha improvisado o nosso Hospital de Sangue n.º 2.

gar nas casas e nas áleas, e cada vez mais o rumor que exala se inquieta e aflige.

— Vai encher-se tudo com feridos, dizem. Resolvo então ir ajudar os camaradas, que lá em baixo se extenuam na faina cirúrgica. Esqueço a minha trémula convalescença e desço, agarrado ao corrimão, as escadas que levam à cirurgia. A meio do último lanço chega-me, lá do fundo dos vastos salões, um bafo quente de fornalha e um borbórinho confuso. Entro na primeira estância: regorgita de feridos, lançados em macas, a esmo, sôbre o ladrilho do chão, de lés-a-lés. Ao primeiro relance lobrigo apenas, lançada por terra, a massa azul-cinzenta das fardas, manchada de lama e sangue. Depois um remexer lento e dorido, gemidos baixos, rouquejos, vozes molhadas. O meu olhar, que sai do escuro da cegueira



recente, ao encontrar-se de novo com o Mundo cerra-se, atónito. Prescruto, tento fender com a vista a névoa sangrenta que me empana os olhos e me dá todas as cousas amortalhadas numa bruma fantasmal. O estranho mosaico ondula. Recuo numa repulsa de instantes. Agora distingo alvuras de faces lívidas, a um canto um arcaboço arquejante, e rente a mim, à orla do amontuado humano um padre que reza de joelhos, dobrado sôbre um vulto inerte, com uma face branca de gelar e um rouquido débil na garganta, as orações da última hora.

Para seguir às salas da frente é mister entrar num cortejo de soldados, sopesando em macas mutilações humanas. Ali trabalham sem descanso três *équipes* de operadores.

Lançados ao acaso sôbre as macas, os feridos de mais gravidade esperam a sua vez. Um cheiro pesado e morno a éter, sangue e entranhas isoladas entontece e engulha. À beira dêste ou daquele pingam nascentes de sangue. O chão é todo manchado pelo rio vermelho da vida que extravasa.

Oh! mas êste odôr a matança é intragável. Paro, hesito. Não, não posso. É demais para as minhas fôrças débeis. E depois estes gritos!... Alguns psalmodiam queixas lúgubres. E, a espaços, forma-se um côro desgarrado de apelos e uivos, como de reses mal abatidas. Um homem com a cara côr de chumbo e lama, sacode no ar um côto de braço empanado, todo rútilo de sangue, e implora:

— Não me deixem morrer! Tenham pena de mim!

Ali, para um canto, caíu uma horrível massa humana ensanguentada e informe; não se lhe vê a cabeça, todavia aquilo geme numa suprema despedida, muito baixinho, de cortar o peito: — Ai! minha rica mãezinha! — como um degolado, cuja voz, tão sentida é, nascesse do coração.

E a um dos lados, contra a parede, alçou-se agora da sua maca um vulto lívido, numa palpitação de fantasma, olha de longe e à volta com duas brasas nos olhos, mexeu os lábios, quis dar um passo e recaíu pesadamente.

Vou tentar um esforço. A piedade galvanizou-me e dirijo-me a um dos médicos:

— Dê-me também que fazer.

Mas o odor e a vista da carnagem acabam de vencer-me. Cambaleio, fecho os olhos, descaio contra a parede.

— Não, você, — diz-me êle, — não póde ficar aqui, suba à enfermaria dos oficiais e, se quer, dê os primeiros socorros aos gazeados.

Saio; e resolvo não olhar aos lados, no receio de cair ao chão. Não obstante aquela visão palpita à minha volta, já se esvanece, logo se aclara, numa lenta espiral de gestos e manchas de crúor. Vou à tôa, os sentidos tateam.

Tropeço num vulto que está de bruços no chão. E ao seguir no corredor alguêm que passa sôbre uma maca alta, chama pelo meu nome, numa voz passada de lástima e dor. Volto-me e quási na frente uma cara de marfim, aberto em fundos de agonia coalha dois olhos glaucos contra mim. Fito, atónito, aquele rosto de espectro, sem atinar quem seja.

E a voz volta, carinhosa, esmolando, já de longe:

Não se lembra?!

Não me lembro. Revolvo cá dentro a memória âtorpida; mas em vão. Tento sacudir êste marasmo: tudo inútil. Quem será?! Aproximo a minha da sua horrível face. Que mágoa de o não conhecer! Mas, perante o meu espanto mudo, os olhos vítreos fecharam-se e a

bôca emudeceu também, selada por um cansaso infinito. A maca segue e eu fico a olhá-la aturdido, quási com remorso. Aquela alma, a debater-se no fundo da sua agonia, esperava decerto uma palavra amiga de confôrto. Que chama de sofrimento lhe queimou a face, se a não conheço? Sigo, mas a lembrança do desconhecido alcança-me agudamente.

Subo de novo. Oficiais gaseados entram constantemente. Os dois primeiros já morreram de colapso cardíaco. Um tem na cara aroxeadada de morto uns olhos rubros de laca. Outros vêm, figuras lívidas, queimadas, farrapo e crostas de lama, cambaleiam, desabam sôbre as camas e depois que os despem ficam longamente sem falar nem bulir.

Há-os sacudidos de vômitos brancos, intermináveis.

— Da minha bateria escapei só eu, diz um.

E aquele que está sentado, com a cabeça entre as mãos e os olhos perdidos, repete com voz cava, falando consigo:

— Foi o Alcácer-Quibir do C. E. P...

Um capitão do 20 de Infantaria, amparado por dois soldados, avança, todo encharcado em lama, negro, desvairado, pintado a sangue e pólvora. Tomo conta dêle; faço-o despir, examino-o, dou-lhe os primeiros cuidados. Foi atingido e rasgado por estilhaços aqui e ali, numa perna, nas costas, no pescoço, e sufoca de gases. Como conhece o Frazão, que está ali perto e me auxilia, conta-lhe a batalha em gritos e gestos doidos. Mas dir-se-hia possesso daquela visão de inferno. Como alguém escapo a um cataclismo, treme todo ainda do grande arrepio.

— Eu estava nas linhas, Frazão. Saíamos hoje de manhã. Às 4 da madrugada rompe um dilúvio de metralha tão formidável, como nunca vi nem sonhei. A tempestade de ferro durou horas.

Um do lado confirma; com os olhos dilatados:

— Eu vi, eu vi: Ao atravessar os campos as granadas caíam aos milhares! Alevantavam o chão todo! Parecia que a terra estava a ferver! O outro agora ergue-se e avança, recua, esbraceja, pince-lando a sua história num delírio.

— Depois ao vir da manhã atacaram. Atacaram em massa, às ondas, sempre em ondas, numa catadupa de homens. Só muito perto os vimos surgir do nevoeiro espesso da manhã. De nós os que ficámos, raros intactos, resistimos até a última. Houve cargas de baioneta. Uma fúria! Tu sabes: a cousa que mais detesto são os falsos heróis. Mas ninguém, ninguém faria mais. A seguir abateram ou ma-

nietaram tudo à fôrça de número. Vi junto de mim, ali ao pé, oficiais alemães, pistola em punho, atirando sôbre os poucos que tentavam salvar-se. Eu próprio estive envolvido. Atirei sôbre um. Resisti. Furtei-me. O nevoeiro, o fumo da pólvora, a poeira levantada no ar eram tão densos, que pude escapar com duas ordenanças. Todo o meu terror era cair prisioneiro. Antes morrer, morrer mil vezes! Lá venho. Mas os caminhos tinham sido apagados pelos fundões dos rebentamentos e andámos de cova em cova, aos reboões, errando. Logo, alguns passos dados, caio e zás! fico enterrado até os ombros na lama dum dreno. Já me dispunha a morrer, a ficar ali, sem fôrças para mais. E os meus homens, — como êles são dedicados! teimaram que não arredavam pé e, à fôrça de pulso, arrancaram-me ao charco. Lá vim, de trambulhão, caindo aqui, além me erguendo, no meio da tormenta. De comêço, ao rebentar das granadas, inda me lançava a terra; depois perdido, cortando os campos ao acaso, ferido, exausto, cambaleante, nem as ouvia, nem me importavam, insensível ao perigo.

Êste homem não cansa de falar. O furacão da batalha entrou lá dentro, açoutou-lhe os nervos e a sua emoção despenhada galopa, galopa, sem parança. Ajunta traços novos: os feridos mais graves, que ficam à beira dos caminhos, de pernas jarretadas, nadando em sangue, à espera da morte.

Alguem pergunta:

E onde estão os *boches*?

E o outro:

Não sei: em La Gorgue, em Laventie... no diabo... Os nossos resistem em muitos pontos da *Vilage Line*. E encontrei batalhões de escoceses, os que haviam de render-nos, marchando para lá, magníficos, a cantar.

Um enfermeiro vem e diz-me que um oficial ferido, há pouco chegado, me pede para ir falar-lhe.

— Onde é?

— No pavilhão, ao pé da capela do hospital.

Desço ao parque. A multidão peja o recinto.

A ressaca da batalha vem ali bater às golfadas, e espadana, volteia, rugue como as ondas, que invadem as grandes furnas a meio da costa, dentro do Mar. Desde a manhã raras granadas caíam nestas paragens; mas agora ao comêço da tarde afluem umas trás doutras; e aqui e além desabam explosões, enquanto as *shrapnells* de 15 ribombam, explodindo sôbre o hospital.

As ambulâncias automóveis entram, correm, partem de novo ou estacam e arfam trepidando. Paro desnortado. Para lá dos meus olhos baços vai um formilhar de espectros, que desemboca dos carros fundos, sopesa macas, e se dispersa ou choca em redemoinhos e grita, comanda, ulula.

(Do livro — *Memórias da Grande Guerra*, a aparecer em edição da *Renas-
cença Portuguesa*).

JAIME CORTESÃO,

ACABA DE SER POSTO À VENDA

O MUTILADO

ROMANCE DE AMOR DE UM SOLDADO PORTUGUÊS

POR

JOÃO GRAVE

1 Volume brochado 1\$05

Encadernado em percalina 1\$45

Pedido à LIVRARIA CHARDRON

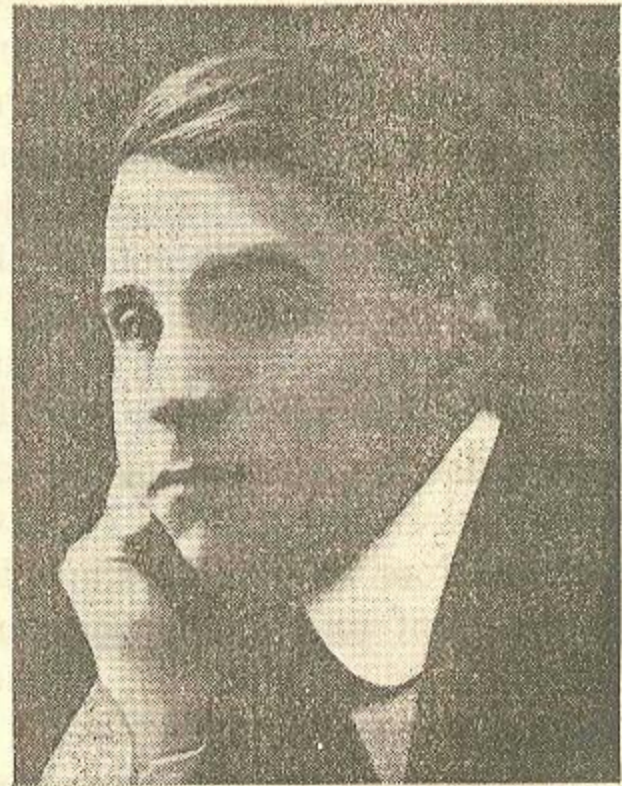
de *Lello & Irmão, Editores* — PORTO



CHRONIQUE LITTÉRAIRE

Coup d'Œil d'Ensemble

Avant de commencer, aux pages de *l'Atlantida* la série d'études qu'elle m'a fait l'honneur de me demander sur le mouvement littéraire actuel de la France, sur les manifestations successives qui vont désormais en témoigner la vitalité, je voudrais en donner aujourd'hui une idée d'ensemble. Il est bien entendu qu'il ne peut s'agir ici que d'une simple esquisse, et je m'excuse d'avance des lacunes qu'un tel travail forcément comporte, des erreurs que mon jugement ne pourra éviter. C'est un vrai volume qu'il faudrait. Mais du moins, je tâcherai de racheter ma brièveté par le plus de clarté possible. Que mes lecteurs veuillent bien considérer cette première étude comme une sorte de mise au point, et, si je puis dire, de toile de fond sur laquelle dorénavant se détacheront les œuvres et les hommes importants qui se présenteront sur la scène littéraire. Examinons donc quel est l'état actuel de la littérature française.



*
*
*

Et tout d'abord, parlons de la guerre. Cet évènement énorme aura-t-il une influence sur la littérature française? Va-t-il lui donner

d'autres nouvelles directions ? Va-t-il faire surgir de nouvelles sources d'inspiration ? Il a paru à beaucoup d'esprits, et non des moindres, qu'il allait déterminer un renouvellement complet de ses thèmes et de ses moyens d'expression. Aux enquêtes qui furent ouvertes sur cette grave question, ils répondirent avec véhémence qu'il leur semblait impossible qu'à un élan si formidable de la généreuse sève française dans le domaine patriotique et moral ne correspondît point une résurrection de notre idéal esthétique.

Je voudrais, dès le seuil de cette série d'études, prendre position contre une opinion aussi fautive et aussi dangereuse et aussitôt désigner le point faible de ce très subtil sophisme. Il ne s'agit ici rien moins que d'une confusion, fâcheuse, entre deux domaines absolument incommunicables : la morale et l'esthétique. Le magnifique sur-saut qui a soulevé la France contre l'ennemi traditionnel aux jours inoubliables d'août 1914 est la manifestation évidente de la volonté de vivre d'un peuple, qui était parfaitement sain. Les moralistes (j'entends expressément les moralisateurs, les prêcheurs) ont la manie de croire que le présent est toujours en décadence alors que demain va nous apporter la panacée universelle. Parce que la France a toujours aimé le plaisir (mais on peut aimer le plaisir de cent façons très nobles et très délicates) ils estimaient qu'elle était perdue, ils en incriminaient amèrement la pensée affranchie, le roman, le théâtre, et en général tous les exercices de l'intelligence et de la sensibilité. Les danseuses de café-concert et les poètes aux rythmes libérés étaient pêle-mêle confondus par eux dans une même exécration. Pendant quatre ans, ils n'ont cessé de voir en la guerre un grand acte de purification. Et les voilà qui en attendent le résultat, dans tous les domaines. Pour un peu, ils s'imagineraient que les générations d'avant-guerre vont tout à coup cesser d'exister et qu'il va en naître une autre, tombée, comme ça, du ciel, et toute pénétrée d'un idéal nouveau.

Eh bien ! je trouve souverainement injuste et rigoureusement inexacte cette conception qu'ils se font de notre art d'avant-guerre. S'ils le connaissaient, s'ils l'avaient suivi avec quelque attention, ils se seraient rendu compte de sa prodigieuse vitalité, précisément, de son éloignement de toute décadence. La décadence se caractérise toujours par un appauvrissement des sources de l'inspiration, par un culte exclusif de la formule, par une imitation de plus en plus réduite des œuvres du passé, œuvres dont la réalité, dont la vie spirituelle ne sont plus perceptibles à personne. Rien de pareil en France en

1914. Mais au contraire, une abondance extraordinaire de tentatives dans tous les sens, les unes heureuses, les autres fâcheuses, mais toutes témoignant chez leurs créateurs d'une sincérité évidente, d'une jeunesse vraie. Sauf quelques exceptions, la plupart des hommes dont nous allons citer les noms au cours de cette étude avaient déjà fait leurs preuves avant la guerre, et si la guerre a pu, pour quelques-uns d'entre eux, renouveler certains de leurs thèmes, elle n'a point touché aux couches profondes de leur sensibilité. Nous sommes en présence d'un vaste et puissant mouvement continu, égal, homogène, comme d'un fleuve qui coule. L'ombre un instant jetée sur lui par le pont qui l'enjambe laisse intact son débit magnifique. En tant que Français, je tiens à affirmer ici que nous n'avons rien à renier de ce qui fut notre idéal il y a cinq ans. Car cet idéal est tout simplement celui de Rabelais, de Montaigne, de Corneille, de Racine, de Molière, de Pascal, de Rousseau, de Lamartine, de Baudelaire, de Balzac. Cet idéal de rêve et de vérité, de fantaisie et d'ordre, d'enthousiasme et de raison est une des formes les plus radicales de notre volonté de vivre, et pour tout dire un des motifs les plus puissants de notre patriotisme. Beaucoup de nos soldats ont fièrement déclaré qu'ils se battaient pour nos cathédrales et pour notre belle langue. La guerre donc, loin d'avoir rien modifié chez nos artistes, les a au contraire confirmés dans leur attitude et en quelque sorte a consacré leur œuvre.

Que si l'on fait allusion à certaine littérature de pacotille, mousse légère et plus ou moins frelatée du vin de l'intelligence parisienne, la guerre n'y fera rien non plus. Il y aura toujours un public pour ces sortes de productions. Mais ces productions n'ont aucune espèce d'importance au regard du vrai lettré, ni autrefois, ni aujourd'hui, ni demain. Tant pis pour ceux qui les aiment et s'en délectent. Ça ne nous regarde pas.

Je ne voudrais pour rien au monde que l'on pût se méprendre sur la portée des réserves que je viens d'émettre. Je ne nie point que le formidable ébranlement psychique de la guerre ne détermine, chez des hommes qui en auront été affectés jusqu'aux plus secrètes fibres, des œuvres d'une puissance et d'une beauté inconnue. J'affirme seulement que nous ne pouvons, pour l'instant, nous en faire aucune idée. Ce n'est que plus tard, beaucoup plus tard, que ces œuvres verront le jour. Celles qui nous sont données aujourd'hui, mêmes belles et intenses, ne dépassent point, esthétiquement, le niveau

qu'atteignent les carnets de route. Ce sont des feuilles détachées, d'autant plus pathétiques, mais la vue d'ensemble est impossible.

* * *

Le genre du roman, qui fut toujours chez nous très florissant, a conservé sa grande vogue. Bien des gens vont répétant qu'il n'en peut plus, que ses formules sont usées jusqu'à la corde, qu'il faut trouver autre chose ; le fait est qu'ils ne trouvent rien d'autre et que le roman reste toujours aussi fécond et aussi riche. Nos meilleurs esprits continuent à lui confier l'expression de leurs rêves et le public ne se lasse point d'en prendre connaissance sous cette forme. Il est d'ailleurs infiniment varié d'aspect, et il va de l'analyse psychologique le plus dépouillée comme *l'Ordination* de M. Benda ou *Valentin* de M. Émile Henriot jusqu'aux larges fresques sociales d'un Paul Adam ou d'un Rosny aîné. Mais il est toujours le roman et, dans toutes ses manifestations importantes, il semble s'évader de plus en plus du réalisme. Il aime le mystère et le lyrisme, l'aventure et la fantaisie.

Il faut ici rendre à César ce qui appartient à César et reconnaître l'influence bienfaisante du symbolisme dans notre littérature. Si le symbolisme, qui fut tellement méconnu et dont aujourd'hui on comprend si peu le sens et le rôle a fini sa vie propre, il a du moins laissé chez nous certains éléments, certains ferments si je puis dire, qui continuent à féconder les intelligences et les sensibilités. Elle n'est pas si loin de nous, cette époque d'ardeur et de ferveur, bouillonnante d'enthousiasme et de désintéressement, éprise de rêve et de beauté-au dessus de sa vie, cette époque merveilleuse où Verlaine, Rimbaud, Laforgue, Whistler, Mallarmé, Gourmont, Oscar Wilde étaient nos maîtres. Pensez que des créateurs comme Paul Adam et André Gide, comme Henri de Régnier, Camille Mauclair et Maurice Barrès vivent encore, sont loin d'avoir dit tout ce qu'ils ont à dire et ce qui est plus important sont prêts à accorder leur sensibilité d'hier aux exigences d'aujourd'hui et de demain, ne se sentent pas dépassés. Le symbolisme nous a donné l'horreur définitive du réalisme, dont les sectateurs de Zola avaient fait leur dogme sacré : s'il nous donna parfois une littérature un peu morte, un peu artificielle, notre époque, plus vivante, aura du moins hérité de lui cette répugnance. Nous ne sourions lui en être assez reconnaissants. Nous ne considérons plus le symbole comme nécessaire à l'œuvre d'art, mais nous tenons la réalité comme la matière première d'une trans-

position indéfiniment libre. Tout est permis. Et de fait, sauf cette liberté, cette tendance au lyrisme et à la fantaisie, nous ne pouvons rien discerner qui ressemble chez nous actuellement à une école. Chaque écrivain se trouve placé devant la vie dans l'attitude qu'il lui plaît. Il n'est justiciable envers le public que de son œuvre et du talent de cette œuvre.

Magnifique pleïade que celle de ces romanciers. Citerai-je André Gide dont *l'Immoraliste*, *La Porte étroite*, *Les Caves du Vatican*, *Isabelle* sont autant d'œuvres, graves ou légères, amères ou gaies, toujours pleines d'un suc philosophique précieux ? Et Edmond Jaloux qui nous a donné une série de livres provinciaux ; quasi balzaciens alternant avec une série de romans décoratifs et à demi-féériques ou s'atteste la survie charmante d'un poète dont rien n'aura raison ! Voici Jean Giraudoux le plus subtil des hommes, un frère des clowns shakespeariens, pétri de malice, dansant au-dessus de la vie comme un sylphe, comme un être que les petites passions de notre banale planète ne concerneraient point. Voici Henri Daguernes, qui dans ses livres un peu exotiques mêle à l'observation exacte d'une réalité déjà puissamment parfumée et suggestive une sorte de lyrisme délicat et fou, d'une qualité infiniment précieuse. Voici Valéry Larbaud dont *Fermina Marquez* est une étude aiguë de l'adolescence et dont *Le Journal d'un Milliardaire* pénètre de la façon la plus audacieuse dans cet abîme jusqu'ici inconnu qu'est l'âme du grand riche. Pierre Villetard connaît et décrit avec une sensibilité merveilleuse le cœur fragile et les mœurs aimables de certaines femmes en marge de la société et c'est aussi un remarquable analyste des milieux purement bourgeois. Eugène Montfort, quoique de tendances plus réalistes, possède au sens infailible du récit : il est rapide, mouvementé, passionné, toujours intéressant. Le nom d'Henri Barbusse a été répandu jusqu'aux confins de l'univers par ce roman militaire *Le Feu*, mais ses admirateurs n'avaient point attendu jusque là pour trouver que *l'Enfer* était une œuvre où s'attestaient les dons les plus pathétiques, une âpreté et un désespoir infiniment humains. Henri Duvernois, conteur délicieux, d'une virtuosité si exquise qu'elle en devient émouvante, sait à l'occasion, comme dans *Faubourg Montmartre*, broser de grandes fresques romanesques à la façon (toutes proportions gardées) des *Misérables*. Oublierai-je Rachilde, cette femme étrange dont l'inépuisable invention romanesque se joue parmi les situations les plus osées, les caractères et les types les plus exception-

nels, avec une aisance souveraine et je ne sais quelle perversité naturelle de grande race.

La réputation de Maurice Barrès est telle que j'aurais l'air ridicule d'y ajouter le moindre commentaire. L'influence si profonde qu'il a eue sur la jeunesse, quoique plus faible, continue à s'exercer, tout au moins indirectement, par l'intermédiaire de disciples qui à leur tour sont devenus de jeunes maîtres. Et c'est tout un petit bataillon que je vois d'écrivains psychologiques, qui maintiennent les droits sacrés du roman d'analyse : Marcel Boulenger, qui dans *La Cour* étudie (ce sera un document) les mœurs spéciales du grand quartier général à Chantilly ; Jérôme et Jean Tharaud, dont *la Maîtresse servante* est un chef-d'œuvre mais qui, reporters de grand style, parcourent le monde pour y renouveler leur sensibilité ; Henri Ghéon, dont *le Consolateur* est une œuvre étonnante de concentration et de logique ; Émile Henriot, dont *Valentin*, roman émouvant et amer, est digne parfois d'être mis en parallèle avec Adolphe.

Et puis, à peine croit-on la liste close qu'il faut aussitôt la rouvrir. Et voici Jean-Louis Vaudoyer, romancier savoureux et élégant, tendre et raffiné, dont les récits sentimentaux sollicitent nos fibres les plus délicates ; et Gaston Chérau, l'auteur du *Remous*, et Michel Yél, dont *Cauët*, étrange et puissant, fut malheureusement sans suite ; et Martial Péchaud, avec son beau *Retour dans la Nuit* ; et Victor Ségalen, qui écrit le français le plus plein et le plus dense ; peintre étonnant de la vie chinoise, de l'âme maorie ; et Marius, Ary Leblond, qui nous décrivent avec une science minutieuse et une rare suggestion l'existence des colonies, d'où ils viennent ; et Jean Richard Bloch, dont les livres, fatigants même par leur extrême contraction, pénètrent jusqu'au vertige dans la psychologie des hommes d'affaires et des commerçants israélites ; et Abel Bonnard, lyrique et ornementé ; et Max Daireaux, qui est un moraliste d'une acuité et d'une malice exquis.

Parmi les femmes nous avons Colette, qui a confessé les bêtes, et aussi les petites cabotines ; et M^{me} de Noailles, un peu confuse mais si riche d'images qu'on en demeure ébloui ; et M^{me} Lucie Delarue-Mardrus, inspirée par la Normandie natale.

Une place à part est à revendiquer pour l'étonnant Marcel Proust, dont la série de mémoires : *A la recherche du temps perdu*, se rattache plutôt au genre de l'essai, mais ce sont là des essais si extraordinaires de pénétration qu'on se demande parfois comment un homme peut descendre aussi loin dans les profondeurs de l'intelligence humaine et y glaner d'aussi inattendus trésors.

Nous assistons depuis quelques années à une sorte de renaissance du roman d'aventures. Le pauvre Alain-Fournier, qui mourut à la guerre, nous a laissé dans ce genre avec *Le grand Meaulnes* un chef-d'œuvre si parfait que nous ne pleurerons jamais assez la disparition cruelle de ce jeune homme si prodigieusement doué. Mais nous serions impardonnables de ne point nommer ici des précurseurs comme Claude Farrère, et comme A. Gilbert de Voisins, qui écrivirent de passionnants romans d'aventures pour ainsi dire sans s'en douter et bien avant que des critiques se fussent avisés de décréter le renouveau du genre. René Bizet avec *La Sirène hurle*, Alexandre Arnoux avec la truculente et mystique *Abisag*, Pierre Benoît avec *Königsmark* et *l'Atlantide*, Pierre Mac Orlan avec *Le rire jaune* et *le Chant de l'équipage* sont aussi des romanciers d'aventure. Une génération de jeunes écrivains se lève, qui brûle de marcher sur leurs traces et qui à juste droit enthousiaste d'Edgar Poë et de Stevenson, rêve de s'illustrer dans cette voie féconde, pour notre plus grand agrément.

Ce petit tableau, hélas trop énumératif (et auquel il manque encore, je suis sûr, bien des noms) donnera du moins quelque idée de l'importance de notre production romanesque. Il est essentiel ici de faire observer que cette abondance numérique n'est rien en comparaison de la richesse psychologique dont elle n'est pour ainsi dire que le signe. Rien que la lecture assidue de ces œuvres nombreuses et curieuses ne peut donner l'idée de la prodigieuse liberté dont jouit le romancier français actuel. Et cette liberté (qui n'aboutit quasi jamais à la licence) vient de l'amour profond, incoercible, que nous éprouvons pour la vérité. Aucune considération d'ordre moral ou social n'intervient lorsqu'un Français veut dire quelque chose. Dussent les traditions tout entières et les préjugés tomber, dût crouler l'ordre de la société, le Français ne recule jamais devant l'énonciation d'une vérité de psychologie générale. C'est un moraliste infailible et incorruptible. Beaucoup d'étrangers (étrangers véritablement à toutes les nuances et à la haute vertu de la culture latine) ne comprennent pas cette attitude, ils l'estiment dangereuse. Or il se trouve que, par un phénomène vengeur, cette audace tranquille de l'intelligence n'a jamais mis en péril les principes et même les mensonges vitaux nécessaires à la conservation sociale. Le scepticisme reste abstrait, cet anarchisme virtuel. Et, au bout du compte (la guerre l'a bien prouvé) nous n'avons pas de citoyens plus dévoués et plus consciencieux que ces juges sévères et désenchantés, que ces humoristes nihilistes.

Cette audace, cette liberté, qui dans le domaine de la morale nous permet d'aller si loin dans l'étude de l'âme humaine, nous permet également les évasions les plus vertigineuses dans le domaine de la fantaisie. Le principe est le même si les résultats sont tout différents, et c'est pour cette raison profonde, que notre fantaisie n'a point, comme souvent celle de l'humour anglais, cette gratuité abstraite qui nous choque tant. Elle est à base d'observation, elle est une transposition lyrique de la vérité quotidienne.

* * *

Si dans son ensemble, la poésie actuelle est moins riche que du temps du symbolisme, elle réunit cependant un tel nombre d'œuvres qu'on en demeure frappé de respect. Non, mille fois non, le lyrisme français n'est pas près de mourir.

Si le noble Henri de Régner se tait depuis quelques années, plus attiré par le roman que par le vers, il n'en reste pas moins qu'il a écrit les plus mélancoliques et les plus rêveurs des poèmes de son temps. La voix exquise et un peu sourde de Max Elskamp de temps en temps se fait encore entendre, pour quelque pièce angéliquement musicale qui rappelle le meilleur temps de *La louange de la vie*. Madame de Noailles possède toujours cette âme ardente et comme dyonisiaque avec laquelle elle nous enchantait, voici quelques années. Je n'oublie pas que Camille Mauclair nous a laissé, dans *Le sang parle*, quelques déchirantes confessions d'âme, dans une langue qui est une pure et parfaite musique. André Suarès, encore qu'il écrive peu de vers et qu'il apparaisse surtout comme un essayiste, le plus magnifique et le plus profond que nous possédions, s'est révélé dans *Images de la grandeur* et dans *Bouclier du Zodiaque* un poète d'une absolue splendeur verbale, d'une intelligence cosmique.

Vous connaissez Paul Claudel, le plus grand lyrique de notre temps, le fils intellectuel de Rimbaud et de Walt Whitman. Voici bientôt vingt ans que son infatigable génie nous gratifie d'une succession de chefs-d'œuvre, tous plus éblouissants les uns que les autres, et dont la religieuse noblesse n'exclut ni le pathétique humain ni la délicatesse et la puissance imaginative.

Il convient de faire une place à part à O. W. Milosz, l'auteur des *Sept solitudes*, des *Éléments*, des *Symphonies*, d'*Adramandoni*. Ce merveilleux poète, hanté des plus purs pressentiments de l'au delà, mérite une étude à part (que je compte bien lui consacrer un jour). Parti des émotions les plus violentes de la vie passionnelle, il en est

arrivé, en suivant tous les degrés de la mysticité, à une sorte d'initiation presque secrète, prodigieusement émouvante parce qu'on la sent pour ainsi dire encore toute pénétrée de fraternité humaine.

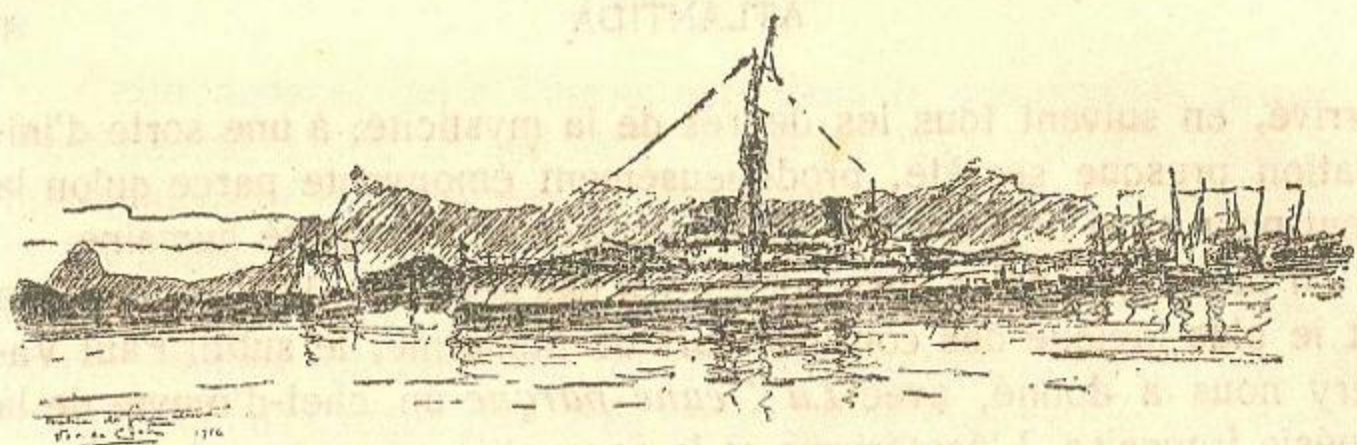
Il faut se rappeler aussi qu'il n'y a pas deux ans, le plus classique et le plus logique des continuateurs de Mallarmé, le subtil Paul Valéry nous a donné, avec *La jeune Parque* un chef-d'œuvre de la poésie française. L'ésotérisme et la sensualité se marient de la façon la plus raffinée dans ce poème savant et pathétique où une jeune fille grecque symbolise, mais avec une réalité presque tangible et charnelle, le mystère même de la conscience.

Une légion de jeunes poètes se lève, ardente à la lutte, égarant parfois des dons certains dans des théories caduques, mais riche quand même d'images et de sentiments. Blaise Cendrars y fait figure de maître, mais il ne faut oublier autour de lui ni Jean Cocteau, ni Pierre Reverdy, ni Max Jacob, ni Paul Dermée. Et les noms de ces très jeunes gens me font penser qu'entre eux et leur maître Rimbaud il convient de placer l'étrange, fièvreux et profond Léon-Paul Fargue, dont les *Poèmes* sont d'une succulence exquise et d'une puissance de rêverie incomparable.

Enfin je m'en voudrais d'omettre Francis Carco, en qui revit quelque flamme de l'esprit de Villon, Tristan Derême et Jean Pellierin, l'audacieux et raffiné Fernand Divoire et cette charmante Baronne de Brimont dont les *Mirages*, qui viennent de paraître, attestent une fois de plus la persistance dans la poésie française de cette veine de mélancolie noble et rêveuse qui firent glorieuses les belles âmes d'un Rodenbach et d'un Albert Samain.

* * *

Voilà à peu près où nous en sommes. Je le répète, il est impossible que je n'aie pas omis certains noms. Pourtant, rien qu'à me rappeler tous ceux que je viens d'énumérer, je me suis rendu moi-même un compte plus précis de la grande richesse de notre littérature présente. Dans d'ultérieures études, je m'efforcerai de donner une idée, aussi nette que possible, des mouvements nouveaux d'idées et de tendances, et de signaler les œuvres les plus curieuses et les plus belles. Et je sais qu'il s'en prépare déjà un grand nombre.



PORTUGAL — BRASIL

O Porto de Lisboa

Pôsto que as transacções comerciais com o Brasil representem uma importantíssima parte do comércio externo português, as relações de carácter económico e financeiro entre Portugal e o Brasil estão ainda muito longe de atingir o limite possível e necessário.

Os produtos que exportamos para o Brasil não estão introduzidos no consumo geral do país, mas apenas no da colónia portuguesa que moureja naquele vasto e riquíssimo território.

Nenhuns ou poucos esforços proveitosos o comércio e os governos do nosso país têm feito no sentido de alargar o consumo dos nossos produtos; nenhuma diligência têm sido feitas para interessar o comércio brasileiro na nossa vida económica; nenhuns trabalhos proficuos têm sido encaminhados no sentido de chamar a atenção dos brasileiros para as vantagens de possíveis combinações económicas e financeiras; poucos e isolados esforços têm sido feitos no sentido de se valorizar o magnífico pôrto de Lisboa, em relação à economia brasileira, e, em regra, o pouco que se tem feito é devido ao zêlo, à inteligência e ao patriotismo de alguns portugueses conhecedores dos meios económicos e financeiros dos dois países.

Em regra, por parte do comércio e dos governos portugueses, tem-se pretendido intensificar a nossa exportação sem se tomarem as mais rudimentares precauções para acreditar os nossos produtos. Tem-se pretendido vender o que se tem, para se ganhar dinheiro, mas não se tem feito o necessário para que os produtos exportados constituam tipos certos e determinados, que possam satisfazer as exigencias dos consumidores. À parte o esforço inteligente de poucos exportadores de vinhos não se têm criado tipos uniformes e constan-

tes, de modo que quando um grupo de consumidores adapta o seu paladar a certo tipo de vinho, de azeite ou de outro produto, e está disposto a introduzi-lo no seu consumo ordinário, vê-se privado de o fazer, porque nunca mais o obtêm.

O processo adoptado, por uma parte do comércio exportador, teria já inutilizado o mercado brasileiro para os produtos portugueses se uma grande colónia portuguesa não mantivesse, através de tudo, as suas relações com a mãe pátria.

No entanto, justo é confessá-lo, muitos comerciantes têm empregado processos que, honrando os seus nomes, honram Portugal; mas se quisermos ampliar o volume de negócios com o Brasil precisamos de mudar de orientação. Precisamos conhecer os hábitos e os gostos do consumidor, de criar os produtos e os tipos deles que dêem inteira satisfação às exigências dos mercados; precisamos adaptarmos ao gosto e ao feitio do consumidor, porque não é êste que se adapta ao nosso gosto e feitio; precisamos criar tipos certos e constantes, de modo que o consumidor possa habituar-se a êles; precisamos, por um sistema de crédito bem orientado, facilitar as transacções. Todo o país exportador que pretenda impor o seu feitio ao consumidor só consegue triunfar se não tem concorrentes, porque se os tiver, e estes forem inteligentes, inutiliza-se rápidamente.

Mas, para que as transacções com o Brasil atinjam a grandeza que é legítimo esperar das nossas afinidades de raça e da nossa identidade de língua, das nossas relações no passado e das nossas aspirações futuras, precisamos de não cuidar apenas nos nossos interesses: precisamos de dar compensações à economia brasileira.

O intercâmbio comercial já hoje se não faz por sentimentalismos; faz-se por interesses recíprocos.

Ora nós, até hoje, só pensámos nas nossas exportações, fazendo comércio como se estivéssemos ainda na infância do mercantilismo, adoptando processos rotineiros e incompatíveis com a moderna técnica comercial.

Tem-se dito, um pouco levianamente, que não podemos fazer convênios com o Brasil, porque não podemos dar compensações, visto que possuímos nas nossas colónias quasi todos os produtos que aquella florescente República pode exportar; mas não se tem pensado que não é só pela compra de produtos que se póde auxiliar o desenvolvimento da riqueza dum país. Outros processos há que podem, com vantagem, atingir o mesmo fim.

O Brasil é o primeiro produtor de cacau do mundo. O seu clima

não permite que este precioso fruto aguarde nos seus armazéns a época mais conveniente para a sua venda. Os mercados compradores, conhecedores desta circunstância, jogam com ela para regular os preços do produto, influenciando nas suas cotações em todo o mundo. A simples circunstância de não poder a produção brasileira esperar a alta, porque, além dum certo período de armazenagem no seu clima, fermenta, permite aos mercados compradores conduzirem-se por modo que prejudicam não só a produção daquele país mas também a de outros.

Portugal tem um clima que permite conservar o cacau, sem adulteração das suas magníficas propriedades, por muito mais tempo do que o Brasil.

Lisboa tem um dos melhores portos marítimos do mundo e nas duas margens do Tejo, dos Olivais a Cascais e do Barreiro à Trafaria, terrenos que, convenientemente adaptados, lhe permitiriam apetrechá-lo por modo que fôsse, de facto, o melhor pôrto comercial da Europa.

A legislação aduaneira de Portugal, de 1911, e a sua reorganização de 1918, permite a criação de armazéns gerais francos, tanto do Estado, como de corporações administrativas, de associações, de companhias, de emprêsas legalmente constituídas ou de particulares, e neles poderão ser recebidas todas as mercadorias estrangeiras ou coloniais, de qualquer natureza ou procedencia, e bem assim as mercadorias nacionais, mediante, para estas, o despacho de exportação. As mercadorias depositadas nestes armazéns consideram-se, para efeitos fiscaes, em regime livre, podendo, portanto, alterar-se-lhes a natureza e a forma de acondicionamento. Nestes armazéns é permitido o exercício de qualquer indústria.

Ora, os interesses de Portugal e do Brasil aconselham o aproveitamento das magníficas condições do pôrto de Lisboa e das concessões feitas pela legislação aduaneira portuguesa, criando grandes entrepostos para a guarda do cacau brasileiro e português, e, porventura, fábricas em zona franca para a sua transformação em produtos dum consumo já hoje assegurado na Europa.

Desde que os agricultores e os comerciantes brasileiros tenham garantida a inalterabilidade dos seus produtos, durante um certo período, poderão resistir às pressões dos mercados consumidores, não permitir a sua desvalorização, e assegurar-se uma retribuição remuneradora dos seus trabalhos e dos capitais. Por este processo quasi se podem estabilizar as cotações do cacau brasileiro, contribuindo

para o desenvolvimento e para a riqueza do Brazil e para a prosperidade de Portugal.

Para a realização d'êste *desideratum* são, porém, precisos outros elementos. Navegação, que permita rápidos e baratos meios de transporte das mercadorias, e meios financeiros, que tornem possível aos produtores e comerciantes esperarem a oportunidade para a venda das suas mercadorias.

A navegação entre Portugal e o Brasil parece que vai ter realização, devida aos esforços dum homem activo, empreendedor e intelligente — o Sr. Souto Mayor — que se propõe prestar mais êsse grande serviço aos países em que nasceu e em que enriqueceu.

As emprêsas exploradoras dos entrepostos e as instituições de crédito que adiantem, por conta das mercadorias depositadas, as quantias indispensáveis para que os produtores possam continuar as suas explorações agrícolas e os comerciantes as suas transacções, podem ser constituídas pelos capitalistas dos dois países.

A entrega do *perence* das mercadorias depositadas nos armazéns gerais francos permitirá ao seu proprietário, ou ao seu representante, fazer as transacções quando, onde e como lhe convier, e a entrega do *warrant* permitirá à mesma entidade levantar do estabelecimento de crédito até tantos por cento do valor da mercadoria depositada. O registo, feito pelo estabelecimento que adiantou a importância, na administração dos armazéns, garantirá o crêdor da solvência do devedor, visto que a mercadoria constitui penhor da dívida contraída, e a venda em leilão dos produtos, sem formalidades judiciais, passados tantos dias depois do fixado para o pagamento da importância emprestada, garantirá a liquidação da operação, sem delongas incómodas e fastidiosas.

Lisboa, habilitada com estes instrumentos de progresso, poderia constituir um dos primeiros entrepostos comerciais da Europa, pois que poderia reunir nos seus armazéns gerais francos a produção das suas colónias, já hoje representando valores consideráveis, a parte da produção brasileira destinada ao consumo da Europa e a laboração de fábricas transformadoras de todos os produtos destinados à exportação.

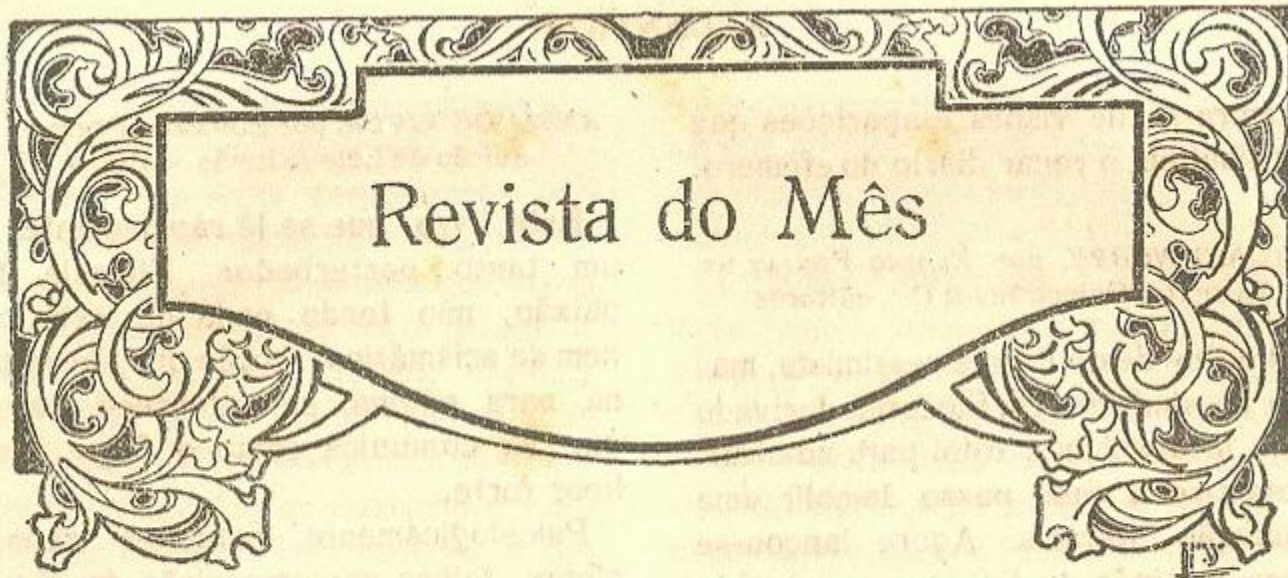
Portugal tem actualmente uma produção de açúcar colonial que excede em muito o consumo da metrópole, e dentro de pouco tempo essa produção estará muito aumentada. A maneira prática e útil de empregar a parte superabundante dessa produção seria transformá-la em chocolates, dôces e conservas, em fábricas instaladas na zona

franca. Por êste processo criavam-se novas indústrias, facilitava-se a colocação do açúcar e do cacau e dispensava-se a importação dos produtos fabricados.

Um tratamento de favor nos armazêns gerais francos concedido aos produtos brasileiros, em relação aos dos outros países, permitiria negociar um convênio comercial com o Brasil que concedesse um tratamento especial para alguns produtos portugueses no território da República irmã, estreitando pelos interêsses recíprocos os laços morais e intellectuais que unem os dois países.

Lisboa, Abril de 1919.

BARROS QUEIROZ.



Revista do Mês

O MÊS LITERÁRIO

AS MÃOS DA VIDA, por MANOEL DE SOUSA PINTO, edição da *Portugalia*, Lisboa

Este livro que lemos numa doce tarde em que o sol brincava com uma nuvem, ora escondendo-se todo por detrás dela, ora mostrando meio disco, deu-nos a impressão de que o seu autor buscou, com muito cuidado, um assunto em que a arte e a mulher se encontrassem, como se encontram duas bôcas jovens que o amor modelou, para, num beijo de fogo, esgotarem a energia criadora do seu desejo.

Carece um pouco de perspectiva, de desenvolvimento natural, mas apresenta uma bela série de grupos que se admiram como uma excelente revelação do engenho escultural de Sousa Pinto. Existe nele, sobretudo, uma intenção que no-lo faz muito simpático — afastar a imaginação literária de fabulações grosseiras, de anedotas que transpõem em bucólica os sentimentos banais do vulgo.

Os personagens de *As Mãos da Vida* sentem a vida aristocraticamente, vivem-na com um magnífico desdém e exteriorizam-na com uma original percepção do gesto e do gosto. Martin Gralheira, o escultor, e Marta Rosal, a pecadora de mãos impecáveis, transcen-

dem a vulgaridade corrente da nossa terra.

Sousa Pinto, dando-lhes o sôpro da sua inspiração, instalou-os soberbamente, entre a gente alfacinha, como dois ailantos num bosque rasteiro.

VIDA VITORIOSA, poemas escolhidos, de JOÃO DE BARROS, edição da Livraria Aillaud.—Lisboa

O autor do *Anteu* e da *Ode à Belgica*, apesar de estar ainda dentro da vida como uma manhã de abril, entendeu coleccionar dos seus poemas os que melhor traduzem as notas da sua sensibilidade, tão cantante e ebullente.

Assim nasceu a *Vida Vitoriosa* que, neste comêço de ano, apareceu nas montras com a sua capa branca em que duas flâmulas rubras gritam a glória alta dos desejos imortais que se geram no seio da fina argila dum coração de poeta.

João de Barros que, entre os poetas do seu tempo, quis ser sempre uma voz de sinceridade, não reconheceu nunca outra verdade senão a que o pulsar do seu sangue e o vibrar dos seus nervos comportavam. Por isso a sua obra apresenta uma unidade, uma fisionomia que nunca se desmente.

E parecendo que das cousas simplesmente o toca a epiderme, a sua alma

enamora-se de visões e aparições que extralimitam o roçar diário do efémero.

ANTÓNIO NOBRE, por ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO, Guimarães & C., editores

O autor dêste livro é pessimista, mas dum pessimismo sem filosofia, derivado duma incapacidade total para admirar. Propõe-se a cada passo demolir uma reputação literária. Agora lançou-se sobre o autor do *Só*. Quere reduzi-lo ao que êle entende as justas proporções do seu engenho. E não se poupa a esforços. Infelizmente para êle, nada mais consegue demonstrar senão que a memória dos grandes poetas não pode ser alvejada por homens acidulados pelas geropigas da má-língua. Se isto assim não fôsse, António Nobre acabaria em vítima do escritor Forjaz. O zoilo treparia à imortalidade por um crime assaz singular.

O MAR TENEBROSO, por LUÍS DE ALMEIDA BRAGA, Livraria de França Amado.—Coimbra

A tradição tem em Luís de Almeida Braga um crente que nela vê um belo assunto para se desencaminhar da democracia, agora em plena flor. Os nautos da Descoberta enchem-no dum místico entusiasmo. Os seus períodos, elegantes e elegíacos, graves e pausados, em que as imagens passam como santos em andores, evocam as energias da raça que construiu a maior epopeia da idade moderna.

— «Eduquem-se as almas ao contacto salutar das nossas glórias e dos nossos poetas, dos nossos soldados, dos nossos ardidos navegadores».

Nestas palavras está um programa, sendo de lastimar que a moral de rapina, que a guerra gerou, não permita pô-lo em prática, desde já. Tempos hão-de vir, porém, que o hão-de impor ao nosso espírito, desanuviado de mágoas e de funestas miragens.

ANSIA DE VIVER, por EDUARDO PIMENTA, edição de Lelo & Irmão.—Pôrto

Êste livro, que se lê rapidamente, é um tanto perturbador. Flameja de paixão, não tendo nada de extático nem de scismático. Acção que, de página para página, se enfebrece, calor que se comunica como o fogo dum licor forte.

Psicológicamente, notações incompletas, falhas na composição das figuras, na ordenação dos seus gestos e movimentos.

Vivo sentimento da paisagem alentejana, havendo uma ou outra nota, traço ou pincelada que bem denota que Eduardo Pimenta conseguiria ser um mestre paisagista, se se demorasse mais na contemplação das cousas.

Como Pascoal de Melo, o impetuoso mancebo da *Ansia de viver*, Eduardo Pimenta é demasiado veloz para se deter em longas pausas de análise ou de observação. O seu livro tem, às vezes, um andamento de torrente — o que não dá tempo a que os personagens tornem compreensível a sua sensibilidade.

TERRAS DO DEMO, por AQUILINO RIBEIRO, Livraria Aillaud.—Lisboa

Aquilino Ribeiro é hoje dos nossos romancistas e novelistas o que possui um mais equilibrado sentimento do pitoresco das cousas, das pessoas e das almas. Converte tudo em paisagem, em atitudes, movimentos e quadros líricos.

Os seus livros—*Via Sinuosa* e *Terras do Demo*—são dois mimos duma sensibilidade em que a comédia e o drama provinciano ou rústico se fazem carne, coloração, vibração, parecendo que, como aos bons frutos, os percorre a seiva abençoada do nobre sol lusíada. O último, sobretudo. Nunca o instinto do labrego, avaro e calculista, manhoso e grosseiro, encontrou um intérprete que tão bem soubesse apreender-lhe e anotar-lhe a obscura vida,

tornando-a um elemento da grande sinfonia da terra criadora e laboriosa.

Alguns dos seus personagens possuem a dureza epidérmica dos pinheiros e a teimosia obstinada dos silvêdos. Outros são tortos como raízes. A poesia não lhes mora na alma. O raciocínio neles toma formas que os compêndios de dialéctica reputam rudimentares. A rotina, a superstição e a covardia previdente das cobiças e das invejas explicam a parca agitação do seu ser. Pela imobilidade lembram troncos, mas, sob essa aparência, existe um poder de resistência que assombra.

Admiráveis páginas, algumas das quais são perfeitas, pela energia do modelado, consagra Aquilino Ribeiro a essas criaturas que andam menos que o tempo! *Terras do Demo* demonstram, com uma rara eloquência de linguagem — que é um primor de prosa em que as imagens sarabandam festivas e galantes — que a raça portuguesa, a rural, a que vive pelas serras entre pinhais e giestas, tem mais carácter que todo o rumoroso capilé acrata e desbragado das nossas cidades.

A GRANDE QUIMERA, romance de TEIXEIRA DE QUEIROZ, edição da Parçaria António Maria Pereira.—Lisboa

Teixeira de Queiroz, nas letras Bento Moreno, que, durante muito tempo, foi um escritor vincadamente preocupado com uma larga obra de investigação e análise social, cujos volumes sólidos, severos e documentados formam a *Comédia do Campo* e a *Comédia Burguesa*, — que seria a nossa melhor galeria de tipos, se o facto humano o não fizesse, sobretudo, um grande historiador de sentimentos e ideas de classe —, Teixeira de Queiroz nos seus últimos livros começou a interessar-se pela vida como um elemento de poesia e de bucólica, absoluta-

mente necessário para que nós rompamos o círculo estreito das limitações em que se ensepulcram as almas covardes e estéreis.

A Grande Quimera é, nas suas linhas gerais, uma dura pugna entre a sciência e a beleza — aquela encarnando-se absorvente na figura laboriosa e angustiosa de Manuel de Sá, esta em Maria, figurinha terna, cheia de graça e inteligência feliz que, encontrada uma noite pelo sábio à porta dum cemitério, com os olhos postos no seu salvador, se foi tornando, de pecadora, tão pura como certos lírios que erguem a brancura celeste da sua corola sobre a água esverdeada, pútrida, dum tanque.

Teixeira de Queiroz, que dantes votava ao detalhe, à minúcia descritiva e ao incidente narrativo um cuidado talvez excessivo, agora cinge tão íntimamente a matéria que trabalha com inspiração e amor, não perdendo um só momento na glória de esculpi-la e rendilhá-la.

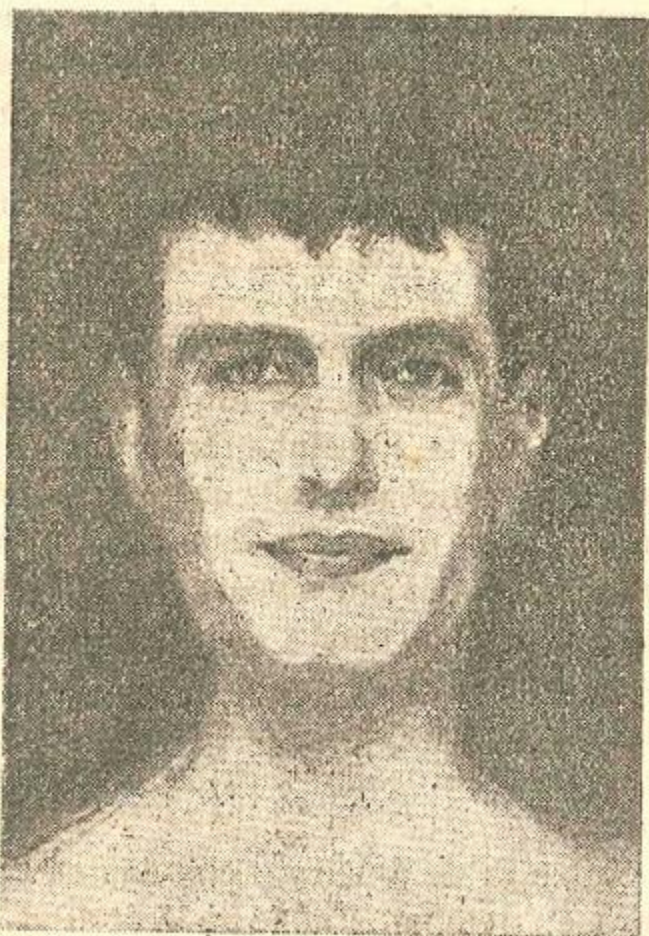
RITMOS DA HÉLADE, por NARCISO DE AZEVEDO, edição do autor.—Pôrto

A Grécia para os apaixonados da forma, para o culto pagão da existência, tem sempre o sabor dum fruto fresco e apetitoso.

Narciso de Azevedo buscou nela as vestes com que queria enroupar-se a sua musa, latina e ocidental.

Às vezes, o disfarce é perfeito, a ondulação macia dos corpos casa-se admiravelmente com o sôpro de vida helénica que os percorre. Outras vezes a aliança não aparece tão fácil, parecendo mesmo contraditória. A euritmia não chega então a produzir-se.

Narciso de Azevedo que, em breve, estamos certos disso, encontrará as condições de equilíbrio para a sua ânsia de harmonia plástica, dar-nos há um livro em que, fiel à sua vocação



O poeta Narciso d'Asevedo
Quadro de Joaquim Lopes

plenamente revelada, há de subjugar a matéria, dominando-a a seu gosto, a qual hoje ainda se lhe mostra um pouco rebelde.

TROVAS POPULARES BRASILEIRAS, colecionadas e prefaciadas por AFRÂNIO PEIXOTO, edição de Francisco Alves.—Rio de Janeiro.

A exemplo do que, entre nós, fizeram Agostinho de Campos e Alberto de Oliveira, Afrânio Peixoto coligiu mil trovas brasileiras, em muitas das quais se pressente um vivo perfume regional, que bem indica quanto o povo que as concebeu tem o sentimento poético da natureza e da vida. O ilustre académico acompanha a sua coleção dum magnífico prefácio em que expõe e desenvolve as suas ideias sobre a capacidade do povo, como fonte de emoções e criadora de lendas, mitos e poemas.

E concordamos que professa a boa doutrina.

A multidão por si não inventa nem compõe, mas pode dar o assenso e o aplauso da sua sensibilidade, como que fazendo-a sua, à obra de certos indivíduos que lhe sabem despertar as imagens e ritmos que a sua alma compreende.

POEIRA DA ESTRADA, por AFRÂNIO PEIXOTO, edição da Livraria Francisco Alves.—Rio de Janeiro

Este livro encerra estudos, ensaios, notas, reflexões e digressões, fazendo nele tantas facetas que o leitor quasi se deslumbra. Todo êle, porém, é conceituoso, imaginoso e eloquente, principalmente quando o seu autor evoca figuras de homens de letras que um dia conheceu e tratou, rememorando-os sempre sob uma calma visão de immortalidade.

Afrânio Peixoto, cuja prosa nobre, pura e elegantemente estilizada se ordena com uma rica compostura clássica, participa inteligentemente da vida da civilização moderna cujos problemas o interessam vivamente, discutindo-os com a serenidade do seu espírito prudente e culto.

JARDIM DA EUROPA, por AGOSTINHO DE CAMPOS, edição da Livraria Aillaud.—Lisboa

Livro de pequenas crônicas ligeiras que a ironia faz esperto como um pardal e a crítica sensato como um adágio.

Agostinho de Campos que dá a impressão de escrever sem esforço, cigarreando e fantasiando, é uma criatura culta, inteligente e educada, cuja pena nunca desmentiu estes epítetos.

Numa terra em que os homens se atropelam uns aos outros para chegarem mais depressa ao cabo dos seus desvarios, êle é um dos raros que se afasta da turba-multa, persistindo fiel à sua vocação de escritor.

J. M.

REVISTAS RECEBIDAS

REVISTA CASTELLANA — Valladolid — año v — num. 30 — Marzo.

— ANDALUCIA — Córdoba — año IV — num. 130, 131, 132, 133.

— O ECONOMOMISTA PORTUGUES — Lisboa — 11.º ano — 2.ª série n.º 74 de 29 de março.

— AGROS — Boletim da Associação dos Estudantes de Agronomia e periodico de propaganda agrícola — 2.º ano n.ºs 6, 7, 8, 9 — junho a setembro de 1918.

CRÓNICA ARTÍSTICA

EXPOSIÇÃO DE ARTE — ALVES CATALÃO, ADRIANO COSTA, JOAQUIM COSTA, TEODÓSIO FERREIRA, FERNANDO DOS SANTOS.

Num ateliê magro e acachapado, às Avenidas novas, uma exposição de rapazes animados do bom propósito de trabalhar para vencer.

Em tanta mocidade, já um claro triste: algumas obras a recordar o nome de Alves Catalão, uma esperança que não chegou ao triunfo. Mais um cedo-morto, no vasto martirológio daqueles cuja arte não faz mais que amanhecer, e em cuja deixa há sempre um ricto doloroso de esfinge assassinada, carpindo os louros inceifos.

Entre os tipos costeiros e endominados do quadro maior, *Gente do mar*, o da rapariga tem a graça queimada das filhas dos pescadores, brunidas do sol salgado. *Lázaro*, trabalho de escola, é muito fraco. Académico também, o *Narciso*, um pouco adocicado deixa-o a perder de vista. O *Nevoeiro na praia*, em Peniche, não desagrada, mas, interessante sobretudo pelo ponto de mira, a *Lisboa antiga*, cheia de encavaladas empenas, marcava melhor a aptidão, evidentemente frustrada, do pintor.

Dos quatro expositores que assim prestavam homenagem ao camarada desaparecido, levava a palma Joaquim Costa, discípulo de Columbano. Quis-me parecer um artista de futuro, pela honestidade dos seus processos e pela boa escolha de alguns motivos. Como pintor de figura, mostrou-nos um *Retrato do Sr. Dias*, curioso de naturalidade, um auto-retrato, pouco rigoroso, e uma linda cabecinha a que chamou *Triste*. Conscienciosos e muito agradáveis de colorido, os três interiores da Sé de Lisboa impunham-se sem reserva, ao lado dumas cuidadas *Rosas brancas*. No seu grande quadro *Regateira*, certos defeitos comprometem o louvor.

De outro discípulo de Columbano, Teodósio Ferreira, olhavam-se sem desprazer uma *Manhã beiroa* e o *Sol da tarde*.

Fernando dos Santos, discípulo de Salgado como Alves Catalão, manifestava o deslumbramento dos tons quentes, mas não sabe dominá-los. *O Cravo roxo* primava pela agressividade. Simples tentativas os seus ensaios de água-forte e gravura a côres.

Aluno de Carlos Reis, Adriano Costa não vê mal a paisagem, pintando-a dum modo muito diverso da maioria dos leccionados do dito professor. Entre os seus nove trabalhos, notava-se uma certa homogeneidade de côr e feitura, assaz prometedora.

PAISAGEM E MARINHA. IV EXPOSIÇÃO.
JOSÉ LEITE

Presidindo uma *pochade* de Carlos Reis, onde se retratava o discípulo, expôs o pintor José Leite, no Bobone, um meio-cento de trabalhos, denotadores do seu esforço para fixar aspectos do campo e do mar.

É louvável a aplicação do autor, um tenaz, como manifesta é a sua tendên-

cia a disfarçar com efeitos mirabolantes a pobreza da sua visão pictural e a rigidez desobediente das suas tintas.

Se bem que recolhidos em pontos diferentes, em Caparide, em Colares, no Douro, em Oeiras, os seus quadros são quasi sempre idênticos. Mudam os títulos, variam os pormenores, mas os seus verdes são o mesmo verde saturante, as suas árvores repetem-se, as suas águas assemelham-se, e a insensibilidade do copista, o silêncio do interpretador, ante a natureza, mestra da variedade, leva-o a tentar suprir pelo artifício, mais ou menos vistoso, o que os seus recursos o não deixam ver ou não lhe permitem exprimir.

Surpreendidos por um paisagista—e não o são quantos assinam paisagens—diferenciar-se-iam mais os vários estados dum mesmo trecho, em horas diversas, do que contrastam entre si certas paisagens combinadas muito a frio por este pintor, que, na sua recente exposição, acentuara demasiada predilecção pelas águas espelhentas e pelos poentes espalhafatosos.

V EXPOSIÇÃO DE PINTURA A ÓLEO E AGUARELA. HIGINO MENDONÇA

Nesta sua quinta exposição, levada a efeito na Sociedade Nacional de Belas Artes, reuniu o Sr. Higinio Mendonça muitos trabalhos a óleo e algumas aguarelas.

Pintura de amador, sem nervo e sem alma, falha por completo de qualquer interesse artístico, se, na maioria das vezes, se conserva dentro dos limites inofensivos da mais corriqueira banalidade, outras atinge pretensiosamente o aleijão, como no poente do *Parque de Vichy* ou num outro poente de *Um recanto do Gradil*.

Como é possível que a embruxecente hora vespéral dite a uns a blasfêmia charra e a outros inspire a ma-

ravilha alada, como no soneto das «suaves e frescas raparigas» de António Nobre, «pobre moleiro da Saúdade»?

EXPOSIÇÃO DE PINTURA DE JOAQUIM LOPES

Desconhecido em Lisboa, o pintor Joaquim Lopes, de Vila Nova de Gaia, berço de escultores, veio afoitamente fazer na Nacional a sua exposição, onde procurou reunir o maior número de obras, o que em parte o prejudicava, pois nem todas mereciam a honra da viagem.

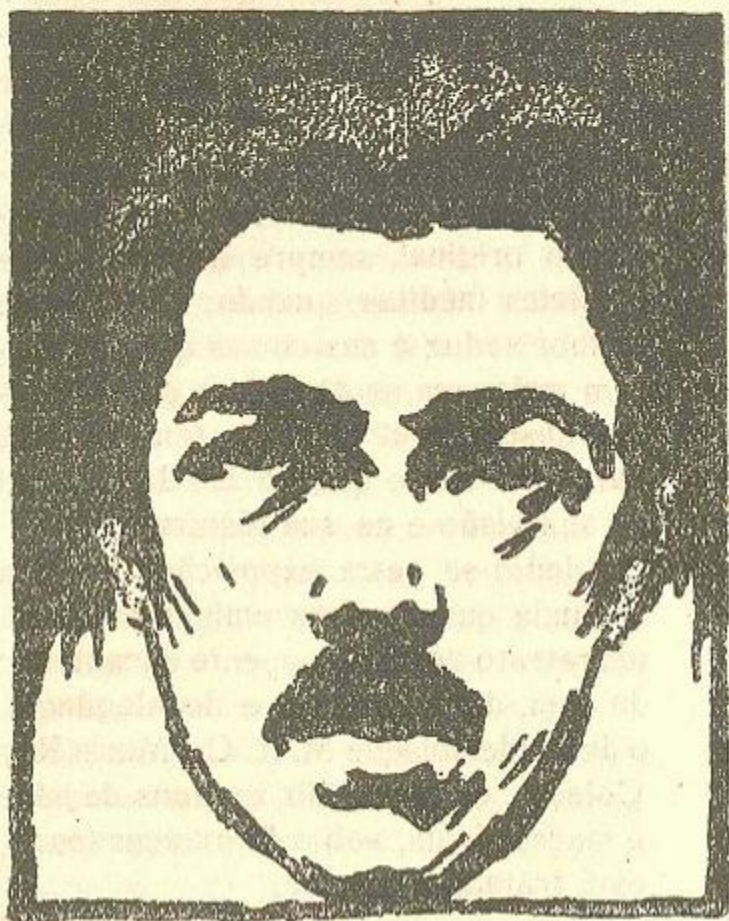
Compunha-se a exposição de trabalhos a óleo e a pastel, quadros de figura e quadros de paisagem, colhidos no Pôrto, no Douro, no Alto Minho e na Beira Alta, predominando em brilho e quantidade as paisagens, que Joaquim Lopes trata e diferencia com entranhado sentimento.

Os seus aspectos da Serra do Pilar, *Terra abandonada*, *Eucaliptos*, *Recanto da esplanada*, em sombrios tons de burel encardido e de zinabre, representam o achado dum tema, e nem todos conseguem isso. Não é só pintar, pior ou melhor, o que outros já tentaram. A pintura não consiste apenas em saber pinçelar. É a arte de bem olhar. O pintor, na digna acepção, não é um pincel, mas uns olhos por trás dos quais há uma alma. Descobrir o quadro, o motivo latente nas coisas ou nos seres que o cercam, eis o dever que lhe cabe.

Também interessantes como revelação do Pôrto, tão eminentemente pitoresco, eram os *Arcos da Ribeira*, tocados duma nota muito alegre, quasi veneziana, de côr.

Noutras paisagens, a simpatia do pintor ia toda para os céus plúmbeos, algodoados, griseos de tormenta, para a humilhação da terra sob a borrasca ou

o aguaceiro: *Céu revólto, Dia de chuva*, um no Alto Minho, outro na Beira, *Céu nubloso, Dia triste, Céu de tempestade, Sol de entre-nuvens*.



JOAQUIM LOPES

Há no artista a devoção da terra e dos céus. Um dos seus quadros intitulava-se *Hora religiosa*. A heroína doutro era uma *Nuvem branca*, uma dessas nuvens floconosas, que são como que as noivas do vento. Do Douro, havia ainda duas notas de neve: *Efeitos de neve (Sebadelhe)*, algo banal, e *O Desgelar*, fresco no sorriso da erva que reaparece ao sol.

Por bem pintados que sejam alguns dos seus quadros de figura, não revelam no artista o mesmo enlêvo, nem suscitam no contemplador o mesmo agrado. O autor falha bastante na composição, e à côr harmoniosa substitui-se uma policromia vistosa, mas pobre de orquestração. A *Rapariga dos gerânios*, à *Flor triste*, ao *Far niente*, prefiro outras coisas mais discretas e

mais felizes, como o *Corpo de anfora*, cuja tonalidade violeta apregoava o nome ilustre do mestre, Marques de Oliveira, a muito vigorosa *Minhota* do n.º 39 e a pequenina mancha de *O Desengaço*.

Nos trabalhos a pastel, avultavam os dois *Trechos do meu jardim* e a *Onda de ternura*, ingrato no arranjo e na côr, mas onde a ternura da bôca do bebé adormecido equivale, ia jurá-lo, a um atestado de paternidade. De resto, os lábios dos seus modelos merecem a êste pintor singular cuidado. A bôca desdenhosa, pobre camélia pisada, era a melhor nota da *Garota do chaile* e da *Rapariga do Douro*, a mesma miúda de chaile esfiapado. Acontecia outro tanto com a desdentada bôca do *Velho do Douro* e com as dos poucos retratos expostos.

Novo ainda, sem directriz bem assente, nem processo definitivo, Joaquim Lopes, em quem as qualidades de paisagista e pintor de figura buscam por ora equilibrar-se, é certamente um nome destinado a triunfar

EXPOSIÇÃO DE «O OCIDENTE»

Pequena colecção de alguns trabalhos publicados na velha revista de Caetano Alberto ou no seu almanaque, havia, entre êsses artigos originaes, um carvão de Silva Pôrto, *Os Campinos*, dois curiosos desenhos de Soares dos Reis, *Rua de Santa Catarina* e *Passeio fluvial*, alusivos a uma festa no Pôrto, quatro ilustrações de Columbano para os camoneanos sonetos de Gonçalves Crespo, *Na Igreja das Chagas* e *Anos depois*, duas lindas janelas vilarienses de Diogo Silva, e de Abel Botelho, então ainda Acácio, a casa de Camilo em Seide, o *Castelo do Sabugal* e a *Torre de Menagem em Castelo de Vide*.

PINTURA, ILUSTRAÇÃO E DESENHO.
MILY POSSOZ E ALICE REY COLAÇO

A dentro da relativa modéstia dos seus trabalhos, que parecem mais fáceis do que são, Alice Rey Colaço é uma artista com orientação definida e já com uma pequena obra, muito harmónica no traçado e no propósito.

Especializou-se num ramo, suave como o duma amendoeira, em que outros podem vir a fazer melhor, mas que ela teve o bom gosto de descobrir e tem tido a pertinácia de cultivar a sorrir, como se devem cultivar os jardins, para que as flores nasçam alegres. Esse ramo, esse jardimzinho, é a decoração, chamemos-lhe assim, da quadra popular.

Andam por aí postais seus com versos do povo, e andou a interessante série dos pregões, vinhetas inspiradas na lírica ora ameigante ora zombativa dos Manéis e das Marias e na música vendilhona das ruas alfacinhas.

Em livro, ilustrou humoristicamente o *João Pateta*, conto tradicional, o *Vira*, da viração, e decorou agora as músicas ajuntadas por seu pai nas *Canções de Portugal*, onde, apesar de lisboetas, o friso de *As Saias*, e o painelzito das *Carvoeiras* são muito felizes.

Às suas varinas, aos seus saloios, às suas cachopitas, à sua *Margarida*, anda adicionando outro tema caseiro: sua irmã Amélia, a recitadora. A mana desenhista e cantadeira vai anotando amoravelmente a representante em cada novo papel.

Eis, pouco mais ou menos, do que se compõe a sua luzida parte na exposição actualmente patente no Bobone: Amélia Rey Colaço em várias personagens, projectos para as ilustrações citadas, *scenas infantis populares*, um lequezito com o *Papagaio loiro*, um retrato a lápis de Lopes Vieira, o poeta entre as canções, e três pacientes mo-

saicos de chita, *Regando as flores*, *as Cinco pedrinhas* e *Varininhas da fruta*.

Em forte contraste com as aguarelas de Alice Rey Colaço, que nos deixam um vago sabor a queijo fresco, a tremoço saloio, ao salamim, Mademoiselle Mily Possoz fere, por vezes endemoni-nhadamente, a nota estranha, complicada, ultra-moderna. É um temperamento original, sempre à procura de audácias inéditas, quando, afinal, onde melhor seduz é nas coisas que se parecem mais com as de toda a gente, porque nestas, precisamente, tem mais aso para mostrar o quanto há de pessoal na sua visão e na sua técnica.

Admira-se nesta exposição, que é a segunda que as duas amigas realizam, um retrato verdadeiramente encantador de tom, de parecença e de elegância, o de Mademoiselle M. R. C. (Maria Rey Colaço), cujo vestido, em tons de jalde e madreperola, sob o *fichu* acarvoado, está tratado a primor.

Outro quadro digno de referência é o n.º 35, *Efeito de luz*, delicadíssimo, como delicado é o pastel n.º 28, *Estudo de cabeça*, «muito século XVIII», segundo se usa agora dizer em Espanha.

Bons são também os três *Interiores com figuras*, especialmente o n.º 7, o da dama que enfeita um óptimo chapéu azul, um outro interior sem número, e o n.º 32, finíssima espiritualização de *Bagatelle*.

O pastel, a aguarela, mesmo a guache são meios que convêm à expressão da fantasia desta estrangeira, que se me afigura um pouco comprometida no meio de Lisboa. Para o seu nervosismo artístico, o óleo, menos dócil, oferece perigos. Espapaça-o, sobrepõe-no, deixa-o escorrer e aglomerar-se, dando alguns dos seus quadros assim obtidos uma ligeira idea de peças que têm de ir ao forno, para que a cozedura expli-

que, interdite ou desabroche o valor das várias pastas.

Estão nesses casos vários dos trabalhos vindos de outras exposições, como a caricatura do *Rossio*, e a pochade n.º 2, *Retrato ao ar livre de Mademoiselle M. D'K*. Mesmo no retrato, menos propício a tropelias voluntariosas, o óleo e a pintora andam às turras.

Só como tentativa de brinquedo bolchevista, se pode considerar o massacre infantil que Mademoiselle Mily Possoz apresenta sob o título *Esboços para friso*. Sem beleza apreciável, gordurentos, seriam um verdadeiro pavor numa sala de crianças.

Para que serve amacacar, assalsichar, a tal ponto a pequenada traquinas, de cuja petulante viveza a autora se encarrega de dar, mais desintoxicadamente, outros exemplos graciosos?

Quem, em tão poucos traços, aponta o petiz do n.º 37, terá o direito de sonhar, numa hora febril, com um novo Herodes. Não lhe assiste, porém, o de o propor como motivo decorativo aos inocentes.

SIÇÃO. PAISAGEM, MARINHA, FIGURA, ETC.; ETC. ASCENSO J. DE SIQUEIRA FREIRE (S. MARTINHO).

Um pouco boémia esta nova exposição no salão nobre do Teatro Nacional.

No n.º 46, *Uma rua em Manique (quinta)*, liam-se estes dizeres: «Esboço por acabar. Acaba-se».

No fim do catálogo há um *N. B.* avisando de que «O quadro 14 foi feito a 200 metros do primeiro plano»; o qual quadro n.º 14 se intitula *A monda (sem sol), fim de Março, dia cinzento*.

Entre os *Estudos (Cópias)*, uma horripilante cabeça de cavalo marca-se assim: 9 — *No Aniversário de meu Pai*.

Há outra parte do catálogo subordinada à epígrafe *Alguns quadros da minha primeira exposição e suas di-*

mensões máximas. São três aguarelazinhas insignificantes.

O n.º 36 chama-se *Janela do salão amarelo (tarde), estudo, para um quadro. O cavaleiro e a noiva ao luar*.

Os n.ºs 20, *Trecho de Braga, torres da Sé*, e 37, *Uma tarde nas margens*, são bem melhores que o 49, *Á falta doutros, dois copos e uma garrafa*, salvo êrro.

MANOEL DE SOUSA PINTO.

O MÊS TEATRAL

BODAS DE PRATA, peça em 4 actos, de PAUL GERALDY, trad. de MELO BARRETO

O autor de *La Guerre, mesdames* . . . , que a Academia premiou e o público, que não escutara as suas conferências, leu com agrado, dá-nos nesta peça, em uma série de quadros copiados da realidade, um trabalho que, se não empolga, fica todavia bem num teatro que, de mais a mais, apesar de se ir chamando «nacional», acabou de desmontar, após um regabofe triunfal, uma comédia de teatrelho traduzida, ou lá o que foi, do espanhol. As *Bodas de prata* não têm o que costuma chamar-se teatro, isto é: situações adrede rebuscadas para vibratilição da plateia, *trucs*, cordelinhos. O amor, sempre sacrificado dos pais, ante o egoísmo inconsciente dos filhos, cujas alegrias são — quantas vezes! — a aflicção torturante daqueles, eis o assunto desta peça que naturalmente se desdobra, sem brusquidões, às vezes até com certas demoras e demasias de pormenorização, valha a verdade. Mas, não podendo equiparar-se, como concepção e construção, ao *Comme le foglie* de Giacosa, com a qual tem visível parentesco, é, no emtanto, — repetimo-lo —, uma produção teatral digna de atenção e de registo, que vale a pena ver e principalmente, ler.

Adelina Abranches, no papel primacial, realizou notavelmente, com a sua maleabilidade de grande comediante, o tipo que a observação de Paul Geraldy focou e expressivamente sugeriu na sua peça. O seu trabalho foi, sem exagero, notável. Inácio, houve-se muito bem. Os restantes, procuraram equilibrar-se nos seus papéis, o que conseguiram, pode dizer-se. A encenação cuidada, os scenários muito bons, dado o que estamos habituados a ver. A tradução apurada.

A *EMBOSCADA*, de KISTLENAEKERS, trad. de Oldmiro César

O autor de *La Flambée* explora nesta peça, repuxando a lágrima da confraternização, a chamada *questão social*, isto é: a luta dos patrões e dos operários. Literariamente, é artificiosa e falsa, com personagens que em vez de psicologia apenas têm alfinetes a prender-lhes as intenções premeditadas do dramaturgo. Nesta quadra social em que nos encontramos, com o fantasma bolcheviquista a pôr tremuras na pança burguesa e iluminações festivas na flocinheira demagógica, peças destas não caem mal, interessam, vêem-se. A empreza do San-Luís percebeu-o. Industrialmente, portanto, não fez mal em a levar à scena.

PEDRA DE TOQUE, de AUGIER e SANDEAU, trad. de Melo Barreto

O teatro de Augier fez o seu tempo. Esta *Pedra de toque*, peça sem profundidade, sem alvoroços, serena, quasi baça, sem complexidades psicológicas e sem contrastes, não é excessivo dizer-se que tem já qualquer cousa de fóssil. Quanto ao desempenho—a peça foi à scena no San-Luís—não tenho senão elogios a fazer. Ferreira da Silva, que na *Pedra de toque* tem um dos seus papéis de glória, dominou o público com

talento. Amélia Rey Colaço, sem falhas, embora talvez também sem progressos, interessante; Emília de Oliveira, distinta em sua garbosa personagem; Beatriz Viana, representando bem com um penteado semiescarunfio; Tomás Vieira, cuidadoso; etc., etc.

SETE-ESTRELO, opereta em 3 actos, de ARNALDO LEITE e CARVALHO BARBOSA, música de Manuel de Figueiredo

São dois nomes conhecidos os dos autores do *Sete-Estrélo*. É da sua lavra *A Flor da Rua*, de que o público talvez se recorde ainda, e *Miss Diabo*, que o Politeama levou para a scena com successo. Este *Sete-Estrélo* é o pior que elles têm feito neste seu género de produções, e dizemos assim porque é possível que as tenham doutra qualidade. Logo no 1.º acto se desvenda por assim dizer o nó da peça, que, por isso, nos actos subseqüentes não interessa. Uma banalidade embrulhada em absurdo. Esqueçiamo-nos de dizer que o *Sete-Estrélo* foi no Eden e que o primeiro papel coube a José Ricardo.

SUA MAJESTADE, comédia em 3 actos, de ALBERT VILLEMETZ, trad. de Melo Barreto

Esta comédia, que Albert Villemetz facturou inspirando-se numa peça inglesa, envolvida toda ela num perfume de britânica ingenuidade graciosa, não se pode dizer que constitua, no pequenino teatro da Avenida, a delícia máxima do público, ao qual agradam sempre mais, valha a verdade, aquelas peças onde, embora o recato sofra um pouco mais, a *verve* tem, em compensação, quindins mais avermelhados. No entanto, agradou, para o que não concorreu pouco, certamente, a representação cheia de propriedade de Eduardo Brasão—tardio um pouco às vezes às indicações do ponto—e o realce que a Sr.ª D. Palmira Bastos, fazendo a evocação prestigiosamente en-

cantadora de Du Barry, deu à peça. O cenário, de Augusto Pina, digno de encómio.

O AMOR PERFEITO, peça em 3 actos, arranjo de ERNESTO RODRIGUES, JOÃO BASTOS e FÉLIX BERMUDES, musicado por Venceslau Pinto

Um arranjo, que pode bem classificar-se um *arranjinho* teatral. Ama-

rante, pintado e repintado, com um chinó que é o expoente do valor da peça, faz de sedutor *malgré lui*, entre dois maridos cómicos. Explorando o sedição tema do adultério, *O amor perfeito* é uma peça que não prima por cousa nenhuma, incluindo o espírito. Mas pensará assim o público?

B. E M.



Notícias & Comentários

A MISSÃO ECONÓMICA AO BRASIL

OUVINDO UM COMERCIANTE
E UM FINANCEIRO

A paz vai ser em breves dias um facto. E, lavada a Europa do sangue que, durante quatro anos, a encharcou, resta aos Governos das nações vitoriosas, como último esforço para o início da nova era, fixar definitivamente a situação dos seus povos.

Cada povo deverá ver, de relance, o que pode cumprir no futuro, para a boa realização desse mundo cómodo e tranqüilo que a guerra veio oferecer à humanidade. Auto-apreciando-se com sinceridade, medindo as suas máximas aspirações—lutando depois, através de todas as dificuldades, por as exteriorizar em factos—os países poderão contar com o futuro, um futuro certo e feliz.

. . . E o que necessita Portugal fazer para que se erga do morfinismo em que tem escabeceado? Que orientação necessita dar ao seu esforço para que a sua existência comece deslizando próspera e fácil?

Resposta única: valorizar devida-

mente a sua riqueza, defendê-la, protegê-la—e abrigar-se à sua sombra.

País agrícola por excelência, fértil em vantagens industriais, tudo tem perdido no comércio da sua indústria e da sua agricultura pela inépcia diplomática de alguns negociantes—ou, por outra, pela indiferença congénita com que a rotina comercial tem rodado há anos para cá.

A perda de mercados foi quási um facto. E a guerra acordando-nos—já o disse—veio obrigar-nos a compreender com nitidez a nossa situação. Viu-se que era necessário, que era indispensável, a realização duma rede diplomática económica capaz de desfazer com grandes golpes de inteligência todos os amontoados de erros por nós cometidos, e que tanto nos têm prejudicado.

E a prova mais evidente que podemos apresentar desse desejo de movimento económico é, precisamente, o ambiente de carinho em que se tente dar efectivação aos pedidos das Câmaras Comerciais Brasileiras de se enviar ao Brasil uma missão económica.

O Brasil, ninguém o duvida, tem sido, é, e deverá continuar a ser, o ponto máximo, em vastidão e altitude,

das nossas ambições comerciais. A êle se devem oferecer as nossas melhores atenções, a minúcia mais profunda dos nossos estudos de intercâmbio.

Cumprindo religiosamente a missão de *A Atlântida*, na sua expressão aproximadora e acolhedora de todos os problemas de mútuo interesse para a nossa campanha luso-brasileira, resolvemos ouvir sôbre êste assunto entidades que, pela sua situação e pela sua cultura especial, nos pudessem dar definições precisas.

Porque a verdade é que o ambiente prometedor, com que foi acolhido o pedido das Câmaras Comerciais Brasileiras, não é suficiente e não corresponde às aspirações dos interessados. É preciso que essa missão económica se forme, que parta, que manobre, que realize. E para formar uma missão deste género, inúmeras dificuldades devem embaraçar os seus organizadores.

É por isso que *A Atlântida*, ansiosa pela breve realisação de todas as aspirações luso-brasileiras, se propôs auxiliar praticamente o Govêrno, procurando resolver a questão por uma das suas facetas mais complexas: saber quais os nomes com os quais se deverá formar essa missão.

UM COMERCIANTE ILUSTRE.—
O SR. CARLOS GOMES, ANTIGO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LISBOA

Carlos Gomes recebe-nos no seu gabinete americanizado, de pé, rodeado de papelada, e com a ante-câmara regorgitante de indivíduos que necessitam falar-lhe. O que é que deseja? Que lhe formule as perguntas *carrément*, rápidamente. Não tem tempo a perder. Os indivíduos que devem compôr a missão económica ao Brasil?

— Ei-los: Mário Carvalho, que conhece profundamente o Brasil, Alberto Macieira; Vítor Guedes; Henrique de

Mendonça; José Maria Álvares; Caetano Augusto Rêgo, pela União Agrícola e Comercial; António Joaquim Simões de Almeida; Anselmo de Andrade; Francisco António Correia, que representa, sem dúvida, a intelectualidade comercial do país. . . Ah! É preciso não esquecer o comandante Horta, pelos assuntos que se referem à navegação. . .

Carlos Gomes citara-nos, de pé, sem hesitações, seguidamente, todos aqueles nomes. E nós, impressionados com aquela actividade, aquele *time is money*, que palpitam em todo o escritório, estendemos a mão e murmurámos uma despedida. Mas agora é Carlos Gomes que nos sustem—e, mais calmo, sorrindo-se, comenta:

— A idea da missão é admirável—mas não basta. Peca por platónica: porque, afinal, enquanto a navegação para o Brasil não fôr um facto, só difficilmente se pode abandonar o platonismo.

— V. Ex.^a acha então que. . .

— O maior, o mais urgente problema a resolver é o da navegação. E ela não deve partir da iniciativa particular. É necessário que o Govêrno a inicie—e já!

UM FINANCEIRO QUE OCULTA
O NOME.—OS NAVIOS EX-ALEMÃES

Duas horas da tarde. Rua Augusta. O Banco, entrevisto pelos cristais das *vitrines*, faz-nos evocar certas illustrações dos *magazines* comerciais que reproduzem o movimento interno dos grandes estabelecimentos da finança em Brooklin Street. . .

Somos recebidos por um director—um jovem ainda, cuja natural intuição financeira e extraordinária intelligência marcaram já no nosso meio. Não quer que se lhe cite o nome. Empenhamos a nossa palavra de honra. Será, para os leitores de *A Atlântida*, o financeiro X:

—A missão ficaria admiravelmente constituída se fôsse formada por Mário de Carvalho, por Carlos Gomes, Henrique de Mendonça, Carlos Santos, João Ulrich—e por Júlio Smith, director do Banco Ultramarino, agora no Brasil e que lá se deveria agregar á missão. É o elemento indispensável. Conhece a fundo o mercado brasileiro. É bom não se esquecer o convite aos elementos do comércio do Pôrto, que estão tão estreitamente ligados com o Brasil como os de Lisboa. Mas, creia meu caro jornalista, que a missão é insufficiente se o Govêrno, simultaneamente, com os trabalhos dessa missão não resolver o problema da navegação para o Brasil. Sem ela tudo é inútil!

—?

—Como? Tirando os barcos ex-alemaes à administração pública e entregando-os à administração particular.

Mais nada nos disseram os nossos entrevistados — mas das suas afirmações algo de útil se pode tirar para a realidade de tão ambicionada aproximação luso-brasileira.

R. F.

NAVEGAÇÃO PARA O BRASIL

O problema do estabelecimento duma carreira portuguesa de navegação para o Brasil, pertence àquella categoria de questões vitais que os embaraços da nossa interna vida política têm condemnado a um abandono que só de vez em quando parece dissipar-se para dar lugar à patriótica atenção que ella merece. A guerra, que tantas ideas úteis e graves questões veio pôr em equação, trouxe-o de novo à supuração. Mas a verdade é que de positivo nada por enquanto se pode, infelizmente, considerar assente, tamanhos são os obstáculos, entre os quais avulta

talvez a nossa inércia rotineira, se antepõem à feliz solução que o patriotismo esclarecido ambiciona para a importante questão a que nos referimos e que tão intimamente se prende com o futuro nacional e com o estreitamento proffquo das relações luso-brasileiras. Entrevistado pelo *Século* acêrca do magno assunto, fez o conhecido capitalista Sr. Cândido Souto-Maior afirmações que, por se resumirem numa interrogação, não deixaram de suscitar o reparo justo de quantos, olhando um pouco para o amanhã, não deixam que o seu espirito se absorva no que pode quiçá chamar-se a anedota da vida politica. Que haveria de positivo em matéria de navegação para o Brasil? O sr. Cândido Souto-Maior perguntava: «Será desta vez?» O desejo de encontrarmos resposta a esta interrogação levou-nos a dar, com vista às páginas da *Atlantida*, algumas passadas de reporter.

O QUE NOS DISSE O SR. LAMBERTINI PINTO, DIRECTOR GERAL DOS NEGÓCIOS COMERCIAIS E CONSULARES.

Procurámo-lo no Ministério dos Estrangeiros, nas Necessidades. Exposto o objectivo da nossa visita, o Sr. Lambertini Pinto disse-nos:

—Nada de positivo lhe posso dizer sôbre o assunto, a não ser que o Ministério dos Negócios Estrangeiros não tem deixado de fazer sentir, a quem lhe cumpre fazê-lo, a necessidade de desenvolver eficazmente as nossas communicações marítimas com o Brasil. Essa necessidade, que não é de agora, agravou-se muito com a guerra, tendo nós chegado durante ella a estar quasi sem communicação com alguns consulados nossos do Brasil. Mas não é neste Ministério que o assunto tem de ser resolvido. Limitamo-nos aqui a informar. Mais nada A iniciativa de qualquer

realização não é daqui que deve partir. Só quando qualquer acção internacional tiver de efectuar-se este Ministério teria de intervir...

O QUE NOS DISSE O SR. MACEDO E COUTO, DIRECTOR DOS TRANSPORTES MARITIMOS DO ESTADO.

O Sr. almirante Macedo e Couto, director geral dos Transportes Marítimos do Estado, perguntado por nós sobre a matéria, disse-nos prontamente:

— Com o material de que os Transportes Marítimos do Estado actualmente dispõem é impossível pensar na navegação portuguesa para o Brasil. Os navios que tenho ao serviço são de carga e não podem ser desviados das carreiras que estão fazendo. Só tenho dois vapores que possa considerar de passageiros, e com êsses dois barcos seria inútil pensar em fazer navegação nossa para o Brasil em condições de concorrência com as escalas estrangeiras. Os navios estão ainda hoje caros em demasia para que só por patriotismo os punhamos a navegar...

O Sr. Souto-Maior fez uma interrogação. «*Será desta vez?*» Como responder a ela?

R.

TÍTULOS BRASILEIROS

O *Diário do Governo* de 29 de Março, publicou um decreto admitindo à cotação oficial e a negociações nas Bôlsas ou títulos de empréstimos federais, estaduais, municipais e de acções e obrigações constituídas no Brasil.

Para os títulos ao portador ou de coupon, emitidos pelo Governo Federal, essa admissão é feita sem dependência de apresentação dos documentos exigidos pelo § 1.º do artigo 24.º do regulamento dos serviços e operações de Bôlsa, de 10 de Outubro de 1901, mediante autorização do Ministro das Finanças, sob informação da Câ-

mara dos Corretores, e insenta da imposição criada pelo artigo 34.º da lei n.º 220, de 30 de Junho de 1914.

Para os demais títulos ao portador ou de coupon a admissão será concedida nos mesmos termos, sujeita à imposição do citado artigo 34.º da lei de 30 de Junho de 1914, e com dispensa apenas daqueles documentos mencionados no citado artigo 24.º do regulamento dos serviços de operações de Bôlsa que pela Câmara dos Corretores forem julgados prescindíveis.

Para os títulos nominativos a admissão será concedida nos mesmos termos destas condições, conforme se trate de títulos do Governo ou de outros, e desde que haja em Lisboa ou no Pôrto entidades idóneas e devidamente encarregadas das respectivas operações de averbamento.

AOS ARTISTAS

O Governo do Estado de S. Paulo resolveu erigir, na colina de Ipiranga um monumento comemorativo do centenário da Independência do Brasil, estando desde já aberto o concurso para o respectivo projecto entre os artistas portugueses, brasileiros e de outras nacionalidades.

O monumento é destinado a perpetuar a memória da proclamação da Independência do Brasil e render homenagem às principais figuras históricas que cooperaram no fausto acontecimento.

O autor do projecto, que fôr classificado em primeiro lugar, receberá o prémio de trinta contos de réis, em moeda brasileira, e o classificado em segundo lugar, quinze contos.

O prazo para a apresentação dos projectos termina em 7 de Setembro de 1919, podendo ser entregues na Secretaria do Interior em S. Paulo e nos consulados do Brasil e Buenos-Aires, Nova York, Lisboa, Roma e Paris.

MISSÃO ECONÓMICA

A colónia portuguesa no Brasil reclama do Governo português a nomeação duma missão económica que vá à República irmã estudar os mais importantes e urgentes problemas comerciais, que com a efectivação do intercâmbio luso brasileiro se relacionem, e leve poderes para colaborar com os representantes das câmaras de comércio portuguesas no Brasil em um congresso a reunir no Rio de Janeiro. É justa a reclamação da colónia portuguesa expressa nos pedidos feitos ao Presidente da República e às Associações comerciais e industriais do Pôrto e de Lisboa. A estas entidades tanto como ao Governo português compete encetar imediatamente os seus trabalhos para que a missão se constitua com competências e dedicações como a transcendência do assunto requiere.

CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO

A Sociedade de Geografia está trabalhando na organização do *Congresso luso-brasileiro*, cujo programa tem elaborado. Para o bom êxito da sua excelente iniciativa conta a Sociedade de Geografia com o auxílio de todas as instituições de ensino e de estudo do Brasil.

A *Atlantida* dá a sua mais estreita solidariedade à Sociedade de Geografia, continuando as suas páginas abertas a quantos tenham de tratar assuntos que ao intercâmbio luso-brasileiro se refiram.

* *

Partiu para o Brasil o ilustre pintor Carlos Reis que fará uma EXPOSIÇÃO no Rio de Janeiro.

INTERESSES PORTUGUESES NO BRASIL

Vai ser nomeado o consul geral de Portugal no Rio de Janeiro. As qualidades excepcionais que o bom desempenho dêsse delicado e importantíssimo

cargo demanda, hão-de por certo levar o governo português a fazer uma escolha cuidadosa. Cada vez estamos mais convencidos de que uma das mais melindrosas e trabalhosas missões oficiais do ministerio dos estrangeiros de Portugal é o consulado português no Rio de Janeiro.

Por isso mesmo esperamos que o governo português o incumba a quem por prestigio mental, por qualidades políticas e por trato esteja á altura dos multiplos e importantissimos interesses portugueses no Brasil e dos variados e grandes interesses economicos do Brasil em Portugal.

NO PORTO

O nosso director João de Barros foi convidado pelo Ateneu Comercial do Pôrto a fazer uma conferência, que se realizou na noite de 25 de Março, subordinada ao tema «As relações luso-brasileiras e a paz». Do acolhimento que lhe foi feito se ocupou com entusiasmo toda a imprensa do Pôrto, que teve para João de Barros palavras da melhor homenagem. A conferência presidiu o presidente da Direcção do Ateneu, Dr. Francisco Joaquim Fernandes, antigo professor da Universidade de Coimbra, que disse, segundo o relato do *Comércio do Pôrto*, «que o Ateneu se ufanava de receber no seu seio um dos mais notáveis talentos da geração moderna, e traçou o perfil do Sr. Dr. João de Barros como poeta, prosador e pedagogo, mostrando como êle é grande em qualquer destas notáveis modalidades do seu espirito.

O conferente vem pugnando, com grande esforço, pela aproximação dos dois países, Portugal e Brasil, como êle o proclama na sua bela revista *Atlantida*. O Ateneu, procurando proporcionar prazeres de espirito aos seus associados, vê-se hoje sobremaneira van-

gloriado com a honra que lhe deu o Sr. Dr. João de Barros indo ali fazer uma conferência, agradecendo a S. Ex.^a uma tão grande prova da sua amabilidade.»

Depois João de Barros dissertou sobre o tema importantíssimo, com saber e com entusiasmo, sendo ao fim muito aplaudido e havendo depois em sua honra uma festa, oferecida pela Direcção do Ateneu. A conferência de João de Barros vai ser publicada em volume e por isso não a reproduzimos aqui. A propósito dela, o distinto escritor Guedes de Oliveira publicou em *O Primeiro de Janeiro*, na sua apreciada «Tribuna Livre» o artigo seguinte, que desvanecidamente arquivamos nas colunas da *Atlântida*:

O BOM CAMINHO

O Dr. João de Barros é um republicano que não direi desde a fundação da monarquia, mas penso que desde a sua própria fundação, é um espírito cultíssimo, gentilíssimo, prosador dos melhores da nossa terra, poeta de largos vãos, pedagogo, orador, conferencista, tudo isto num *tout petit jeune homme*, que atrai à primeira vista e prende às primeiras palavras. É a própria personificação da actividade, da tenacidade, da resolução firme e da razão clara, e podia, a despeito de todos estes predicados, ou por elles mesmos, gastar o seu tempo e o seu latim em estéreis defesas da República ao domicílio, empregando a sua intelligência, que é das mais lúcidas, e a sua palavra que é das mais brilhantes numa tarefa inglória de agitador de massas, tudo dissolvendo e nada construindo. Para nenhuma dessas bagatelas olha, e, ao contrário, vendo mais alto e mais longe, pensou ser útil ao seu país por melhor caminho e ei-lo, agora e sempre, absorvido nesta missão preciosa de convencer a tudo e a todos de que o Bra-

sil e Portugal são no fundo uma pátria única, com muita água e muito peixe a separá-los, mas a mesma alma, os mesmos ideais, os mesmos sentimentos a uni-los, para não falar na materialidade dos mesmos interesses, que são vastos e decisivos. Fiel a esta idea e a esta convicção, o Dr. João de Barros não descansa um momento no seu apostolado. Visita o Brasil, para lhe dizer o muito que êle deve querer-nos; estuda as obras dos seus publicistas para nos dizer a nós o muito que êles valem; publica uma grande revista literária de intercâmbio espiritual entre portugueses e brasileiros; e, onde quer que o ensejo se lhe ofereça, diz a todos de viva voz que uma terra onde se fala a nossa lingua, se abriga a nossa gente, se sofre com as nossas dores ou rejubila com as nossas alegrias não pode ser senão outro Portugal, mais opulento, mais próspero, mais vasto e mais jovem, mas, por isso mesmo, dum futuro mais cheio de esplendor e duma vida mais rica de seiva, que só podem desvanecer-nos. Foi isso o que fez na sua conferência do Ateneu Comercial e consoladamente o registou nestas linhas, menos para encarecer a realização dum programa que tem merecido desde sempre o meu aplauso mais entusiástico, do que para recordar que se alguma forma proveitosa existe de defender a República é esta, só esta, sempre esta, que nos desvia das ninharias da política estreita, para nos interessar nos problemas que sempre devem ocupar-nos, da nossa vida económica, da nossa vida social, do nosso futuro e da nossa riqueza. Porque não hão de todos seguir êste nobre exemplo? O D. Alvaro Vaz de Almada lá perguntava na peça:

— Por onde é o caminho?

Pois senhores, é por aqui, só por aqui!

GUEDES DE OLIVEIRA.

O COMÉRCIO PORTUGUÊS NO BRASIL

Transcrevemos do Comércio do Porto de 29 de Março :

O Sr. A. Hénault, esclarecido propagandista comercial, realizou ontem, na Associação Comercial do Pôrto, uma elucidativa e interessante palestra em continuação daquela que ali efectuou em Maio de 1905.

Abriu a sessão o Sr. Ricardo Spratley, que justificou a ausência do Sr. presidente da Associação Comercial por motivo do incêndio ocorrido nos armazéns de que o Sr. Costa Oliveira é societário.

O Sr. A. Hénault começou por se referir à debatida questão das falsificações de mercadorias e contrafacção de marcas de comércio, de que tanto abusam certos comerciantes estrangeiros que enviam os seus artigos para o Brasil, e elucidou a assemblea acêrca das leis que vigoram na República Brasileira e que reprimem enérgicamente as tentativas e casos [de adulteração de produtos e contrafacção de marcas.

Referiu-se depois, e com bastante desenvolvimento, ao magno assunto de propaganda comercial de mercadorias e artigos portuguezes nos mercados brasileiros e mostrou as inúmeras vantagens que os nossos negociantes poderão usufruir da insistência e constância do reclamo, que nos últimos tempos tem tomado um incremento extraordinário, de mãos dadas com a literatura, a arte, as artes decorativas, a pintura e o desenho.

Divagou largamente e com conhecimento de causa acêrca dos reclamos, dos anúncios e da publicidade em geral, demorando-se na análise da função de propaganda comercial feita em catálogos, álbuns históricos, menus, panos ds bôca dos teatros e cinemas, amostras-miniaturas, programas de teatro e cinema, autógrafos célebres, ex-

posições e certames de diversa natureza, etc.

Mostrou a importância da apresentação da mercadoria e do artigo de comércio, fazendo justiça aos exportadores de vinhos do Pôrto, que os apresentam nos mercados brasileiros em óptimas condições, e referiu-se ainda às facilidades de pagamento, e ao magno problema da navegação portugueza, eterno obstáculo à aproximação luso brasileira e à expansão mercantil entre Portugal e Brasil.

O Sr. A. Hénault, depois de se referir às edições Laemmert e ao livro de ouro de Independência do Brasil, destinado a comemorar tão faustosa data, concluiu nestes termos a sua elucidativa palestra :

«Terminarei, lembrando a propaganda comercial, que seria a melhor, na actualidade e que consistiria, a exemplo do que acabam de fazer no Brasil a Inglaterra, a América do Norte e a Itália, e do que se propõe fazer a França, em se constituir uma grande comissão composta de banqueiros, commerciantes, industriais, directores de companhias de navegação e de seguros, para visitar o grande Brasil, imenso não sómente pela sua vastidão, mas sobretudo pelas suas riquezas naturais, pelo desenvolvimento prodigioso dos seus Estados principais, que vão acompanhando admiravelmente o movimento moderno e a marcha do progresso. Além da capital do Rio de Janeiro, essa maravilha do mundo, capitais como S. Paulo, Pernambuco, Pôrto Alegre, Baía e Pará representam uma intensidade de actividade commercial, industrial e agrícola realmente magnifica. Outras capitais ou cidades é indispensável citar, como Manaus Ceará, Vitória, Pelotas, Curitiba, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Paraíba do Norte, Natal, cidades todas elas dotadas das principais applicações dos úl-

timos progressos das cidades modernas, todas elas possuindo força motriz, luz e carros eléctricos, serviços de canalização de água e hygiene perfeitamente bem instalados, jardins e parques muito concorridos, monumentos de importância e de gosto. Pois seria realmente de grande vantagem para os seus interesses que a visita dessa comissão económica principiase pelos principais centros. Essa comissão poderia ser chefiada por uma alta personalidade da escolha do Governo, mas as suas atribuições e os seus fins não se deveriam afastar das questões industriais e dos grandes problemas comerciais. Nessas condições, eu posso augurar para essa comissão, tão desejada por todos os seus irmãos do Brasil, o sucesso mais grandioso, sabendo nós todos de antemão quantos braços patrióticos se abrirão para a receber e quantos corações amigos se hão-de oferecer para essa fraternização comercial».

O Sr. Ricardo Spratley agradeceu, em nome da Associação Comercial, ao Sr. Hénault a sua interessante palestra, a que assistiram comerciantes, industriais e negociantes, representantes de casas exportadoras, banqueiros e agentes de companhias de navegação, achando-se também presentes o cônsul e vice cônsul do Brasil nesta cidade.

PORTUGAL-FRANÇA

O Sr. Prof. Lagrange, da Universidade de Bordéus, realizou na Faculdade de Medicina de Lisboa *três conferências* notáveis, sobre assuntos da sua especialidade, com os títulos seguintes:

Os progressos da oftalmologia durante a grande guerra; as relações entre as doenças gerais e as doenças dos olhos; e a anaplerose orbitária, sua técnica e indicações.

* * *

Portugal terá larga representação na terceira *Feira de Bordéus*, que vai realizar-se desde 31 de Maio a 15 de Junho próximo. O comércio e a indústria portuguesas concorrem com vários artigos.

REGIONALISMO

Sob o patrocínio da benemérita Sociedade de Propaganda de Portugal vai realizar-se no outono deste ano, em Vila Rial de Trás-os-Montes, o *Congresso regional trasmontano*. Estão já formadas comissões para esse efeito em Lisboa, Pôrto e todas as localidades da província de Trás-os-Montes. É de crer que os trasmontanos dispersos em todo o mundo não deixem de enviar a sua adesão a tão bela iniciativa. O *Congresso regional trasmontano* deve ter consequências importantíssimas para o progresso económico de Trás-os-Montes. A *Atlântida* oferece desde já todo o seu apoio aos iniciadores do Congresso e sobre o assunto publicará, nos seus números seguintes, artigos de interesse.

PEDRO BORDALO PINHEIRO

Conforme no nosso ultimo número noticiámos deixou de fazer parte da empresa proprietária da *Atlântida* o nosso querido amigo e camarada Pedro Bordalo Pinheiro, que multiplos e importantes interesses infelizmente afastaram da direcção técnica desta revista a que tantos e tão assinalados serviços prestou desde a sua fundação. Lamentamos a saída do nosso excelente cooperador, certos de que a sua afectuosa simpatia não abandonará a iniciativa que tanto lhe deve. Pela nossa parte não poderemos esquecer a dedicação affectuosissima de Pedro Bordalo à *Atlântida*, ao seu vasto programa so-

cial e a quantos na sua realização trazem empenhados os seus esforços. A aproximação luso-brasileira tem em Pedro Bordalo Pinheiro um propagandista cheio de fé e entusiasmo que por certo não deixará de continuar como até aqui a apostolizá-la fervorosamente.

«FULMEN»

A *Atlantida* é, a partir dêste numero, propriedade da empresa *Fulmen* Limitada que se constituiu em Lisboa por escritura de 20 de fevereiro do corrente ano com o capital de cento e quinze mil escudos. Fazem parte de *Fulmen* os snrs. Raul Monteiro Guimarães, Antonio Mario de Almeida

Brandão, Antonio Rosa Cabral, dr. Jerónimo Couto Rosado, dr. João de Deus Ramos, José Fernandes de Barros Junior, dr. Adriano Marcolino Pires, Francisco Brandão Faria, dr. Jorge Faria, dr. João de Barros, Paulo Barreto e dr. Nuno Simões.

«ATLANTIDA»

O último numero da *Atlântida* mereceu à imprensa, especiais palavras de carinho que muito nos penhoraram. Sobretudo *O Século*, *A Manhã* e a *República* tiveram a cativante gentileza de transcreverem e comentarem artigos nossos, o que muito agradecemos.

Publicidade artística e científica

O PODER DA PUBLICIDADE

Já alguma vez te preguntaste a ti próprio, leitor, o que é a publicidade? o que significa o desenvolvimento da publicidade n'um país? qual o seu poder?

Se és sábio, filósofo, artista, literato, certamente dirás que a publicidade despe a arte de toda a beleza, desvirtua a sã filosofia, tira todo sabor à literatura; invenção maldita do nosso século tão excessivamente materialista, destinada a manchar todo o encanto da natureza; estadeio cínico de todas as torpezas dos especuladores e envenenadores que não têm outros meios senão a impostura, o charlatanismo, a lisonja, a mentira para vender a preços exageradíssimos as suas mercadorias falsificadas, e os seus avariados productos. Se és comerciante ou industrial terás provavelmente pensado nas loucas somas que gastaste em propaganda e que tão mesquinhos resultados deram; dirás que é uma mania irresistível, vinda dos Estados Unidos, e à qual é preciso sacrificar, como a um novo bezerro de ouro, o dinheiro tão dificultosamente ganho em dias de trabalho e noites de vigília.

Pois bem, amigo; não tens razão!

A publicidade é uma das mais antigas

necessidades sociais, arte e ciência, com mais poderio do que legiões de soldados, alcance maior do que o mais potente canhão moderno, eficácia superior à evidência mesma da verdade. A publicidade baseia-se exclusivamente em elementos naturais, obedece às suas leis, sofre as suas influências. Bemfeitora da humanidade, a publicidade tem salvo a vida a milhares de homens, tem ganho guerras e assegurado a paz; é ella quem melhora a sorte das classes desprotegidas, nos dá tudo o que gozamos e nos rodeia de todas as comodidades da vida moderna.

Não são afirmações gratuitas que aqui fazemos, são factos verificados, evidentes, incontestáveis. E é o que vamos provar numa série de artigos. Por hoje, limitar-nos hemos ao *Poder da Publicidade*.

Em primeiro logar, com o fim de evitar todo o equívoco, é preciso que nos entendamos a respeito de algumas palavras de que repetidas vezes teremos de usar.

Definamos a publicidade. Em si esta palavra significa: «qualidade do que é público», «coisa levada ao conhecimento do público». Fazer publicidade é, pois: «levar alguma coisa ao conheci-

mento do público». Assim o entenderemos. Não se deve confundir publicidade com *reclamo* ou *propaganda*, palavras que são muitas vezes empregadas como sinónimas da primeira, mas nem sempre com razão, pois enquanto *reclamo* exprime a ideia de «apelo da atenção», *propaganda* encerra a ideia de «trabalho contínuo e repetido»; quer dizer: fazer reclamo é «chamar a atenção do público», e fazer propaganda é «trabalhar para fazer conhecer e aprovar», o que não é bem a mesma cousa.

A publicidade é uma força — não ilimitada, porque tudo tem limites — mas cujo potencial é enorme como o da Electricidade.

Se consideramos a palavra *publicidade* na sua acepção mais lata, podemos dizer que é ela quem tem assegurado a existência de todas as religiões secundárias: Budhismo, Mahometismo, etc.

Quando a metafísica gerou a primeira ideia dum deus abstracto, invisível, onnipotente e eterno, a propaganda foi chamada a tornar conhecido esse Deus novo, menos ridículo e infinitamente mais verosímil que os ídolos primitivos, e a religião recentemente criada estendeu-se a todas as partes onde a fizeram conhecida, *por toda a parte onde dela se fez publicidade!* De que meios se serviram estes anunciantes quasi preístóricos? De vários dos que actualmente ainda se usam: da propaganda directa pela palavra (como os nossos caixeiros de praça e viajantes), do *booklet*¹ — nome moderno, e estrangeiro, duma cousa antiqúissima, da imagem, antepassado do cartaz. Não disse um escritor moderno que: «a Igreja Católica é a maior emprêsa de

¹ *Booklet* é palavra inglesa vinda da América, e é o nome técnico — na publicidade — do que chamaríamos em português: «folheto».

publicidade dos tempos passados e modernos», acrescentando aliás: «é a única de que vale a pena occuparmo-nos»?

Poderíamos assim referir-nos a todas as ideias, ao progresso das sciências, a tudo o que, pela publicidade, isto é, pelo facto de se tornar conhecido, sofreu evoluções ou suscitou revoluções. Não obstante, referir-nos-hemos unicamente ao sentido que esta palavra adquiriu após a Revolução Francesa, época em que a publicidade comercial, industrial e official começou a tomar uma importância efectiva.

Os que não são nem comerciantes nem industriais estão na sua quasi totalidade convencidos do poder da publicidade, porque têm visto criarem-se casas, montarem-se indústrias que têm prosperado rapidamente graças ao emprego judicioso da publicidade; os exemplos superabundam e seria portanto abusivo o repeti-los. Se alguns commerciantes e industriais duvidam ainda, é unicamente porque se baseiam nos resultados que esperavam, e concluem por isso que a publicidade não é tão eficaz como supunham. Mas não é assim! Se a sua publicidade foi mal dirigida, se as suas esperanças eram exageradas relativamente aos sacrificios feitos, não se deve deduzir que a publicidade é impotente: um motor mal construído não fornecerá força, ainda que o apelidemos motor, ou mesmo MOTOR, e se adquirirmos um motor de dois cavalos não lhe poderemos exigir que ponha em movimento uma das nossas modernas fábricas de moagens.

Não querendo tomar como exemplo factos que se desenrolam todos os dias sob os nossos olhos, devemos recorrer ao que a publicidade tem feito de extraordinário, ou, para melhor dizer, o que ela tem feito fora do campo puramente commercial.

Poderá haver alguém que julgue difficil a nossa tarefa porque, pondo de

parte a propaganda das religiões, a das ideias mais ou menos revolucionárias dos tempos passados e, sobretudo, a do comércio sob todos os seus aspectos, não verá bem em que diabo pode intervir a publicidade.

Já afirmei que a publicidade tinha salvo a vida a milhares de pessoas. Como? É bem simples. O caminho de ferro de Long Island (Estados Unidos) tinha, há alguns anos, um pequeno exército de 500 homens, unicamente destinados à vigilância nas gares e na via, no propósito de evitar que novos e velhos atravessassem as vias nas gares, o que ocasionava um enorme número de vítimas; que os automobilistas, ébrios de velocidade, fôsem despedaçar os seus carros contra um combóio que ao mesmo tempo transpunha a passagem de nível; que os cocheiros, adormecidos, não vissem ao longe o olho fulgurante da locomotiva que rechiava num ruído atroador e ia, momentos depois, matar os cavalos e o seu condutor e correr o risco de descarrilar. O director da Publicidade da Companhia (preciso é dizer que todas as emprêsas americanas de alguma importância têm um técnico especialmente encarregado da direcção da sua publicidade) imaginou mandar imprimir cartazes em côres patenteando ao público em geral e em particular aos interessados, duma forma impressionante, os riscos que corriam infringindo as diversas proibições. Fez acompanhar esta propaganda pelo cartaz duma campanha de publicidade pela imprensa e, ao cabo de poucos meses, a Companhia podia diminuir em 95% o número dos seus vigilantes. O público tinha compreendido a lição e já se não fazia matar ou estropiar pelo mero capricho de colhêr um fruto proibido... e inútil.

É bastante? Mas outros exemplos há para citar.

No comêço da guerra que, felizmente,

terminou pela brilhante vitória dos exércitos aliados, a França, Inglaterra, e sobretudo a Itália alarmaram-se com o número realmente incrível de espiões boches e austro-boches que, bem contra a sua vontade, sustentavam no seu seio. Tomaram-se medidas extremamente rigorosas, as precauções multiplicaram-se ilimitadamente, efectuaram-se importantes capturas e, apesar de tudo, o perigo lá permanecia, cruel, angustioso e parecendo indestrutível. Foi então que se iniciou a campanha do silêncio: cartazes maravilhosamente executados nos apanhavam ao passar e gritavam-nos aos ouvidos: «Chut! Silêncio! Ouvidos inimigos vos escutam!». Nas gares, nos restaurantes, no teatro, preparávamo-nos para ler a um amigo, a um vizinho, a carta recémvinda do *front*, imediatamente um boletim se nos colocava na mão: «Chut! Silêncio! Ouvidos inimigos vos escutam!» Estávamos num café, após a leitura impressionante dos artigos da guerra, sentíamos a irresistível necessidade de comunicar a um vizinho de mesa as confidências que, referentes a êste assunto, nos tinham sido feitas por um oficial de artilharia, eis que dobrando nosso jornal víamos, reproduzida em anúncio, a frase do dia: «Chut! Silêncio! Ouvidos inimigos vos escutam!»

A Inglaterra carecia de soldados. Poucos voluntários se apresentavam já, após a fugace efervescência do primeiro entusiasmo. Que fazer? «Publicidade», disse o Govêrno Inglês e, juntando a execução à ideia, obteve um milhão de soldados.

A França, Itália, Inglaterra e mais tarde os Estados Unidos precisaram dinheiro? Pronto! Um técnico em publicidade, cartazes, anúncios, timbragem nos correios¹ e... o ouro afluía,

¹ A timbragem das estampilhas de correio fazia-se com carimbos especiais que leva-

chovia, inundava os cofres do Estado e transformava-se em canhões, munições e víveres para os soldados que iam vencer.

E haverá ainda em Portugal quem duvide do poder da publicidade? Creemos que não. Esta confirmação do imenso poder da publicidade, feita pelos Governos dos países mais civilizados do mundo deve bastar para nos convencer.

Para os contumazes diremos ainda mais! A publicidade na guerra mundial foi um factor tão influente como o ouro, o armamento e a multidão dos soldados. Já vimos que ela contribuiu poderosa-

vam em letras bastante grandes o dizer: «Buy War Bonds» (Comprai bónus de guerra), que era também a frase habitual dos cartazes e anúncios.

mente para a obtenção dos precedentes elementos. Fez mais ainda: foi ela que provocou a revolta do mundo inteiro contra a barbárie alemã, foi ela que produziu a entrada no número dos aliados, primeiro de Itália e Roménia e mais tarde dos Estados Unidos e foi ela que fez a união de todos os aliados, dando-lhes assim a vitória.

Os livros, as conferências, os artigos da imprensa fizeram reconhecer ao universo inteiro a superioridade dos princípios dos aliados sôbre os dos impérios centrais militaristas e gangrenados pela febre da absorção.

A publicidade armou o braço dos vingadores; ela feriu, e ferindo derrotou a Alemanha.

G. COUCKE,

SUMÁRIO DO NÚMERO 35-36

<i>Portugal-Brasil. Um depoimento</i>	Nuno Simões
<i>A vitória da República. O seu significado in-</i> <i>telectual</i>	João de Barros
<i>Judas</i>	António Patrício
<i>Arte e Democracia</i>	A. Aurélio da Costa Ferreira
<i>Sonetos</i>	Joaquim de Almeira
<i>Bufozeria heróica</i>	Aquilino Ribeiro
<i>Profissão de fé</i>	Ugo Guimarães
<i>Cinco horas</i>	Clarinha
<i>A emoção e o sentido psicológico e moral dos</i> <i>«Nibelungen» (Continuação)</i>	Henrique de Vilhena
<i>Instituto de Santa Isabel</i>	A. Aurélio da Costa Ferreira
<i>A infância heróica</i>	Justino de Montalvão
<i>Notas Camilianas - I - Camilo e Senancourt.</i>	Jorge de Faria
<i>A melhor frase</i>	} Alexandre Córdova
<i>Ansia derradeira</i>	
<i>Cirurgia de guerra</i>	Jorge Monjardino
<i>Velhas pedintes</i>	Seves de Oliveira

REVISTA DO MÊS

<i>A Vitória dos Aliados</i>	Guerra Junqueiro
<i>Crónica artística</i>	} Júlio Dantas Manoel de Sousa Pinto
<i>Crónica literária</i>	
<i>Via Latina</i>	R.
<i>Crónica teatral</i>	Sauoz
	B. e M.

NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS.

Reprodução de: Jorge Barradas.

Desenhos de: Saavedra Machado, Raul Lino, Alberto de Sousa, etc.

